UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

OLÍVIA CIRNE LIMA DE FARIA CARDOSO

**Novos ventos sobre o sertão: as personificações do capital e os momentos
da região sertaneja**

São Paulo, 2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

OLÍVIA CIRNE LIMA DE FARIA CARDOSO

**Novos ventos sobre o sertão: as personificações do capital e os momentos
da região sertaneja**

Dissertação apresentada no
Programa de Pós-Graduação em
Geografia Humana da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Toledo

São Paulo, 2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C257n Cardoso, Olívia
 Novos ventos sobre o sertão: as personificações do
 capital e os momentos da região sertaneja / Olívia
 Cardoso ; orientador Carlos Toledo. – São Paulo,
 2018.
 205 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Geografia. Área de
 concentração: Geografia Humana.

 1. Capital Fictício. 2. Mobilização do Trabalho. 3.
 Fundo de Pasto. 4. Energia Eólica. 5. Sertão. I.
 Toledo, Carlos, orient. II. Título.

Resumo

Esta dissertação apresenta um dos debates possíveis acerca das contradições implicadas no processo de potencial transformação de uma determinada região (OLIVEIRA, 1977; GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982) em zona de localização diferenciada (OLIVEIRA, Op. Cit.). A análise das contradições tem como fundamento a observação crítica do processo de territorialização do capital (TOLEDO, 2008), sob a chave do processo de autonomização das categorias terra, trabalho e capital (MARX, 1986). A perspectiva da totalidade é apresentada, primeiramente, pela imanente construção de um projeto eólico no sertão baiano, implicado em um projeto do capital fictício (MARX, 1986), para, então, ser o pano de fundo da discussão teórica, a respeito das formas particulares de incorporação da região em estudo a este sistema mundial produtor de mercadorias. Buscamos, assim, interpretar os processos que reformularam os pressupostos da reprodução regional, sob o ponto de vista dos que aparecem expropriados no curso da história. Parte-se, assim, de elementos concretos de campo, resgata-se o histórico do processo de formação regional, desde a região pecuária, passando pela pecuária-algodoeira e aurífera (OLIVEIRA, Op. Cit.) até o planejamento que, no século XX via Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), assume a forma de reprodução do capital industrial (OLIVEIRA, Op. Cit.). Por fim, volta-se à concretude atual apresentando criticamente como ocorrem as entradas de dinheiro nas novas formas de reprodução do capital fictício (MARX, Op. Cit.) em uma região em crise.

Palavras-chave: mobilização do trabalho; região; territorialização do capital; conflito; energia eólica; capital fictício; Fundo de Pasto; sertão.

Abstract

This Master's dissertation presents one theoretical path to analyze the contradictions inherent in the transformation process of one region (OLIVEIRA, 1977; GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982) into a "differentiated location zone" (OLIVEIRA, Op. Cit.). The analysis of these contradictions is based on the critical observation of the "capital territorialization process" (TOLEDO, 2008), here understood as the particular formation process of the capitalist social categories (land, labor and capital) and their consequent processes of autonomization (MARX, 1986). Firstly, the perspective of totality is presented by an immanent eolic complex construction, which represents the fictitious capital (MARX, 1986). Secondly, the totality becomes the background of the theoretical discussion on how the region (the countryside of Bahia - Brazil) was integrated in a particular way in the capitalist mode of production. Therefore, the analysis of this particular process aims to interpret how the assumptions about the reproduction of the regional social relationships have been reformulated, according to anecdotes from people who have been expropriated. Starting from concrete elements captured during the fieldwork, this dissertation rescues the historical processes that formed the region, from cattle, to cattle-cotton, gold (OLIVEIRA, Op. Cit.) to the planning region, in the twentieth century, through Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Lastly, the analysis goes back to the concrete elements of the workfield that expose the current condition of being involved in an increasing money dependence, in a region in crisis.

Keywords: mobilization of work; region; capital territorialization process; conflict; eolic energy; fictitious capital; "Fundo de Pasto" communities and "sertão".

Agradecimentos

Escrever os agradecimentos é um misto de sensações entre alívio e gratidão. A árdua tarefa de pesquisar por pouco mais de três anos tendo que lidar com todas as outras atribuições da vida demanda exercícios de compreensão por todos os que me acompanharam neste percurso, e por mim mesma.

O equilíbrio entre a vida pessoal e a pesquisa, permeado por outras atividades do mundo do trabalho, foi um desafio e tanto. Por isso, gostaria de começar agradecendo ao Carlão, meu amigo e orientador, que me ensinou a lidar com um pouco mais de leveza com situações onde o tempo se mostrava escasso. As conversas em sua casa sempre me fortaleceram, ao apontar caminhos de interpretação e pontos de vista que subvertiam, muitas vezes, meu entendimento do mundo. O incentivo às conversas e às discussões em grupo, sob o entendimento de que o que mais vale é o processo da pesquisa ao resultado final em si, deve ser ressaltado, ainda mais neste mundo em que a forma muitas vezes sobrevalece ao conteúdo. Agradeço de verdade por sua confiança e flexibilidade em se adaptar à minha condição de pesquisadora.

Agradeço, também, por todos aqueles que compartilharam momentos de discussão sobre o que apresento nesta dissertação, desde a qualificação até a entrega do texto final, tendo realizado leituras atentas que me ajudaram a reformular a escrita: Ceci, Mari, Pedrão, Vivi e Clara, valeu pelas trocas e toques! Obrigada também Carol, pela leitura da qualificação e pelos importantes apontamentos que me ajudaram na segunda etapa da pesquisa.

Em especial, Ceci, Mari, Pedrão, Carlão e Marcha, agradeço demais pelo inesquecível trabalho de campo em grupo que fizemos, e eu e Pedro ainda voltamos juntos depois. Foi muito importante poder trocar ideias com vocês durante o campo, aprendi muito, sem contar as experiências únicas que pudemos compartilhar naquele sertão. É o 13 é o 13 é o 13 é o 13!!!

Sobre eles, talvez nunca lerão este texto. Agradeço imensamente à Celma, querida e guerreira mulher sertaneja, que nos acolheu em sua casa tão bem e nos apresentou às famílias de Mangabeira, Paranazinho e Riacho, mesmo sem nos

conhecer. Pudemos criar uma relação de confiança, ainda que preenchida por tantos desconhecimentos que nossas condições de vida nos impõem. Muito obrigada Celma pela confiança e carinho. Aqui, agradeço também ao Ademir, Nega e Adriano; ao Seu Nezinho, Vermelho e à SantinhaVéia da Itaipava; aos irmãos Seu Manoelzinho, Seu Bimba, Seu Geraldo e à Dona Amélia; à Girlene; ao Seu Jessé, Josi, Zé Aldo, Du e Romilson; à Juci e ao Civaldo; ao Seu Naninha; ao Bené e sua família; ao Seu Bédu; ao Seu Secundo; ao Seu Vivi; ao Vadinho e Jorge; Seu Kenu e sua família; ao Seu Celestino; à Dona Marivone e ao Seu Reinaldo, pelas conversas, churrascos, bolos, cachaças, cervejas, caminhadas, festas e tantos outros momentos compartilhados. Sem vocês esta pesquisa não teria ocorrido.

Agradeço ao João e à Giseli pelos incentivos iniciais e pela oportunidade que me lançou naquele sertão. Agradeço também à Jenni pelo apoio técnico na elaboração do mapa nas horas finais.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu pai, pela requintada revisão final e carinho de sempre.

À minha mãe, por sua compreensão e apoio que me motivaram a seguir em frente, nossa parceria de sempre. Ao Gui, por tornar as conversas alcoolicamente mais alegres. Aos meus padrinhos, Inha e tio Adri, e às minhas irmãs, Fe e Lu, por suas curiosidades que me levaram a falar e reformular a explicação, quando deparada aos limites do pensamento teórico.

E, finalmente, um agradecimento enorme à Naná, que me suportou e me deu todo carinho durante esta travessia. Minha parceira cheia de energia que me ensinou a buscar o equilíbrio, sempre com muito amor, obrigada. Enfim, etapa finalizada.

Sumário

1. Apresentação: breve discussão dos fundamentos teóricos.....	10
2. Introdução ao objeto.....	30
3. Os campos: revelações e questionamentos.....	43
4. De que região falamos?.....	55
4.1. Pressupostos históricos de formação regional.....	61
5. A difícil tarefa da interpretação: lidando com o objeto.....	96
5.1. Vaqueiros: a decadência da região.....	96
5.2. A cerca sobe a serra.....	118
5.3. As muitas caras da autonomização.....	150
5.4. O Elemento de diferenciação: água.....	166
6. As formas subsidiárias de integração do Nordeste à totalidade do mundo das mercadorias.....	174
6.1. Uma Breve Discussão Sobre o Fim da Região: o Século XX: do ajuste espacial à crise do valor.....	176
7. Considerações Finais.....	194
Bibliografia.....	199
Anexos.....	205

Anexos

Anexo 01: Mapa de Localização das comunidades da Baixada do Tabuleiro

Anexo 02: Mapa Localização Aproximada da Baixada do Tabuleiro

Anexo 03: Reportagem Incra

Anexo 04: Fotografias dos trabalhos de campo

Anexo 05: Contrato de arrendamento da terra no alto do Tabuleiro

1. Apresentação: breve discussão dos fundamentos teóricos

O tema desta pesquisa foi redefinido nos primeiros meses após o ingresso no Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana, em julho de 2015. Durante o processo seletivo, participei de um projeto de licenciamento ambiental de um complexo eólico nos municípios de Jacobina e Mirangaba (Bahia), que me despertou uma série de questionamentos. A facilidade do campo e da conversa com meu orientador e outros colegas do PPGH (Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) que estudam a Bahia, além, é claro, do interesse pessoal, fez com que eu reorientasse minha pesquisa para estudar o conflito fundiário que ali se manifestava.

Assim, entre os meses de julho e outubro de 2015 (quando submetemos o projeto de pesquisa para aquisição de bolsas do CNPQ), reformulei meu projeto por completo, tendo como base empírica a realidade de campo já preliminarmente conhecida e base teórica principal a disciplina que eu cursava (segundo semestre de 2015) do meu orientador Prof. Carlos Toledo, no PPGH¹.

No segundo semestre de 2016, tive a oportunidade de ir a campo com um grupo de pesquisadores colegas do PPGH, Cecília Vecina, Mariana Barcellini, Pedro Serrer e Henrique de Moraes Nogueira (vinculado à pós-graduação por meio do IEB – Instituto de Estudos Brasileiros), e o professor Carlos. No segundo semestre de 2017, após alguns meses da qualificação, voltei a campo com meu colega Pedro Serrer e pudemos reaprofundar algumas conversas, e realizar novas, entrando em contato com uma nova e importante fonte de pesquisa, que foi a conversa com um professor aposentado, descendente da família que outrora fora dona de grandes porções de terras do vale da Caatinga do Moura (Jacobina, Bahia).

A apresentação desta dissertação teve a intenção de trazer ao centro da discussão como as experiências de campo vividas em 2016 e 2017 nos permitem fazer inflexões sobre o processo de territorialização do capital em curso. Para além das

¹ Disciplina: FLG 5131 - Territorialização do capital: a autonomização entre terra, trabalho e capital.

vantagens extremamente proveitosas que o trabalho de campo em grupo proporciona, o texto abaixo parte da discussão sobre a identificação dos elementos empiricamente significantes, verificados e reformulados pelos trabalhos de campo, reiterando a importância do trabalho de campo nas análises de processos sociais.

O conceito “empiricamente significativo”, diferenciador de áreas a partir da identificação dos elementos comuns a uma área para Hartshorne (1969), é usado nesta pesquisa sob o entendimento crítico que insere no centro da diferenciação das áreas o fetichismo da mercadoria e sua relação particular com a totalidade (BOECHAT; TOLEDO, 2012). Ou seja, entendemos que, sob o ponto de vista da pesquisadora, para revelar o caráter da área estudada as particularidades do processo de produção de mercadorias devem ser consideradas, sendo as formas de manifestação das particularidades deste processo reveladoras das diferenciações entre áreas. Em outras palavras, sob o entendimento da realidade pelo método da abstração real, ou seja, em que se parte da realidade percebida em campo para o processo de abstração da análise, não tendo a lógica ideal *a priori*, mas a dialética como método de pensamento, buscamos identificar os elementos reais empiricamente significantes em suas contradições. Estes elementos, por sua vez, são entendidos como estando em processo de formação e transformação, sob nosso ponto de vista da não simultaneidade nas formações das categorias do capital. A diferenciação à Hartshorne (Op. Cit.) mostra-se, assim, não por pensarmos no processo da diferenciação de áreas a partir do ponto de vista do pesquisador, mas sim do processo concreto percebido pelo pesquisador em campo. Nesta relação não se pode omitir que a subjetividade do pesquisador delimita também o que seria significativo ou não, contudo o olhar analítico parte do campo e por ele é ressignificado. Neste sentido, não cabe se ausentar da análise das particularidades de formação e autonomização da terra, do trabalho e do capital, que, como será apresentado nesta dissertação, concretizam o processo de diferenciação de áreas, tanto do Nordeste em relação ao Sudeste, quanto dentro do Nordeste, entre as próprias comunidades estudadas. Tem-se em síntese o caráter da área sendo um momento do processo

de produção de mercadorias, ou de territorialização do capital, como aqui será aprofundado. Buscamos contribuir, assim, para a discussão da relação entre teoria e prática, central no debate da ciência geográfica.

Em especial, buscamos dar luz neste debate para a relação entre o pesquisador e o objeto, pois facilmente os elementos vistos em campo poderiam ser enquadrados diretamente às narrativas da história escrita sobre o sertão nordestino, sem o devido cuidado de identificação de suas particularidades estando em processo. Para não cair em armadilhas de discursos, tanto teóricos quanto ouvidos em campo, buscamos dar atenção especial para este movimento da “teoria prática”, em vistas de não reproduzir uma possível busca pelo encaixe da realidade à teoria, tentação constante diante de uma realidade ainda cheia de elementos ainda hoje considerados “pré-modernos”, ou seja, sem que as categorias capitalistas clássicas tenham se autonomizado totalmente (MARX, 1986). O conceito de não simultaneidade (KURZ, 2004) ajudou significativamente na superação do entendimento linear progressivo do desenvolvimento capitalista, que classifica sociedades em pré-capitalistas, quando suas particularidades revelam contradições ao modelo teórico. Para Kurz (Op. Cit.)

A estrutura espacial das particularidades nacionais reciprocamente demarcadas estava também encadeada a uma estrutura temporal de etapas do desenvolvimento capitalista reciprocamente delimitadas. O universo das nações era um universo de não-simultaneidade histórica. Visto que o moderno sistema produtor de mercadorias só gradativamente havia se alastrado a partir da Europa, nos séculos 19 e 20 as diversas idades do capitalismo encontravam-se imediatamente umas ao lado das outras. O que ainda era futuro para uns era para outros o presente ou já mesmo o passado. Esse desnível do tempo histórico produziu como por si só o paradigma do "desenvolvimento", que nas categorias capitalistas se apresentava como corrida de recuperação dos retardatários históricos (KURZ, 2004: 01).

Cabe, então, assumir que esta pesquisa não pretendeu resolver todas as questões, que poderiam ser analisadas sob o ponto de vista da lógica ideal, mas explicitar, sob o pensamento dialético, as contradições reais do processo de formação das categorias do capital. As conversas com o professor e orientador Carlos Toledo, somadas a algumas leituras, contribuíram significativamente para a tentativa deste caminho de apresentação.

O texto “Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador”, de Heinz Dieter Heidemann (2010), nos ajudou a pensar o processo de modernização em relação à imposição coercitiva da mobilização generalizada do trabalho e para o trabalho que, contraditoriamente, encontra barreiras regionais, resultantes da onipotente lei da concorrência. Sob a chave da forma mercadoria como mediação social, o fenômeno moderno, e concreto, da migração é analisado em sua relação à lógica da sociedade capitalista de produção de riqueza abstrata, que se faz pelo uso da força de trabalho com o objetivo em si mesmo de valorização do valor. Então, defende o autor, a partir desta lógica ampliada é que se pode entender a generalização do mundo produtor de mercadorias e, dito isso, é possível compreender os fenômenos da migração em sua dependência da expansão do capitalismo global. Os processos migratórios são, assim, entendidos em dependência aos fluxos de dinheiro, da mercadoria e da capacidade de aplicação da força de trabalho. No contexto da terceira Revolução Industrial da microeletrônica na década de 1980, cria-se uma sociedade mundial imediata negativamente, ou seja, integrada pelo processo de dessubstancialização da economia e formação de pessoas obsoletas. A crise do trabalho como pano de fundo do momento crítico da reprodução do capital pós década de 1980 faz com que a migração deixe de ser um processo forçado de realização da liberdade negativa do trabalhador (GAUDEMAR, 1977) para ser a expulsão deste trabalhador do mercado de trabalho. Os relatos das histórias de vida que pudemos escutar em campo nos trazem um pouco a forma concreta do processo da totalidade abstrata analisada por Heidemann (2010). Pode-se dizer que todas as famílias de Mangabeira têm algum parente que migrou, ou vive sob o pêndulo

de migrações sazonais, para trabalhar em outras áreas. Muitos foram para São Paulo no início da segunda metade do século XX e voltaram para Mangabeira, outros nunca voltaram. Muitos mandam, ainda hoje, dinheiro para a família que sobrevive ali, e esta, assim, com acesso a um dinheiro que vem de fora diferencia-se dos poucos que somente dali tiram seu sustento.

Tendo feito esta ponderação ao entendimento do fenômeno da migração, Heidemann (2010) discorre sobre o desafio de o pesquisador fazer a mediação entre a totalidade abstrata e o empírico concreto nos estudos sobre migração. Chama a atenção, então, sobre o fetiche que está tanto na formação do pesquisador como sujeito, e deste ponto voltamos a questionar como o pesquisador faz a escolha dos elementos empiricamente significantes. Esta escolha define o pesquisador em sua relação com o objeto de pesquisa. Neste sentido, a escolha de tais elementos, feita pelo pesquisador, deve também ser questionada, considerando que o pesquisador não está isento do direcionamento do seu olhar.

Assim, se buscamos compreender o processo de territorialização do capital, fundamentado pela identificação do processo particular de autonomização das categorias do capital em uma particular região, estamos assumindo uma posição que coloca elementos como produção de mercadorias, formação da propriedade privada da terra e as formas de entrada de crédito como centrais da nossa análise. Esta pré definição direciona nosso olhar em campo, o que necessariamente exclui outras formas de absorver tal realidade. Assumimos, então, o limite desta análise, que certamente não dá conta de todos os processos concretos e abstratos de formação da realidade estudada.

Ainda sobre este debate que contextualiza criticamente o pesquisador, principalmente durante o processo dos trabalhos de campo, a leitura de Yves Lacoste, em "A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos" (2006), reforçou a importância e o desafio de pesquisas que extraem o abstrato de uma realidade concreta, destacando o compromisso do pesquisador nesta relação. Em "O geógrafo e a pesquisa de

campo”, Bernard Kaiser (2006) também contribui para o debate, ao elucidar o trabalho de campo como momento de modelar dialeticamente as hipóteses (que, para nós, se transfigurou nos elementos empiricamente significantes, já que esta escolha parte de hipóteses), reiterando que a análise deve partir da realidade do campo, ainda que com todas as dificuldades encontradas neste processo de abstração.

Quanto ao processo de abstração da realidade e a busca por uma verdade, podemos fazer um paralelo sobre esta relação de pesquisador e objeto no que Hegel (1936) apresenta na relação do homem com a natureza. Para ele, a natureza não subsiste positivamente, pois, ao se pensar sobre ela, tem-se uma mediação, e ela deixa de ser absoluta em si mesma. De outro lado, pensando a natureza em contradição dialética com o sujeito, ela subsiste estando, simultaneamente, dentro e fora dele. Assim, para Hegel (1936), a natureza não deixa de ser uma forma de consciência a ser superada.

Hegel (Op. Cit.), em contraponto a Kant (1980), defende que se não é possível chegar à verdade do objeto, também não se chega à verdade do sujeito, pois ambos existem em relação. E é na relação que se constitui a identidade. Para Hegel (Op. Cit.), o espaço e o tempo estariam em simultaneidade na relação, de modo que o lugar é a consciência de que tempo e espaço coincidem na simultaneidade de determinado tempo e espaço. Ao criticar a externalidade da estética transcendental kantiana, Hegel (Op. Cit.) critica a exterioridade do pensamento que, em sua forma pura, ausenta o sujeito. Defende que a noção de espaço e tempo estaria na interioridade do sujeito em relação ao objeto, cuja relação é contraditória em si, não havendo, portanto, externalidade pura, pois o pensamento já é uma forma de mediação.

Parece-nos um campo de debate semelhante ao que elucidamos acima, sobre a definição de elementos empiricamente significantes a serem analisados pelo pesquisador. A intenção na seleção impede a externalidade pura e, em termos hegelianos, não chegaríamos à verdade do objeto (tampouco do sujeito).

A dialética é central no pensamento hegeliano. Se em Kant (Op. Cit.) espaço e tempo eram elementos, em separado, interiores ao sujeito, em Hegel (Op. Cit.) espaço e tempo só existem simultânea e contraditoriamente na relação entre sujeito e objeto. Esta contradição entre tempo e espaço, sujeito e objeto, tem o lugar, em Hegel, como a forma da contradição, a forma da consciência de que o espaço é tempo e tempo é espaço. A concretude (matéria como substrato da passagem entre forma e conteúdo) do real é o lugar, como consciência desta simultaneidade.

Para Hegel (Op. Cit.), portanto, o pensamento, ao mediar a relação entre sujeito e objeto, impossibilita qualquer noção de externalidade pura. A dialética hegeliana aparece, assim, como a única possibilidade de alcançar a essência, presente na relação contraditória entre sujeito e objeto. Se o real, o universo, está no externo, há limites em sua compreensão, pois a verdade estaria em sua mediação com o sujeito, de forma concreta e contraditória.

Pensar tempo e espaço como coisas separadas é, para Hegel, um momento da consciência. Na totalidade dialética não há externo e interno, o movimento do real constitui-se pela relação entre ideal e concreto. Ao reconhecer o limite do pensamento sobre o real, Hegel assume a ciência como forma do entendimento do real, e não sua equivalência. Assim como Kant (Op. Cit.) e Hegel (Op. Cit.), Marx (1985) também vai assumir os limites do pensamento científico crítico. Em ambos (Marx e Hegel), para realizar a crítica social foi necessário resgatar o conceito de natureza negando-a, para assim assumir a consciência no e do sujeito em sua relação dialética com o objeto.

As inversões presentes no pensamento de Hegel e Marx assemelham-se, mas trazem também particularidades. No que se refere à relação quantidade/qualidade, por exemplo, Hegel (Op. Cit.) defende que a medida da relação é a quantidade que, ao ser alterada, muda a qualidade; Marx, no entanto, em seu pensamento, sustenta que a forma (do capital) contém tanto a qualidade quanto a quantidade de si mesma, ou seja, é a qualidade de não ter qualidade

que a sintetiza, sendo, portanto, uma forma desmedida². Neste sentido, o dinheiro, enquanto forma monetária, não detém, em Marx, nenhuma determinação quantitativa; ele representa a determinação qualitativa, representa o valor que está nas mercadorias como tempo de trabalho.

Em diálogo com Hegel na busca pela superação do positivismo como forma de pensamento sobre a sociedade, por meio da incorporação da contradição à análise, Marx (1985) insere o problema da materialidade ao pensamento crítico social. Ao criticar a fenomenologia do espírito hegeliano (como consciência do sujeito sobre si mesmo, em relação à sociedade que põe a questão do sujeito como o objeto da análise), Marx (Op. Cit.) parece propor uma fenomenologia do espírito social, como a forma da consciência fetichista. Em Marx, essa crítica ao pensamento positivista nos parece surgir em sua crítica à ontologia da acumulação, de forma que a metafísica, em Marx, é social, é o fetiche.

Em sua análise sobre a sociedade do século XIX, Marx apresenta três elementos constituintes do real: o natural, tido como valor de uso; o sobrenatural, sendo o tempo social médio algo fantasmagórico como consciência necessária à naturalização do valor e do valor de uso; e o social, sendo este a contradição entre o que é natural e o sobrenatural. O dinheiro expressaria uma forma de consciência necessária, a consciência fetichista que incluiria, na identidade do dinheiro, o problema da contradição entre a sociedade e a natureza. A consciência fetichista é, para Marx, a forma de consciência necessária, que na identidade do dinheiro incluiria, mais uma vez, o problema da contradição entre sociedade e natureza. Isso vai se constituir, por exemplo, na diferença que Marx faz do dinheiro enquanto medida de valor e como padrão de preços: forma metálica de ouro e prata constituindo determinado tempo de trabalho e, portanto, constituindo-se como medida de valor; e, sendo medida de valor que

² O debate aqui apresentado entre Kant (1980), Hegel (1936) e Marx (1985) sobre as formas de relação entre sujeito e objeto na apreensão da realidade tem como base a discussão realizada pelo Professor Dr. Anselmo Alfredo em sua disciplina lecionada no PPGH "Modernizações e Contradições Espaço-Temporais".

se realiza na circulação, constitui-se como algo material/sonante, enquanto padrão de preço.

A dupla face da moeda deteria, assim, a contradição: sua face física, sonante; e sua determinação social, de modo que sua condição material de equivalência torna-se ilusória, pois jamais se terá a mesma massa de valor no dinheiro que o próprio dinheiro vai realizar na troca. O problema fundamental da contradição a ser desvendada é o dinheiro cindir-se entre medida de valor e padrão de preço, ou seja, entre o tempo social de trabalho (impresso na forma de preço) e a sua materialidade na forma de peso. Então, o dinheiro como padrão de preço se desvincularia logicamente à necessidade de ele circular na mesma medida do valor que ele busca representar, em processo de autonomização. Do ponto de vista da média social, o dinheiro vai ser o fetichismo como condição *sine qua non* desta forma de distribuição pelo lucro médio, que vai dar o preço das mercadorias cada vez mais descolado de seu valor.

Sob a teoria do valor, portanto, Marx (1985) vai analisar que o dinheiro contém em si a sua contradição, por ser medida de representação do valor e por conter em si o valor de seu tempo de trabalho, de forma a possibilitar a realização de uma somatória de valores desvinculadas, muito além, do seu valor em si enquanto moeda sonante.

Assim, dinheiro como meio de circulação, dinheiro sonante, tem sua relação com a medida de valor que dispensa sua condição física material para reproduzir o processo social da troca, em uma sociedade da troca, haja visto que é na troca que se socializam os diferentes tempos de trabalho. O dinheiro envolve, assim, necessariamente, o problema de uma divisão social do trabalho, em que só há acumulação se o dinheiro representar este tempo médio e possibilitar que um capital produzido abaixo do tempo médio acumule em detrimento de outro capital individual produzido acima do tempo médio. Neste sentido, o trabalho também tem que estar na forma monetária para que haja a distribuição social da mais-valia.

Sob a totalidade da sociedade das trocas, torna-se impossível compreender o processo sob o ponto de vista de um capital individual, sendo preciso considerar as relações particulares como parte da totalidade. E o dinheiro, como signo mobilizador fetichista das relações sociais, torna-se central para o entendimento desta sociedade moderna, monetarizada.

Para Marx, portanto, esta não correspondência entre representação do valor das mercadorias e o valor do dinheiro em si apresenta-se, necessariamente, sob a forma da consciência fetichista da acumulação, de maneira que o entesourador de capital, sob a forma monetária, acredite que, ao acumular, o dinheiro pode realizar sua identidade própria: a possibilidade de tudo comprar.

Assim, algumas ilusões são postas sob as determinações do capital como condição de sua reprodução ampliada. Destaca-se, aqui, o fato de dinheiro não conter valor, mas ser representante do valor (sendo este processo o *salto mortal da mercadoria*, nas palavras de Marx (1985)). Esta distinção é central no pensamento marxista, pois permite chegar a suas contradições nos próprios termos, na medida em que o dinheiro, enquanto expressão de valor, vai se constituir em uma linguagem social que se realiza pela e através das coisas, sob a forma do preço. Em outras palavras, o valor das mercadorias está sempre em relação ao tempo médio de trabalho das outras mercadorias, dado pelo padrão de preço, expresso no dinheiro como equivalente geral. Neste sentido, a determinação metafísica da reprodução social capitalista coloca a própria concepção física (o ouro, no início, como equivalente geral) como algo idealizado, de modo que é preciso “passar a língua” na mercadoria, para atribuir-lhe valor.

Outra contradição central, ofuscada pela consciência fetichista, está em que a relação de troca aparece como algo que está fora da mercadoria, e não como a expressão externa da contradição interna entre valor de uso e valor de troca da mercadoria. A média de preços que se forma *a posteriori* determina, assim a desmedida da identidade social da sociedade das trocas, por estar em desencontro ao valor que ela expressa: reconhece-se, aqui, novamente, o fetichismo como condição da reprodução social.

O dinheiro, assim, na medida em que fetichiza o valor, pode tudo trocar, constituindo-se como mercadoria universal, equivalente geral e na absoluta alienabilidade do mundo das trocas. Como meio de circulação, dinheiro representante do valor permite a metamorfose da mercadoria. O meio de circulação constitui-se nesta duplicação da mercadoria em dinheiro, que é, por sua vez, uma forma de aparecimento da contradição interna da mercadoria, entre valor de uso e valor de troca. Esta antítese interna da mercadoria se coloca numa antítese externa, como forma de aparência do processo de valorização do valor que a mercadoria contém para ser representada. Esta antítese externa deteria uma determinação fundamental que seria a autonomização do dinheiro em relação ao valor. Então, todo o problema do dinheiro como meio de circulação, como expressão do valor da mercadoria como se ele fosse o valor e não mero representante, constitui-se, no processo de separação do dinheiro ao valor, como a forma de consciência necessária para reprodução social capitalista. Há uma autonomia do dinheiro em relação ao valor, como fetichismo portanto, que vai produzir seus desdobramentos: como forma de entesouramento, como meio de pagamento e como dinheiro a crédito.

Na autonomia do dinheiro enquanto valor, a venda pode ser vista em separado da compra. As coisas aparecem sequencialmente, sendo só valor de uso para alguns, e só valor de troca para outros. A tentativa do desvendamento consiste em entender que a primeira metamorfose de um já é a segunda metamorfose do outro e, portanto, o processo de venda já é uma simultaneidade. Não só porque ao se vender se compra, mas deve-se reconhecer o entrelaçamento entre processo de troca e venda. A simultaneidade do processo de troca se constitui na forma do dinheiro como meio de circulação. Ao estar no meio de circulação, o dinheiro leva consigo sua determinação fetichista de deter valor, levando à ilusão da acumulação do valor com o dinheiro, sendo este processo marcado pela autonomização do dinheiro, como riqueza monetária (que detém a expressão do valor como valor). Troca-se, ilusoriamente, para acumular a riqueza monetária.

Aqui, o curso do dinheiro, sob todo este processo de fetichização, constitutivo de uma determinação ilusória, está às costas do sujeito, opondo-se, portanto, à ideia

de curso do mundo de Hegel em sua teoria da fenomenologia do espírito, em que o curso do mundo, a razão, nunca dá as costas ao sujeito. Neste sentido, buscaremos demonstrar no Capítulo 5 as várias formas de aparecimento e acesso ao dinheiro em Mangabeira (Mirangaba, Bahia) e demais comunidades da Baixada do Tabuleiro, que aparecem sob falas e pontos de vistas individuais e concretos. O desvendamento dos discursos, para se chegar a uma realidade na relação entre pesquisadora e objeto, tem como caminho a relação entre a concretude individual das histórias de vida e a totalidade da sociedade mundial produtora de mercadorias, tentando desvendar, assim, o que seria a verdade a ser capturada.

Substanciado pela teoria marxista que tem o fetiche como categoria central para o desvendamento do mundo real, os fenômenos sociais aparecem sem revelar sua essência, que é, por si, crítica. Assim, de maneira central, destaca-se o problema do desenvolvimento das forças produtivas, que leva, contraditoriamente, ao excedente de capital em um mundo sem trabalho (e, logo, produtor de menos valor), que, por sua vez, necessita ser investido em novos ramos produtivos e novas áreas para se realizar enquanto tal. A expansão, que aparece como a supremacia do capital, é, assim, crítica nos próprios termos, revelando a imanente contradição da lógica capitalista de acumulação.

O excedente monetário, que se constitui no capital de crédito e no capital a prazo, está, portanto, fundamentado na contradição implicada no desenvolvimento das forças produtivas, em que há uma sobredeterminação da reprodução social sob o movimento do dinheiro em relação ao processo produtivo propriamente dito. Então, a crise da reprodução social capitalista também apareceria num movimento de excedente monetário sem valor.

Para Marx (1985), portanto, pode-se auferir que o capital possui determinações lógicas que formam os sentidos, os termos e o próprio conteúdo da história. A própria relação entre sujeito e objeto está sob a determinação lógica do capital, de forma que a história da sociedade é a história do mundo do trabalho, pois só então os sujeitos têm consciência histórica (passado, presente e futuro). Assim,

tem-se que só há possibilidade de interpretação social sob o pensamento dialético na sociedade moderna, estando o objeto no centro ou na periferia da sociedade de trocas. Sob a dialética, há que se considerar a contradição entre história e lógica, sendo, assim, necessário reconhecer a negatividade da história para compreendê-la essencialmente.

Pretendeu-se, assim, articular nesta dissertação, sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético marxista, as narrativas de campo (o que nos permitiu resgatar um pouco do passado do século XX e até final do século XIX) aos momentos do processo de autonomização das categorias do capital e sua territorialização (TOLEDO, 2008) no âmbito da totalidade. Uma das perguntas-chaves que orientaram o método da pesquisa foi questionar se seria possível pensar em quatro diferentes momentos da fusão entre política e economia, central no conceito de região de OLIVEIRA (1977), quais sejam a região da colônia, a região coronelista, a região planejamento para metropolização e a região da administração da catástrofe, como diferentes momentos constituintes da relação entre o particular (comunidades da Baixada do Tabuleiro³) e a totalidade.

Buscamos, assim, entender que região do Nordeste era esta, quando da chegada do planejamento do Estado capitalista, via projetos da Sudene (OLIVEIRA, 1977) e no que se transformou até os dias atuais. Questiona-se se Mangabeira e demais comunidades da Baixada do Tabuleiro, que conformam a área estudada, teriam formado *zonas de localização diferenciadas* (OLIVEIRA, 1977) após a chegada do Estado e, se não, por que e em que se transformaram.

Os fundamentos teóricos para a interpretação dos momentos da *região* – as relações de trabalho, a formação da propriedade privada e a presença do Estado – foram tidos por nós como os elementos empiricamente significantes, visto parecerem revelar, sob nosso ponto de vista enquanto pesquisadores, as

³ Comunidades rurais localizadas nos limites entre os municípios de Jacobina e Mirangada, na Bahia, contemplando as seguintes aqui nomeadas: Caatinga do Moura, Vale do Taquarendi, Mangabeira, Riacho, Paranazinho e Umbiguda. Ver Anexo 1.

particularidades que permitem identificar em Mangabeira e demais comunidades os momentos das transformações regionais na relação com a totalidade.

Este caminho de entendimento da região e de escolha de determinados elementos empiricamente significantes foi possível a partir da leitura crítica de alguns autores centrais nesta pesquisa, como Francisco de Oliveira (1977), em “Elegia para uma Religião”, em que o autor analisa a formação do Estado Nacional e o possível fim da região nordestina no processo de modernização da nação e formação de políticas de planejamento do Estado capitalista para o desenvolvimento nacional. Procuramos interpretar como a população sertaneja estudada em campo enxerga os momentos da presença do Estado na organização de suas vidas e, em sentido contrário, partindo da estrutura, o que significou para o Estado Nacional incorporar (ou não) regiões como a estudada no trabalho de campo no processo de modernização da nação.

Para aprofundar o debate sobre o papel do Estado neste processo de passagem da criação do que se chamou de Nordeste, como área a ser planejada pelo Estado, já no contexto de crise regional, para a gestão da crise, foram lidos os textos de Francisco de Oliveira (1998), “O Surgimento do Antivalor - Capital, força de trabalho e fundo público” e “Ascensão do dinheiro aos céus”⁴, de Robert Kurz (1995b), que trazem o debate sobre como a crise da providência do Estado e a concomitante atuação dos fundos públicos aparecem como formas de remuneração do trabalhador, expandindo, contraditoriamente, via capital fictício gestado pelo Estado, o trabalho improdutivo. Em outras palavras, parte-se da ideia de fundo público e Estado providência presentes em Oliveira (1998), como parte do processo de aumento progressivo da dependência da reprodução social ao Estado, que só se dá via reprodução do capital fictício, tendo por base a necessária expansão do trabalho improdutivo.

⁴ Disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>, acessado em Abril de 2016.

O fundo público seria, por um lado, em suas diversas formas, o pressuposto do financiamento da acumulação do capital, conferindo, por exemplo, recursos para ciência e tecnologia para competir nas exportações, subsidiando juros para setores de ponta e subsidiando a produção agrícola; e, de outro lado, o pressuposto do financiamento da força de trabalho, por meio de investimentos na educação universal e gratuita, medicina socializada, previdência social, seguro-desemprego e subsídio para transporte, entre outros exemplos. A ideia seria manter a valorização do capital pela dívida pública. Este contexto coincide historicamente com a criação da Sudene e, sob o ponto de vista da crise regional, trouxe elementos para análise da atuação do Estado.

Em complemento a estes dois textos, outros textos do Robert Kurz serão apresentados, sendo um especialmente sobre o papel do Estado no momento do colapso da modernização, “A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política”⁵ (KURZ, 1995a); outro, voltado especialmente para a discussão em torno da substância do trabalho e a crise, decorrente de sua ausência, presente no capítulo 5 do livro “O dinheiro sem valor” (KURZ, 2014). Por fim, em referência às leituras realizadas de Robert Kurz, o texto “A nova simultaneidade histórica. O fim da modernização e o começo de uma outra história mundial” (KURZ, 2004) contribuiu para a discussão sobre o conceito de modernização retardatária nos níveis mundiais, ao explicitar ser este o argumento da expansão capitalista pelo mundo, que, internamente aos países, endossou o reconhecimento jurídico e político dos assalariados como sujeitos e cidadãos plenos, formando, assim, uma massa gigantesca de força de trabalho global e barata, representando ainda uma reserva para a valorização do capital, agora não mais na forma de um desenvolvimento nacional, mas antes na forma do capital globalizado transnacional (KURZ, 2004).

Em complemento a este debate, com foco maior sobre a questão regional e do trabalho no Brasil, foram realizadas as leituras de outros três textos: “Divisão territorial do trabalho e a nova regionalização”, de Lea Goldenstein e Manoel

⁵ Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm>, acessado em outubro de 2015.

Seabra (1982); “Formação e atualidade da questão regional no processo de modernização do Vale do Jequitinhonha Mineiro”, de Carolina Leite (2014); e “O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica”, de Heinz Dieter Heidemann, Carlos de Almeida Toledo e Cassio Arruda Boechat (2014).

O primeiro texto é um clássico da geografia uspiana, em que o conceito de região é apresentado como sendo parte de uma totalidade da divisão territorial do trabalho, que não se finda, de forma que a região está em constante movimento. Este texto foi a base conceitual para a definição de região aqui adotada, que se coroa com o argumento de Chico de Oliveira (1977), ao dar ênfase à fusão entre política e economia nas relações ditas regionais. Esta discussão sobre o conceito de região foi central na pesquisa, pois, na busca pelo entendimento de suas particularidades que, por sua vez, se mostram para o capital como barreiras à sua expansão, foram revelados os cernes de sua formação. Ou seja, o entendimento do conceito de região em Oliveira (1977), aqui momentânea e sinteticamente definido pela fusão da economia com a política, revelou processos históricos de violência necessários para a sua reprodução. Esta discussão é apresentada logo no início da dissertação e permeia toda a escrita.

No segundo texto, a autora se propõe discutir o processo de naturalização da questão regional, a qual é sustentada pelos discursos das políticas de planejamento, em que tal questão aparece como objeto das políticas, e não como seu produto, conforme sugerido pela autora. Leite (2014) elabora uma crítica ao planejamento fundamentado no pensamento neoclássico, que busca identificar e propor soluções para as “desigualdades regionais”, que, ao seu ver, objetiva e naturaliza a região, neutralizando, tanto o papel do pesquisador, quanto do planejador estatal, como se estes alcançassem o real pela objetividade conferida de seu distanciamento ao objeto. Em outras palavras, o que a autora se propõe não seria o estudo das causas da desigualdade regional, mas a discussão de quais são as condições (fantasmagoricamente objetivas) de existência das regiões e de desigualdade entre estas, no sentido de elucidar como determinadas relações

sujeitas às políticas estatais ocultam e naturalizam seu processo histórico e particular de formação regional.

E, finalmente, o último texto, no qual os autores buscam desenvolver a tese de que, sob o signo do dinheiro, a precarização do trabalho, mais a generalização do consumo e o não reinvestimento do capital produtivo na produção, seriam os elementos fundantes da formação do mercado financeiro. Para sustentar tal análise, são debatidos os conceitos de Estado nacional e região, como escalas de análise e momentos da territorialização do capital (TOLEDO, 2008), contribuindo, assim, com a discussão a que aqui se pretende chegar.

Tendo como pano de fundo o movimento da dissertação acima elucidado, a análise, ainda que limitada, do processo de formação regional também será apresentada como uma maneira de contextualização histórica e geográfica do objeto da pesquisa, consistindo, sob minha recente e limitada compreensão dos caminhos da pesquisa, em uma etapa teórica necessária para o entendimento dos processos atuais. Para tanto, o livro principal foi “A terra e o homem no Nordeste”, de Manoel Correa de Andrade (sem data⁶), em que o autor descreve e analisa, sob os conceitos de sua época, o processo histórico de formação da *sociedade do couro*, partindo do momento do Estado Colonial e do coronelismo, até chegar à Sudene e às lutas camponesas que marcaram o campo do Nordeste na segunda metade do século XX.

Especificamente em relação ao conceito de Fundo de Pasto, além da legislação específica analisada, entramos em contato com o texto de Alcântara e Germani (2015) que apresenta o caminho árduo para a definição jurídica deste conceito, devido às particulares características que podem variar de comunidade para comunidade, mas que têm em comum um processo de formação histórica e de relação com a terra. Os autores fazem parte do Grupo de Pesquisa Geografar, da Universidade Federal da Bahia (onde Germani leciona), voltado para estudos de Geografia Agrária no Nordeste. Em suma, o debate apresentado pelos autores sobre a dificuldade de consolidar um conceito de comunidade de Fundo de

⁶ Primeira edição data de 1963.

Pasto, e diante da história da chegada do conceito em Mangabeira e demais povoados do entorno, levantamos a discussão sobre a formação estratégica da identidade como um simulacro identitário diretamente vinculado às políticas de governo.

De fundamental importância para a compreensão da formação da região sertaneja do período colonial foram as leituras dos três primeiros capítulos do livro “A guerra dos bárbaros”, de Pedro Puntoni (2002) e também destes mesmos primeiros capítulos de “Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio”, de Erivaldo Fagundes Neves (1998). Em visita ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, entramos em contato, ainda, com leituras históricas que trouxeram novos elementos para a análise de formação regional. Destacam-se “História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros”, de Pedro Calmon (1983), “O feudo – A casa da Torre de Garcia D’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil”, de Luiz Alberto Moniz Bandeira (2000), e dois artigos, também de Neves, apresentados na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia “História agrária na perspectiva socioeconômica” e “Almocafres, bateias, e gente da pequena esfera: o ouro no povoamento e ocupação econômica dos sertões da Bahia”, de 2005 e 2006, respectivamente.

O contato com leituras sobre a história de formação social do que é reconhecido hoje pelo Estado nacional como região Nordeste nos ajudou a compreender o processo de formação das categorias do capital em suas particularidades, principalmente no que se refere à propriedade privada e à formação do trabalho. Não caberá aqui esgotar a profundidade e complexidade inerentes ao entendimento das particularidades deste processo de formação da região Nordeste, contudo, nos pareceu importante uma aproximação a outros momentos históricos para o entendimento do momento atual como parte de um processo. Assim, acabou por ser relevante do ponto de vista do método do pensamento resgatar alguns acontecimentos históricos que esclarecem, principalmente, a relação entre a formação da região da pecuária baiana e a totalidade do mundo moderno produtor de mercadorias.

Com esta revisão bibliográfica, foi possível compreender o momento em que a violência extraeconômica se realizava pelos sertões para extração do excedente, no decorrer dos desmembramentos das sesmarias e a formação das fazendas de gado, que vão culminar na formação regional que conhecemos hoje, em crise.

Destaca-se, na revisão bibliográfica para o resgate histórico da formação da região em sua criticidade, a tese de doutorado do professor Carlos de Almeida Toledo (2008), que possibilitou a compreensão articulada do processo histórico de formação da região das lavras baianas (região da Chapada Diamantina, cuja formação advém da sesmaria dos Guedes de Brito, principal rival dos Garcias Dávila, sesmeiro da região em estudo), aos momentos do processo de territorialização do capital, enquanto categoria de análise.

Como pano de fundo teórico, nos termos relacionados à formação das categorias de análise, foram realizadas leituras dos capítulos 5 a 8 do livro “Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital” de Jean-Paul de Gaudemar (1977), em que o autor discute o conceito marxista de mobilidade do trabalho, abrindo a discussão que se faz sobre trabalho produtivo e a mobilidade do trabalho como condição de existência do capitalismo, em que é concedido ao sujeito sujeitoado seu direito de exercer sua liberdade negativa.

Por fim, o debate que se pretende teve como principal teórico Karl Marx, em especial os conceitos desenvolvidos em seus Livros I e III d’O Capital, sendo o livro primeiro fundamental para o entendimento da dialética entre essência e aparência e o duplo caráter da mercadoria, que rege nossa forma de pensar o mundo moderno; e o livro terceiro é também fundamental para a compreensão do processo de autonomização destas categorias. Dos livros mencionados, destacam-se os capítulos “A mercadoria”, “A assim chamada acumulação primitiva” e “A teoria da moderna colonização” do livro I, e “Preço de custo e lucro”, “A divisão do lucro e juro e ganho empresarial”, “A gênese da renda fundiária” e “A fórmula trinitária” do livro III.

A leitura de “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, de Vladimir Lenin, também contribuiu para o diálogo com o texto “A teoria moderna da

colonização”, para contextualizar a modernização de países como o Brasil, durante o pós-guerra.

2. Introdução ao objeto

Durante um total de duas semanas, em setembro de 2016 e setembro de 2017, realizei trabalhos de campo em Jacobina e Mirangaba (Bahia) como pesquisadora do mestrado. Destaco essa condição de pesquisadora, porque em 2015 realizei três trabalhos de campo nestes municípios, quando ainda prestava serviços de consultoria socioambiental para o empreendimento eólico que, por fim, se tornou o motor que desencadeou o percurso da minha pesquisa. A mudança de lugar na relação com o objeto, de analista para pesquisadora, e os distintos elementos significantes interpretados entre a primeira e a segunda forma de relação com as pessoas daquelas comunidades, evidenciam, a partir da minha própria experiência, a variação possível da apreensão de uma mesma realidade. Se, no primeiro momento, meu olhar direcionava-se a identificar os impactos sobre a população que um empreendimento eólico previsto para ser construído no topo do Tabuleiro suscitaria, no segundo momento, voltava-se para entender o que representam, no âmbito da totalidade da história do modo de produção capitalista, as relações sociais ali existentes. A mudança de perspectiva e de intenção resultou, claramente, em entendimentos distintos daquela realidade, explicitando a limitação inerente da relação entre pesquisadora e objeto no processo de absorção da realidade.

Assim, ter retornado em 2016 acompanhada de um grupo de pesquisadores colegas do Departamento de Pós-Graduação em Geografia Humana, além do professor e do orientador Carlos Toledo, e em 2017 juntamente com um colega de pesquisa do Laboratório de Geografia Urbana (LABUR), foi de extrema importância para requalificar minha aproximação junto às comunidades pesquisadas e ao poder público entrevistado. Vale aqui retomar, portanto, meu primeiro contato em campo, pois neste segundo ano foi constante, e legítimo, o questionamento sobre o porquê da minha volta, questão esta presente no texto de Kaiser (2006), em que o autor discorre sobre as diferenças de doutrinas, métodos e objetivos implicados nas pesquisas de campo, e suas implicações no resultado da pesquisa.

Em 2015, como coordenadora da área social do EIA/Rima (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) do Complexo Eólico, fazia parte do meu trabalho a realização de conversas formais com todas as lideranças rurais das comunidades existentes ao redor da Serra do Tombador (nome que referencia o Tabuleiro, cujo topo era pleiteado para a instalação de um Complexo Eólico⁷). O objetivo central das conversas era compreender o tipo de relação que tais comunidades estabeleciam com a área prevista para a implantação do Complexo Eólico, a fim de, a partir deste diagnóstico, traçar os impactos sociais decorrentes da instalação e operação do referido empreendimento eólico.

Na ocasião das conversas, pude ouvir destes representantes que havia um conflito fundiário em curso, impulsionado pela especulação fundiária associada à possibilidade de implantação do empreendimento no topo do Tabuleiro. A denúncia que se ouvia das lideranças era sobre a ocorrência de grilagem de áreas do Tabuleiro, que até então eram devolutas e sobre as quais os usos se faziam de forma difusa, com extração de frutos e pastoreio extensivo do gado, por grande parte dos moradores das comunidades de seu entorno, reconhecidos pela comunidade como “vaqueiros”. Concretamente, o que vinha ocorrendo era o cercamento destas áreas de uso comum por uma pessoa que se dizia proprietária (o grileiro), impedindo o deslocamento do gado no topo do Tabuleiro e seu acesso às lagoas existentes, o que culminou na morte de algumas cabeças dos rebanhos, conforme os relatos das lideranças locais.

Em tempo: ainda em 2015, os moradores foram assessorados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que iniciou a organização das comunidades na busca do autorreconhecimento como comunidade tradicional de Fundo de Pasto, o que garante o acesso permanente à terra e impõe juridicamente limites à sua negociação. Paralelamente a este processo, o empreendedor suspendeu o licenciamento ambiental deste empreendimento, alegando ser de alto risco

⁷ No Anexo 1, consta o Mapa de localização das comunidades da Baixada do Tombador (ou somente serra, como é reconhecido localmente) e a área pleiteada pelo empreendimento, com base no Relatório Ambiental Simplificado, do Complexo Eólico da Serra do Tombador, elaborado por Bioconsultoria.

devido ao conflito fundiário identificado e, principalmente, por falta de financiamento junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Conforme assinalam Alcântara e Germani (2015), a particularidade do Fundo de Pasto está na relação complementar entre o individual e o comunal: a produção familiar de agricultura nos minifúndios e a produção comunal do rebanho, em um sistema combinado. Destaca-se que, de acordo com os referidos autores, Fundo de Pasto é um conceito que tem a discussão sobre a posse da terra (formas de uso e de organização do trabalho) como central. Trata-se de um conceito não total e amplamente estabelecido. O primeiro esforço de sua definição foi feito em 1982 pela equipe da CAR (Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional) da Bahia, tendo sido debatido, desde então, na busca por uma definição conceitual e jurídica que garantisse sua reprodução. Juridicamente, de acordo com a Portaria SEPROMI N° 007 / 2014, comunidades Fundo ou Fecho de Pasto são aquelas nas quais, segundo critérios de auto definição, sejam observadas as seguintes características: uso comunitário da terra, podendo estar aliado ao uso individual para subsistência; produção animal e produção agrícola de base familiar; cultura própria, parentesco, compadrio ou solidariedade comunitária associada à preservação de tradições e práticas sociais; e que estejam localizadas nos biomas caatinga e cerrado, bem como nas transições caatinga/ cerrado.

Durante o trabalho de campo realizado em 2015, percebi que, de fato, tais características coincidiam com a forma de reprodução das famílias residentes nas comunidades do entorno do Tabuleiro não beneficiadas pelos córregos que dele nascem (Mangabeira, Riacho, Paranazinho e Umbiguda). Faz-se importante, a título de situar o leitor, explicar a primeira diferenciação de áreas percebida em campo: ainda que estas comunidades estejam muito próximas (em termos de distância física, ver Mapa de localização das comunidades da Baixada do Tabuleiro – Anexo 1) das comunidades do Vale do Taquarendi e da Caatinga do Moura, também localizadas na Baixada do Tabuleiro, as comunidades de Mangabeira, Riacho, Paranazinho e Umbiguda têm um processo histórico de ocupação que as difere daquelas outras, haja vista a não presença de córregos e

o difícil acesso à água que retardaram suas ocupações e a formação da propriedade privada.

De forma geral, estas famílias das comunidades “da sequeira”⁸ apropriam-se das terras de duas maneiras conjugadas: a parcelar e a de uso comum. Na primeira, a porção da terra cabe à unidade familiar que produz seu próprio alimento, como feijão, milho e mandioca, para venda de excedente. As terras parcelares estão localizadas próximas às residências, na baixada da serra, resultantes da ocupação pretérita e da compra de lotes, nas últimas três décadas. Nestas, as benfeitorias existentes dependem das condições de cada família e do atual acesso a programas de governo para a obtenção de crédito. O trabalho é predominantemente familiar, havendo, pontualmente, mutirão e a venda diária de serviços.

A segunda forma de apropriação da terra, o uso comum, caracteriza-se pela utilização comunitária das áreas úmidas dos topos do Tabuleiro para pecuária extensiva, onde os homens vaqueiros costumam utilizar as áreas úmidas para soltura dos animais, que pastoreiam de forma solta para acessar as lagoas e veredas existentes.

A Foto 01 abaixo ilustra o mapa mental elaborado pelos vaqueiros da comunidade de Mangabeira em conjunto com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), ainda em 2015, em referência à área de uso comum no topo do Tabuleiro, coincidente à área especulada para exploração eólica.

⁸ O termo comunidades da “sequeira” será utilizado para simplificar a referência às comunidades de Mangabeira, Riacho, Paranazinho e Umbiguda, que, juntas a outras poucas comunidades não visitadas, compõem a comunidade tradicional de Fundo de Pasto. Assim, quando o termo comunidades “da sequeira” for utilizado, ele não contempla Caatinga do Moura e Vale do Taquarendi, cujo acesso à água os diferencia (ver Anexo 2, onde fica clara a divisão das propriedades de roça em áreas úmidas, como as destacadas em Taquarendi).

Foto 01: Mapa mental dos vaqueiros da comunidade de Mangabeira.

Autoria: Olívia Cardoso.

No contexto de discussão da entrada do empreendimento eólico, a atuação da CPT foi fundamental para articular as comunidades do entorno do Tabuleiro no processo de autorreconhecimento como comunidades tradicionais de Fundo de Pasto. Neste ínterim, as comunidades se organizaram formalmente e receberam o reconhecimento do Estado. O reconhecimento garante, assim, maior proteção de suas áreas, visto que, apesar de a negociação dos recursos naturais, como o vento, ainda ser possível, ela depende do aceite de todos os representantes das comunidades. Fica mais difícil ao representante do capital a realização de negociações unilaterais, como a tentativa neste caso com o grileiro especificamente, e em tantos outros que denuncia o vídeo “A Energia Eólica: a caçada pelos ventos”, de Thomaz Bauer, realizado e divulgado pela CPT (2013)⁹. Há, no entanto, que buscar entender as contradições do próprio Estado nacional, que financia a entrada de capital, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), via empreendimentos eólicos, e reconhece formalmente o caráter tradicional de uma comunidade, restringindo, assim, a realização daquele capital antecipado.

Diante da situação de cancelamento temporário da chegada do empreendimento eólico, as perguntas de campo se centraram principalmente nas expectativas da

⁹ Para assistir, acesse: <https://www.youtube.com/watch?v=s90nKSlbgoQ>.

possível futura instalação do complexo eólico no alto do Tabuleiro, como, por exemplo, se o cercamento das terras iria lançar a população local ao mercado de trabalho, em um processo de afirmação da liberdade negativa (GAUDEMAR, 1977) como desdobramento da expropriação do trabalhador de seus meios de produção. Nesta ocasião, as hipóteses das variáveis dos elementos empiricamente significantes também se voltavam à organização das famílias em torno do uso das terras devolutas do Tabuleiro: as relações de trabalho existentes e, em especial, o trabalho do vaqueiro. A análise destas variáveis parecia dar conta da revelação das contradições do processo de territorialização do capital em curso, pois dialogava com o discurso de auto-afirmação das famílias como comunidades tradicionais que foram centrais no contexto dos trabalhos de campo de 2015 (quando minha presença estava totalmente implicada no processo de licenciamento ambiental).

Com os retornos em 2016 e 2017, acompanhada de outros colegas pesquisadores e do professor, houve, portanto, o desafio extra de me desvincular da “empresa da eólica” (termo usado pela população local) e de desvendar os interesses dos discursos de auto-afirmação como comunidade tradicional, que permearam as primeiras conversas de campo, bem como reavaliar os elementos empiricamente significantes que nortearam o primeiro ano de pesquisa.

A ênfase da análise que se buscou a partir desta primeira volta ao campo, reforçada pelos trabalhos de campo subsequentes como pesquisadora do mestrado, esteve na identificação dos momentos do processo de territorialização do capital, ou seja, na análise da diferenciação de áreas enquanto processo particular da autonomização das categorias terra, trabalho e capital, e não na diferença em si (BOECHAT; TOLEDO, 2012). O que para nós se mostra importante é a percepção de como este processo de territorialização do capital em função da dinâmica da totalidade se particulariza na região, reformulando as práticas sociais.

Esta ênfase no processo e em suas particularizações se justifica, também, pois somente assim é possível perceber que o capital se reproduz e se insere de formas

bastante particulares em cada situação (histórico-geográfica), negando, portanto, a generalização da análise como um método do pensamento. Entendemos que as generalizações estanques em qualquer escala de análise devam ser refutadas, pois escondem as contradições particulares que, muitas vezes, revelam aquilo que são os elementos determinantes da vida das famílias estudadas. Contudo, considerando que recorreremos a fundamentos teóricos que dizem respeito, na maioria das vezes, a outros momentos da territorialização do capital, como é o caso emblemático da leitura d'O Capital, e por isso mesmo devemos também contextualizá-lo, o embate entre o particular e o total mais demonstra o limite da análise do que revela um caminho a ser adotado. Sobre esta ideia de “generalização”, no que diz respeito à camada de análise regional/nacional, Oliveira (1977) faz sua crítica, logo no prefácio, apontando que a teoria do planejamento do Estado capitalista se faz sobre as formas que os processos sociais assumem, e não à sua realidade contraditória, de forma que

advém disto que quase tudo que se escreveu sobre planejamento termina por desembocar em “modelos”, que se pretendem de generalizada aplicabilidade. A postura teórica metodológica deste trabalho recusa os “modelos”, por entender – no que suscitará divergências – que essa forma de conflito social, que é o planejamento, não constitui apenas uma capa nova que recobre um corpo antigo, ou uma retórica. Essa mudança essencial de forma do conflito que é o planejamento revela uma das facetas mais características do capitalismo monopolista (...) (OLIVEIRA, 1977: 15).

Buscando, então, não cair em generalizações lógicas, a volta ao campo em 2016 e 2017 permitiu realizar a revisão das variáveis dos elementos empiricamente significantes (BOECHAT; TOLEDO, 2012) que haviam norteado o projeto de pesquisa, tendo como critério fundamental para esta revisão a presença da contradição nestes elementos. Para ilustrar a contradição, um exemplo: se o uso da terra comunal era um elemento central para o reconhecimento das comunidades da “sequeira” como comunidades tradicionais de Fundo de Pasto,

a expectativa da chegada do empreendimento eólico e o consequente acesso à renda promovida pelo arrendamento das áreas mobilizaram alguns a negociarem com a eólica em busca de acesso ao dinheiro. Tais negociações, em alguns casos, foram feitas por famílias de vaqueiros detentoras do título da terra, mas também, por representantes da comunidade que negociaram individualmente terras de uso comum. A contradição está posta na aceitação pela comunidade destas negociações, que representam fluxos monetários, concomitante à organização que se dava para reconhecimento de comunidade tradicional e seu consequente travamento de tal fluxo financeiro. Perguntamos, então, quais seriam os reais interesses no reconhecimento como comunidade tradicional, já assumindo que este debate vai além da nossa percepção, pois traz em si elementos sociais detentores de estratégias não compartilhadas conosco.

A busca por entender a contradição talvez tenha ajudado a revelar parte do sentido da reprodução do capital na região do sertão e, em particular, nas comunidades da Baixada do Tabuleiro. A análise sobre os elementos que conferem a particularidade ao processo da formação regional, desde o processo de sua ocupação (enquanto região particular do sistema internacional produtor de mercadorias), já no século XVII, até os dias atuais, se deu, assim, pela forma mercadoria como determinante de todas as relações. Neste sentido, as relações de produção e as relações componentes da *fórmula trinitária* (MARX, 1986) entendidas em processo foram centrais.

Consideramos, assim, que em uma realidade de abstração concreta não é o pesquisador que abstrai as relações, sendo estas manifestadas em campo, de forma que tais elementos empiricamente significantes são, em essência, dinâmicos e devem ser constantemente reformulados a partir das vivências de campo (BOECHAT; TOLEDO, 2012). Este pensamento, que coloca o trabalho de campo do pesquisador como central na busca por decifrar as contradições do capital da totalidade em sua particularidade, também tem respaldo em Kaiser (2006), que defende que para alcançar o cerne da realidade a ser apreendido para sua explicação é preciso

penetrar nas forças e nas relações de produção, explorar os níveis ideológicos, político e cultural da dinâmica social (KAISER, 2006:96).

Além disso, o autor coloca que, como regra, o pesquisador deve partir das preocupações das pessoas (os inquiridos), prendendo-se aos seus problemas e conflitos, e notar a infinidade de laços e de fluxos que integram as relações sociais. Assim, para Kaiser (2006), as camadas, escalas espaciais, da análise também são centrais para a compreensão das particularidades, ainda que o autor se paute por palavras de origem estruturalista:

A análise da situação deve levar tudo em conta: **no fundo, é o que se chama hoje uma análise de sistema. A situação local é, na realidade, um sub-sistema, de meta sistema representando a formação social.** É preciso, pois, o apreender em termos sistêmicos, recusando o inventário das determinantes - o trabalho geográfico comum - e o estudo cartesiano das estruturas para ir direto ao funcionamento dos processos (KAISER, 2006: 97. **Grifo nosso**).

Quando o autor fala em recusar o inventário de determinantes, nós compreendemos como sendo a importância que se deve ter com a dinâmica implicada nos elementos empiricamente significantes trazidos pela pesquisa de campo, ideia reiterada pelo autor na sequência, quando afirma que a repercussão das hipóteses de trabalho sobre a realidade modelará dialeticamente a análise. Ou seja, a relação que move a análise, entre teoria e prática, é intrínseca e contraditória ao processo da pesquisa. Além disso, vale destacar neste trecho copiado (em destaque) a ideia de sistema e sub-sistema, de forma que é possível pensar se há uma relação com o que compreendemos por particularizações do processo de autonomização das categorias terra, trabalho e capital, que são categorias distintas por si, mas se correlacionam na produção de fluxo de renda (MARX, 1986).

Esta ideia, em diálogo com Heidemann (2010), é fortalecida pelo fato de este

autor defender não haver uma razão ontológica. Para ele, assim como para nós, é preciso, por meio da mediação concreta do trabalho de campo, chegar ao entendimento empírico das contradições, em combate à subordinação das categorias iluministas pré-determinadas da análise, sob a qual nos formamos enquanto pesquisadores (HEIDEMANN, 2010). O cuidado recai, portanto, também sobre a auto-crítica do pesquisador que está sob o mesmo invólucro do fetiche e da razão moderna que mobiliza os fenômenos sociais estudados. Neste sentido, ao pensar o que move a reprodução das famílias da Baixada do Tabuleiro devemos nos atentar para não cair na armadilha metodológica de buscar encaixar a dinâmica social percebida nas categorias (da matriz iluminista do pensamento) típicas de uma sociedade, tida por muitos autores que vislumbram a superação do atraso, pré-moderna, tendo, para isso, a instalação da eólica como fetiche da superação. Em ambos os casos, percebe-se, há um impulso preliminar que visa reconhecer de antemão (porque já explicado) uma realidade, de forma a antepor a lógica à dialética histórica. Como ponderou Heidemann,

A extinção das categorias, a intervenção sempre negativa e a possibilidade de rebentar as determinações de existência são elementos de um processo lento e contínuo de emancipação e de uma luta de saída lenta do **invólucro categorial da razão fetichizada** (HEIDEMANN, 2010: 28. **Grifo nosso**).

Assim, sugerimos que a busca pela decifração do sentido que mobiliza as relações sociais de uma região (OLIVEIRA, 1977) exige revelar as contradições do capital, e não da região em si.

Aqui, vale adiantar a discussão que será apresentada no Capítulo 4, no que diz respeito ao uso do conceito de região (OLIVEIRA, 1977; GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982) para se referir às práticas sociais das comunidades sertanejas estudadas da Baixada do Tabuleiro. A ideia de articulação contraditória entre o particular e a esfera da totalidade, de forma que esta não anule aquela, está

presente e a divisão territorial do trabalho como dinâmica central é um dos traços fundamentais, sob o entendimento de Goldenstein e Seabra (1982). O entendimento de região como relação social, quando o político e o econômico estão fundidos, presente em Oliveira (1977), complementa o conceito. A dificuldade enfrentada em um momento desta pesquisa esteve, assim, na identificação de (resquícios de) relações regionais que se manifestavam de formas distintas entre cada comunidade da Baixada do Tabuleiro. Em outras palavras, como será apresentado adiante, o acesso à água em Taquarendi e Caatinga do Moura conferiu a estes povoados formas e momentos de autonomização das categorias do capital distintas do processo verificado nas áreas de sequeira de Mangabeira, Paranazinho, Riacho e Umbiguda. Considerando que todos estes povoados compõem a mesma região, em seus distintos momentos, a diferenciação entre eles é apresentada sob a óptica da diferenciação de áreas (HARTSHORNE, 1969), que tem a produção de mercadorias como elemento central. As relações sociais de Mangabeira que vimos em campo, e serão apresentadas, trazem elementos que ora coincidem com uma região (OLIVEIRA, 1977) sertaneja, ora trazem particularizações ainda maiores, que as distinguem de comunidades vizinhas (como Vale do Taquarendi e Caatinga do Moura). Estas particularidades nos levaram a utilizar, nos casos em que era necessário explicitar distinções, o uso de área como referência conceitual. Contudo ressalta-se que, mesmo quando utilizamos "área" para distinguir tais comunidades, não deixamos de considerar a forma particular em que se deu a participação destas áreas na divisão territorial do trabalho, sob a formação da região.

Assim, a partir do olhar sobre Mangabeira foi possível compreender sua relação regional em transformação com o movimento da totalidade, que, dialeticamente, confere sua particularidade no processo da autonomização do capital. A discussão entre generalizações e particularizações volta à tona, pois há de se considerar sob a dialética a contradição existente entre a história do capital e sua lógica de reprodução, de modo que a formação histórica do conceito de reprodução ampliada do capital tem ao mesmo tempo, como pressuposto, a

lógica conceitual de sua reprodução ampliada, e também, contraditoriamente, sua realização histórica particularizada.

Neste sentido, e como parte central da pesquisa em curso, os trabalhos de campo realizados demonstraram para nós a importância de sempre buscar entender a realidade como estando em processo de autonomização, de forma a manter, ainda que não igual, características da forma pretérita de o capital se territorializar, que, por sua vez, se sobrepõem a aquilo que naquela área se apresenta como novo. Neste movimento, a simultaneidade enquanto categoria de análise se destaca, pois dá conta de considerar as relações existentes, em um mesmo momento histórico, entre as diferentes camadas do processo (totalidade e região, por exemplo) que, em si, estariam em tempos cronológicos não iguais; e, também, entre elementos de momentos históricos distintos que em uma *região* permanecem, em decorrência de sua maior ou menor integração com a totalidade. Mais do que isso, revelar as particularidades da região em sua articulação lógica e histórica com o processo de autonomização do capital coloca em evidência o papel fundamental da simultaneidade para a compreensão de que a não superação do atraso é imanente ao processo de reprodução ampliada do capital.

Em outras palavras, se o conceito de territorialização do capital (TOLEDO, 2008) diz respeito ao processo de formação das categorias do capital no sentido de sua autonomização em uma área que se diferencia constantemente, as particularidades aparecem como imanentes ao processo, sendo elas determinadas pelo encontro dos elementos da totalidade aos elementos da região.

Teoricamente, buscou-se entender a realidade local a partir das relações de trabalho e o acesso à terra. De fato, tais elementos se mostraram determinantes na organização da vida dos moradores da Baixada do Tabuleiro, como será abaixo apresentado, e novos elementos empiricamente significantes foram revelados, como, por exemplo, a atuação do Estado conferindo acesso à água e ao crédito, via projetos do governo. O acesso à água e ao crédito ressignificou os

resquícios das relações regionais, já no final do século XX e início do século XXI, pois as possibilidades para a produção e a venda de excedentes passaram a variar conforme a pessoa/família tivesse, ou não, acesso ao crédito e à água. A água, assim, aparece tanto como mediação para a entrada do crédito e de políticas de planejamento, como mediadora do trabalho na roça de subsistência e na roça que produz para vender, sendo o seu acesso (ou o seu não acesso) determinante do maior ou menor acesso a mercadorias. A água pode, então, ser vista como mediadora central das relações sociais, que mobiliza a prática social das famílias de Mangabeira e povoados do entorno.

Por fim, foi possível perceber, em campo, os diversos momentos do processo de cercamento das terras (ou a formação da propriedade privada da terra como algo socialmente aceito pelos moradores), que parece ser um processo recente ainda em formação (a chegada da eólica seria o momento atual deste processo, precedido pela EBDA (Empresa Bahia de Desenvolvimento Agrícola), na década de 1980, que também trouxe consigo a possibilidade do acesso aos créditos e à água para irrigação); da formação em processo de um mercado de terras; e, por fim mas não menos importante, das diferentes formas de relações de trabalho existentes, mobilizadas, principalmente, pelo acesso (ou não) a um lote de terra com agricultura irrigada. Ou seja, tivemos a intenção de nos ater às questões trazidas pelos moradores, o que deixou um pouco de lado o conflito com a eólica (não mais presente nas falas dos moradores), conferindo importância ao acesso à água e aos créditos como elementos definidores da forma de reprodução social local.

Para concluir esta introdução, vale pontuar aqui que as perguntas em campo foram utilizadas como orientações da conversa, deixando em aberto os caminhos das respostas, suas intencionalidades, variações e contradições. Assim, a intenção de quem fala passa a ser determinante no direcionamento da realidade percebida pelo pesquisador.

3. Os campos: revelações e questionamentos

Em 2016, nossa chegada à comunidade de Mangabeira foi precedida por algumas ligações para o telefone orelhão existente, quando eu fiz minha reapresentação a Dona Celma, com quem já havia conversado em 2015, na época do licenciamento ambiental do empreendimento eólico. Pelo telefone, ainda de São Paulo, fiz a explicação sobre a mudança de perspectiva neste meu retorno, buscando, sempre, ser o mais transparente e clara possível nas minhas colocações (era necessário recolocar o meu “lugar” como pesquisadora acadêmica, na relação entre pesquisador / objeto). Nestas conversas pelo telefone, aproveitei também para perguntar se haveria algum lugar para que a gente (um grupo de seis pessoas) pudesse se hospedar na comunidade de Mangabeira.

Assim como foi a recepção de Dona Celma pelo telefone, sempre disposta a me receber e apresentar a comunidade, sucederam-se meus contatos telefônicos com outras duas mulheres, também representantes das associações dos agricultores, das comunidades de Paranazinho e Riacho (outros dois povoados localizados na Baixada do Tabuleiro). Tive o cuidado de entrar em contato pelo telefone, previamente ao campo, com estas três representantes das comunidades, pois elas já me conheciam e eu tinha a obrigação, sob o meu ponto de vista, de esclarecer, tanto a ausência de contato desde setembro de 2015 quanto o meu retorno. Em suas respostas, o tom amoroso e acolhedor das três, ainda que pouco efetivo na definição das alternativas para nossa hospedagem, me deixou menos preocupada quanto à logística de nossa chegada.

Após tais contatos prévios avisando o dia da chegada, em uma sexta-feira, quando o sol estava se pondo, chegamos de carro ao local onde Dona Celma reside com seu marido, Seu Ademir, que, além de ser a casa da presidente da associação, é um dos três bares existentes na comunidade. Considerando ser uma sexta-feira, havia alguns corpos embriagados já estendidos no chão, e outros bastante animados, querendo saber quem eram os estrangeiros que chegavam com aquela cara branca, mochilas e compras de supermercado. A sede da associação, local onde Dona Celma havia pensado que poderíamos ficar, estava

sem água (por algum motivo que ela não nos explicou, pois há encanamento de água nas casas, cujo abastecimento advém do poço artesiano), o que impedia nossa estada por lá. Assim, a solução ofertada por ela foi aceita e acabamos nos hospedando, todos, em sua casa/bar. A logística era a seguinte: quatro de nós dormiam no quartinho disponível (que tinha entrada pelo bar) e dois dormiam no chão do bar, o que exigia alguma limpeza após as portas se fecharem.

Foi graças à nossa escolha de lá ficarmos que pudemos vivenciar alguns dias de muita troca, curiosidade e respeito mútuos. Ter-se hospedado na casa da presidente da associação e convivido no bar com homens e mulheres amigos do casal favoreceu, de alguma forma, nossa aceitação pela comunidade, tornando os cinco dias um intenso e gratificante trabalho de campo. Gratificante, pois fomos muito bem recebidos e acolhidos por todas as pessoas com quem conversamos, proporcionando, desta forma, relatos importantes para o desvendar dos processos em análise na minha pesquisa. De outro lado, não se pode deixar de apontar que as vivências foram guiadas, de certa maneira, pelas relações de Dona Celma com a comunidade. Em 2017, quando eu e meu colega do Labur, Pedro, voltamos a Mangabeira, nos hospedamos novamente na casa de Celma, agora em uma relação já sob a roupagem da amizade cabível em nossos papéis, eu, pesquisadora do Sudeste, suposta detentora do conhecimento científico, e ela, trabalhadora do sertão nordestino, parte viva da realidade estudada. Uma relação forte e de admiração mútua se estabeleceu.

A busca em compreender quais os sentidos que impulsionaram e justificaram a permanência daquelas famílias naquelas comunidades guiava nossas conversas. Teoricamente, os elementos-chave que orientaram os diálogos voltavam-se às relações de trabalho existentes, relação da formação da propriedade privada da terra, papel desempenhado pelo Estado e o acesso ao crédito, tanto nas décadas passadas, quanto atualmente. Diante destas orientações, as perguntas de pesquisa eram basicamente as seguintes: como estava o conflito com a eólica relacionado ao cercamento das terras devolutas; se havia sido resolvido o conflito fundiário com o grileiro e como isso se deu; quais os usos que se fazem (e se faziam) do alto do Tabuleiro e sua frequência; como ocorre (e se houve

transformações em relação ao passado) a organização do trabalho do vaqueiro; como é (e era) realizada a agricultura: quais os tipos de relações existentes, como é (e era) dividido o trabalho na e entre as famílias; como se deu o processo de cercamento das terras (momentos distintos, interesses e justificativas); como se dá (e se deu) o processo de acumulação, seja de terra ou de capital; de onde vieram os moradores atuais, o porquê da escolha daquele lugar para residir; para onde foram os fazendeiros; entre outras que se mostraram importantes no decorrer do trabalho de campo, associadas, principalmente, ao processo seletivo de acesso à água nos lotes de agricultura.

Na segunda ida a campo, procuramos resolver algumas situações e momentos que não tinham elementos empíricos para subsidiar a análise. Foi neste processo que pudemos conversar, Pedro e eu, com o professor Miranda Marques, cerca de 85 anos, descendente dos proprietários de uma das grandes fazendas que, outrora, abarcou toda a área de vazante da Caatinga do Moura, estendendo-se até onde hoje se encontra a sede do município de Ouro-lândia, a cerca de 50 km de distância em linha reta da Serra do Tabuleiro. O professor Miranda Marques nos proveu relatos históricos que revelam a visão do proprietário da terra, a visão do coronel. Deste mesmo lado da história, conversamos com uma descendente dos Valois, família de proprietários rurais, donos da área do topo da Serra do Tabuleiro, que foi sendo desmembrada e hoje é ocupada por algumas pequenas fazendas e diversas comunidades de pequenos agricultores e (ex)vaqueiros. Seu Valois foi um dos patrões de Seu Nezinho, pai de Ademir (marido de Celma), como será apresentado nas análises por vir.

Sob o ponto de vista do trabalhador, daqueles que não tinham propriedades de terra no início do século XX, conversamos, também, com Seu Bédu, cerca de 90 anos, e Seu Naninha, um pouco mais novo, cantadores de chula e moradores de Mangabeira. Cada um a sua maneira, personificam o processo de autonomização do capital, sendo o primeiro caixeiro-viajante e parceiro nos trabalhos da agricultura, e o segundo, diarista de fazendas, tendo recebido, com muito orgulho, o pagamento sempre em dinheiro. Ambas as histórias de vida puderam complementar nosso entendimento do processo de transformação das relações

regionais do início do século XX, em relações cada vez mais mediadas pela mercadoria. O ponto de vista apresentado pelo professor Miranda Marques aparece como um contraponto direto da experiência narrada por Seu Bédu, que no início de sua vida trabalhou para os Marques, na Caatinga do Moura, explicitando que, da mesma forma que o pesquisador traz consigo sua subjetividade no entendimento de seu objeto, as pessoas com quem conversamos falam o que lhes convém e que, muitas vezes, justifica sua posição. O discurso positivista da isenção da pesquisa desaparece em virtude não só do pesquisador, como de seu objeto.

Houve, assim, a tentativa de entendimento dos momentos do processo de formação de algumas categorias, como propriedade privada, relações de trabalho e Estado, buscando resgatar o passado, suas similitudes e diferenças com o momento atual. Por isso, buscamos conversar com vaqueiros e idosos. Vale destacar, contudo, o nosso esforço constante de contextualização das falas para o desvendamento dos discursos, o que implica a não aceitação passiva dos relatos como realidade absoluta. Este cuidado mostra-se ainda mais relevante em um contexto caracterizado pela chegada do empreendimento eólico, que, em sua modernidade tecnológica, transforma o vento (algo talvez nunca percebido por seus moradores como um elemento de suas realidades) em energia-mercadoria e em possibilidade de acesso ao dinheiro (em um lugar com pouca circulação monetária), provocando um conflito por terras que, até então, não apresentavam potencial de acumulação. O conflito fundiário, por sua vez, em sentido contrário à possibilidade de acesso ao dinheiro decorrente da renda fundiária, desencadeou na busca pelo autorreconhecimento da comunidade como Fundo de Pasto, o que torna a terra inalienável e a negociação por um arrendamento, complicada.

A análise dos discursos acerca da eólica revela algumas contradições em torno do acesso ao dinheiro. Ao mesmo tempo que houve tentativas pontuais de acessá-lo, por aqueles que negociaram com o representante da eólica (seja sob possível coerção em nome de todas as comunidades, seja em negociações particulares), houve um movimento coletivo, talvez não tão representativo, de

barramento da entrada deste capital, ao serem reconhecidos como comunidade tradicional de Fundo de Pasto. A inversão conceitual sugerida está posta na propriedade privada: trata-se de um momento em que um elemento contemporâneo das relações capitalistas (qual seja, a possibilidade de extração de renda diferencial da terra – e portanto de acesso ao dinheiro – por um projeto do capital financeiro fictício) implica a formação *tardia*¹⁰ de categorias clássicas do modo de produção capitalista (a propriedade privada das terras) e, simultaneamente, a negação de sua constituição (ao acelerar o autorreconhecimento como comunidades tradicionais, que têm o uso comum de terras como elemento fundante). Neste contexto, o desafio de desvendar os discursos se acirra, pois, especialmente sobre esta temática, está omitido na fala do sujeito objeto o seu desejo pelo acesso a mercadorias (i.e., pelo dinheiro advindo da negociação com a empresa eólica); e, dependendo de quem fala, a reiteração da condição de vaqueiro e de comunidade tradicional é ainda mais exaltada, como uma maneira de garantir o acesso *ad eternum* à terra, fundamentado juridicamente pelo autorreconhecimento como comunidade tradicional de Fundo de Pasto.

Podemos, a partir desta percepção, traçar algumas considerações acerca da necessidade de juridificar uma comunidade, como forma de garantir a sua reprodução e acessar mais dinheiro. O processo visto em campo, entre 2015 e

¹⁰ A noção de simultaneidade será apresentada nesta pesquisa como uma maneira de discutir a perspectiva de superação do atraso presente nas análises de teóricos, como o próprio Manoel C. Andrade e Chico de Oliveira, que tinham o planejamento do Estado como elemento fundamental desta superação. O que se pretende discutir nesta dissertação sugere a crítica a esta ideia de superação. Aqui o uso do termo *tardio* vale para relacionar os diferentes momentos de formação das categorias do capital (ou da territorialização do capital) no território nacional, em processo de autonomização, sem que isso implique a ideia de superação deste atraso e alcance dos níveis atuais de centralização do capital pela região em estudo. O atraso, como expressão da pontuação em uma escala entre os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas (na etapa do capitalismo industrial) e como forma de iluminar a existência de formas particulares de autonomização do capital (personificação das categorias clássicas em salário, juro e renda da terra) é assim nesta dissertação apresentado, de maneira a não suscitar com o uso desta palavra-conceito a ideia de superação.

2017, nos mostrou que a necessidade da sustentação jurídica surge, justamente, quando a reprodução da comunidade foi posta em risco em níveis ainda mais acirrados que os já lidados diariamente, com a chegada do empreendimento eólico. Neste momento, algumas estratégias individuais de acesso ao dinheiro (via negociações de terras individuais com a empresa da eólica) entraram em contradição com o discurso da comunidade tradicional, sendo ambas formas de garantir acesso ao dinheiro (a primeira, via renda, e a segunda, via crédito do governo facilitado para comunidades tradicionais). Assim, se a tradição juridicamente reconhecida e a negociação de arrendamento da terra individualizada garantem maior acesso ao dinheiro, ambas coexistem contraditoriamente. Interessante notar que os elementos tidos como tradicionais da comunidade, quando reconhecida juridicamente, parecem ganhar importância, sendo, do contrário, encarados como atraso. Tais mediações sociais de acesso ao dinheiro não foram, contudo, consideradas pelas políticas públicas de planejamento baiano, que poderia, no sentido positivo, ter trazido para o centro da discussão as formas de superação da dependência de tais comunidades à entrada de crédito e de trabalho externo às suas localidades para sua reprodução. O que se teve, por meio dos Territórios de Identidade da Bahia, foi a positivação das relações culturais, como fenômenos identitários que dão coesão a áreas à disposição de políticas desenvolvimentistas.

Em termos estruturais, a necessidade de formalização jurídica, que de certa forma protege relações sociais particulares na disputa com as formas autonomizadas de reprodução do capital, que se concretiza pelo conflito de terras, ilumina quem até então era invisível ao Estado. A invisibilidade desaparece, assim, com a chegada do conflito, impulsionado pelo interesse do capital fictício. Sua condição de invisíveis até então mesmo para o Estado baiano, que buscou inserir particularidades territoriais em sua estratégia de desenvolvimento, nos leva a questionar a quem se volta tal política pública de desenvolvimento territorial do Estado, supostamente voltado para as particularidades de suas “regiões”, com os Territórios de Identidade.

Neste sentido, o planejamento territorial na Bahia, que, por meio dos Territórios de Identidade, já incorporava elementos sociais comuns, de identidade cultural, social e geográfica, parece não ter considerado as formas de mediação particulares da reprodução social tradicional. Apesar de inserir no conceito de território “critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial (SEPLAN)¹¹”, tais formas tradicionais de organização social não foram consideradas nas políticas públicas¹². As comunidades aqui estudadas fazem, sem o saber, parte do Território de Identidade do Piemonte da Diamantina¹³, de forma que esta racionalização do território se fez por uma relação de externalidade com as comunidades locais, o que as mantém sem poder de decisão diante da reorganização de seus territórios. Esta externalidade (que HAESBAERT (2004) vai analisar como processos de desterritorialização) presente mesmo na formação dos Territórios de Identidade é evidenciada, tanto pelo desconhecimento de sua existência pelas lideranças das comunidades, quanto por depender, ainda, de nova esfera jurídica especialmente voltada a dar visibilidade às comunidades tradicionais de Fundo de Pasto. Vale destacar que o Plano Plurianual dos Territórios de Identidade 2016-2019 tem como meta o aumento do consumo de energia eólica frente ao consumo de energia do Estado, evidenciando a supremacia de estratégias de reprodução dos pressupostos capitalistas à região, utilizando-se da roupagem de um discurso ambientalista de energia renovável.

O jogo de poder implicado no domínio territorial, tranvestido por políticas que supostamente considera as particularidades territoriais como especificidades a

¹¹ Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia. Ver site: www.seplan.ba.gov.br.

¹² Esta discussão teve como base um trecho da Tese de Doutorado de Erick Kluck (2016).

¹³ O Território de Identidade do Piemonte da Diamantina abarca os seguintes municípios: Umburanas, Ouro-lândia, Mirangaba, Saúde, Várzea Nova, Jacobina, Miguel Calmon, Serrolândia e Caém (Seplan).

serem integradas ao planejamento, parece se realizar sobre uma falsa consideração das dinâmicas sociais particulares. Esta invisibilidade ainda presente em políticas públicas de planejamento que almejam incorporar a dimensão tradicional como parte da estratégia de desenvolvimento parece revelar que o Estado continua na busca pela superação das diferenças regionais.

Uma evidência desta ainda busca por integração das políticas de desenvolvimento territorial via Territórios de Identidade foi a construção de uma indústria de torres eólicas (Torres Eólicas do Nordeste, TEN, uma *joint venture* estabelecida inicialmente entre as empresas Alston e Andrade Gutierrez, sendo a primeira comprada pela GE Energia) em Jacobina (a 20 km de Mangabeira e a 10 km de Caatinga do Moura), em 2015. A *joint venture* recebeu investimentos de cerca de 92 milhões de reais e é composta 51% pela Andrade Gutierrez e 49% pela Alston¹⁴. Ou seja, por meio da entrada do capital nacional e internacional (Alston é um grupo industrial francês com capital aberto, operada na Bolsa de Paris; e a Andrade Gutierrez é uma multinacional brasileira com capital fechado, que tem investido no setor elétrico desde seu envolvimento da construção da hidrelétrica de Santo Antonio, em Rondônia), a instalação da fábrica representa o planejamento do Estado da Bahia para o Território de Identidade do Piemonte da Diamantina. Sua instalação visa à diminuição do custo dos transportes para a cadeia de fornecedores da indústria de energia eólica, e contou com o envolvimento do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) para realização de cursos de capacitação de cerca de cem pessoas. A instalação da fábrica de torres está amparada pela intenção de desenvolvimento de um *cluster* de energia eólica no entorno de Jacobina, utilizando mecanismos do Estado, como Arranjos Produtivos Locais (APLs), para facilitar o desenvolvimento de infraestruturas e projetos voltados para este setor em específico. A contradição das referidas políticas públicas componentes dos Territórios de Identidade fica, assim, explícita.

¹⁴ www.alston.com

Nota-se que esta disputa de territórios, em que o Estado, por meio do discurso de desenvolvimento econômico transvestido de desenvolvimento local/territorial, planeja a entrada de capital industrial em áreas nas quais resistem elementos regionais, não é recente. Marques (2016) menciona que os principais conflitos fundiários com comunidades que hoje são reconhecidas como Fundo de Pasto datam de 1960, quando o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca) implementou, junto a outras secretarias de Planejamento do Estado baiano, projetos de irrigação para a indústria da fruticultura no sertão baiano.

Os termos jurídicos do reconhecimento da comunidade tradicional de Fundo ou Fecho de Pasto, no entanto, são recentes; após a aprovação da Lei Estadual nº 12.910/13, os territórios entendidos como “tradicionalmente ocupados por comunidades de Fundos de Pastos” têm até a data de 31 de dezembro de 2018 para protocolar nos órgãos competentes os pedidos de certificação de reconhecimento para que a regularização fundiária seja feita através de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso por período de 90 anos, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos.

De acordo com a Portaria SEPROMI Nº 007 / 2014, emitida pelo secretário da Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia, que institui o Cadastro de Comunidade Fundos ou Feches de Pasto, estas comunidades são aquelas em que, segundo critérios de auto-definição, sejam observadas, simultaneamente, as seguintes características:

- I - uso comunitário da terra, podendo estar aliado ao uso individual para subsistência;
- II - produção animal, produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência, para consumo ou comercialização, ou extrativismo de baixo impacto;
- III - cultura própria, parentesco, compadrio ou solidariedade comunitária associada à preservação de tradições e práticas sociais;

IV - uso adequado dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, segundo práticas tradicionais;

V - localização nos biomas caatinga e cerrado, bem como nas transições caatinga/cerrado.

Analisando os critérios tidos como elementos tradicionais, percebemos que há a confluência entre os elementos que, supostamente, visam à reprodução das comunidades desassociada do acesso ao dinheiro, com o elemento da comercialização dos produtos que, claramente, confere o acesso ao dinheiro. A contradição que estamos buscando elucidar, que tem o acesso ao dinheiro e às mercadorias como fundamento, é explicitada na, nestes termos, contraditória facilidade que o reconhecimento como comunidade tradicional de Fundo de Pasto traz para acesso ao crédito agrícola, como demonstra a reportagem do Incra (Anexo 3).

Aqui, gostaríamos, ainda, de trazer um questionamento sobre o que se faz com o dinheiro acessado. O campo trouxe um pouco desta resposta, mas não o suficiente para fecharmos o debate. Foi possível perceber que algumas famílias acessam o crédito para aumentar sua produção na roça e, assim, conseguir vender seus produtos, de modo que o ponto a que se chega é o aumento da possibilidade do consumo de mercadorias, ainda que por meio do trabalho familiar na roça. O acesso ou não às mercadorias (como a televisão, a moto, o celular), por sua vez, parece-nos organizar a vida social de Mangabeira, seja por seu acesso ou por sua busca.

Assim, questionamos se não seria o desejo pela possibilidade de troca de mercadorias que mobilizaria as famílias a acessar o crédito, facilitado por seu reconhecimento como comunidades tradicionais. Para problematizar o desejo, lembramos que Marx (1998), no capítulo 2, coloca como necessidade para a realização da troca que a vontade das pessoas resida nas coisas

(...) de tal modo que um, somente de acordo com a vontade de outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria (MARX, 1988:79).

A vontade, ou o desejo subjetivo, que reside na mercadoria, levaria todos ao mercado para a realização da troca, em uma inversão entre o residir da vontade do sujeito, no objeto. Como veremos abaixo, ainda que em processo de reconhecimento tradicional, os residentes de Mangabeira também parecem estar dependentes do desejo pelas coisas. A naturalização do acesso ao mercado para a troca de mercadorias, necessária para que as formas em que este acesso se dê também sejam naturalizadas, é percebida, pela contradição (que não se apresenta como tal, por estar naturalizada) entre os próprios critérios formais da juridificação do Fundo de Pasto, que iluminam, principalmente, uma reprodução social à parte do mundo das mercadorias, e a consequente facilitação de acesso ao crédito, garantida pelo reconhecimento jurídico de sua tradição. A naturalização está, assim, no não questionamento desta contradição.

Trata-se, portanto, de um contexto marcado por discursos de interesse, em que, vale notar, a presença da CPT se faz importante, visto que esta orientou aquelas famílias a respeito dos impactos negativos associados à chegada da eólica.

O vídeo “A Energia Eólica: a caçada pelos ventos” a que nos referimos anteriormente traz a tensão entre comunidade tradicional e o acesso ao dinheiro de forma secundária, dando ênfase ao discurso ambiental e à restrição de acesso à terra, promovidos pela operação de complexos eólicos. No início do vídeo, as falas das pessoas (moradores) dão a entender o interesse delas pelo acesso ao trabalho remunerado, ao dinheiro, sendo esta vontade, na sequência, contraposta pelo conjunto de “impactos socioambientais” vinculados aos empreendimentos eólicos na região de Caetité (Bahia), que foi recentemente densamente ocupada por empreendimentos eólicos. Assim, o vídeo traz à tona o discurso ambiental em contraponto ao potencial eólico da Bahia e à necessidade de aumento da produção de energia. Os impactos na vida das comunidades são apresentados

tanto com base em relatos de moradores locais quanto sob a aparente neutralidade da fala de um representante de uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente. É interessante esta aparente neutralidade, pois, da forma como o vídeo é editado, fica claro que a isenção do discurso do representante do Estado é aparente e se esconde, facilmente, sob o processo legal de licenciamento ambiental que, ao considerar toda a gama de impactos ambientais para os quais propõe medidas de controle ou compensação, parece tornar legítima sua construção.

Assim, o vídeo demonstra que, mesmo sob o aparato legal do licenciamento ambiental, há impactos socioambientais (para utilizar a linguagem veiculada) sem resolução, principalmente no que se refere ao acesso à terra. Não questiona a possibilidade de que, mesmo se mantidos na terra, não estariam estas famílias expropriadas?

A função social do vídeo, no sentido de alertar as comunidades sertanejas quanto ao “canto da sereia” do acesso ao dinheiro via chegada de empreendimento, parece ter êxito. O ponto chave, para nosso entendimento, é a análise jurídica que se faz dos contratos de arrendamento fundiário evidenciando o caráter “abusivo” dos mesmos. Ou seja, demonstra a coerção do processo de expropriação fundiária em curso, com a expulsão de parte dos moradores, nos locais onde a eólica chegou. Na área estudada, de Mangabeira e povoados do entorno, fica a pergunta: se não chegou a eólica, estariam as famílias menos expropriadas do que aquelas de Caetité? O acesso à terra garante sua condição de não expropriados, no sentido de não ter havido um processo de “acumulação primitiva”? Parece-nos que não, que estando ou não em áreas onde o empreendimento eólico já chegou, a expropriação, mesmo com a manutenção da família na terra, ocorre. O que seria, então, o processo de expropriação a que nos referimos? Estas perguntas guiaram a dissertação e vamos voltar a elas no decorrer das passagens dos textos abaixo.

4. De que região falamos?

O contato com leituras¹⁵ sobre a história de formação do que é reconhecido hoje pelo planejamento do Estado como região Nordeste nos ajudou a compreender o processo de formação das categorias do capital em suas particularidades, principalmente no que se refere à propriedade privada e à formação do trabalho. Não caberá aqui esgotar a profundidade e complexidade inerentes ao entendimento das particularidades deste processo de formação, contudo, nos parece importante uma aproximação a outros momentos históricos para o entendimento do momento atual como parte de um processo. Assim, acaba por ser relevante do ponto de vista do método do pensamento resgatar alguns acontecimentos históricos que esclarecem, principalmente, a relação entre a formação da região da pecuária baiana e a totalidade do mundo moderno produtor de mercadorias.

Uma primeira aproximação ao conceito de região da pecuária baiana parte da discussão realizada por Manuel Correia de Andrade em “A terra e o homem no Nordeste”. Andrade (s/ data), em um contexto da discussão agrária marxista nacional sobre a superação do feudalismo como momento do desenvolvimento capitalista, apresenta a região Nordeste a partir de uma descrição empiricista sobre os atributos naturais, e neste sentido possui um viés da geografia lablachiana, para chegar à região entendida como atrasada se comparada ao Sudeste. O autor, sob forte influência de Caio Prado Jr., no debate sobre quanto as formas arcaicas são necessárias ao funcionamento do capitalismo, apresenta subregiões do Nordeste sob justificativas que partem de condições naturais e históricas (o sertão, o agreste e a zona da mata) para analisar relações de trabalho arcaicas regionais, a serem superadas pelo Estado. Um olhar historicista de formação regional em que atribui ao trabalho dos homens do Nordeste, a ser organizado pelo Estado, o desafio de se apropriar das condições naturais (a terra). Apresenta as relações econômicas, principalmente as de trabalho no campo dinamizadas por interesses de classe, como dialéticas positivas em relação

¹⁵ BANDEIRA (2000); CALMON (1983); NEVES (1998); PUNTONI (2002); ANDRADE (s/ data).

às condições naturais, pois as direciona para sua superação. O autor não traz a crítica ao Estado como buscaremos aqui demonstrar, que, articulado aos interesses do capital do Sudeste, e este, por sua vez, executa o papel dos interesses da totalidade capitalista, forma um Estado-capital (OLIVEIRA, 1977). No entanto sua análise descritiva regional nos possibilitou um resgate crítico da formação das categorias do capital, em especial no que se refere às formas particulares de trabalho descritas e analisadas por ele (o foreiro, o cambão, o parceiro, o diarista e o empregado), sem que descartássemos tal obra de suma importância para o contexto da época (primeira edição lançada em 1963).

O conceito de *região* (OLIVEIRA, 1977; GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982) nos parece ser de significativa relevância, pois traz à tona, justamente, o debate sobre o tensionamento existente entre a dinâmica das contradições do capital e as variadas formas destas contradições se manifestarem na divisão regional do trabalho.

Entende-se que o processo de modernização dos países não centrais do desenvolvimento das forças produtivas ocorre sob uma simultaneidade crítica, em que a formação das categorias do capital ocorre já em seu momento de crise nos países centrais. Para além disso, sob o pensamento marxista que tem o fetiche como categoria central e a sociedade mundial produtora de mercadorias como a totalidade, o processo de modernização do Estado nacional brasileiro é entendido como essencialmente vinculado à reprodução crítica do capital central, de forma que seus diversos momentos de incorporação ao sistema mundial produtor de mercadorias, pode-se dizer, estão estritamente vinculados à imanente crise categorial do capital.

Sob esta chave, a pesquisa em desenvolvimento se propõe analisar o processo de reformulação das relações entre terra, trabalho e capital na região do sertão baiano e, particularmente, no povoado de Mangabeira e entorno, retomando o processo histórico negativamente de formação desta região. Temos como intenção a compreensão da dialética existente entre este processo e a totalidade do sistema internacional produtor de mercadorias.

A imanência da inserção de um empreendimento eólico no topo do Tabuleiro, como um momento do processo de territorialização do capital (TOLEDO, 2008), nos pareceu intensificar a reformulação dos elementos empíricos que, no passado, particularizaram a região sertaneja (ANDRADE, s/data; OLIVEIRA, 1977; GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982), estando, há algumas décadas, em processo de autonomização. O processo da autonomização dos elementos regionais que consideramos ser relevantes, ou seja, aqueles que condicionam as relações envolvidas na fórmula trinitária (MARX, 1986), nos pareceu independente da chegada especulatória do complexo eólico. Identificar os limites deste processo, de forma a perceber os momentos limítrofes (usado no plural, porque são alguns os elementos regionais e variadas as formas de autonomizá-los) da passagem de uma região para uma possível zona de localização diferenciada, para usar os termos de Oliveira (1977), é o desafio teórico em curso nesta pesquisa. Como pressuposto, temos a ideia de que não se trata de um processo linear, ao contrário, temos como método do pensamento o movimento dialético, que, na totalidade, explica simultaneidades e contradições inerentes às formas de manifestação das relações capitalistas.

Assim, neste novo momento do processo de territorialização do capital (TOLEDO, Op. Cit.), já se verificam transformações nas relações entre terra, trabalho e capital, componentes da fórmula trinitária (MARX, 1986) que, em um processo de autonomização (Op. Cit.), recondicionam o acesso à terra, as formas de trabalho e as possibilidades de acumulação do capital. As relações entre os componentes da fórmula trinitária, dadas pelo processo de formação da região (OLIVEIRA, 1977; GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982) que historicamente se volta para extração do excedente (mediado pela violência extraeconômica) e produção de mercadorias (PRADO Jr., 1965), estariam sendo alteradas em decorrência de outros processos de autonomização, e não, necessariamente, em decorrência da chegada da eólica. Claro, esta percepção tem como pano de fundo o cancelamento do projeto de eólica, que acabou por suspender os contratos de arrendamento das terras, tornando o conflito inicial desta pesquisa algo secundário na organização da vida das famílias das comunidades estudadas.

O recondicionamento regional de acumulação do capital parece decorrer de um processo de maior ou menor autonomização, em especial das categorias que na fórmula trinitária estão em aparente separação, mas têm como pressuposto sua correlação nos fluxos de rendimento: terra – propriedade privada – renda fundiária, trabalho – trabalho assalariado – salário, e capital – juro (MARX, 1986), não estando necessariamente vinculadas à eólica neste momento.

Os principais elementos responsáveis pela particularização regional, entendida em processo histórico que impõe novos elementos e confere novos pesos aos elementos empiricamente significantes, diferenciadores das áreas em processo de diferenciação (BOECHAT; TOLEDO, 2012), estão sendo historicamente reformulados, muito independentes da chegada da eólica, o que suscita o entendimento da região (OLIVEIRA, 1977; GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982) como um momento particular do processo da territorialização do capital.

Nota-se que a definição de uma região pode variar de acordo com a intenção do pesquisador, que confere importâncias distintas aos elementos constituintes da realidade social estudada. Há, portanto, um processo de abstração do sujeito pesquisador, que, por sua vez, deve trazer à luz a objetividade social fantasmagórica do valor (MARX, 1986), que media a formação regional e oculta o processo particular de sua reprodução (TOLEDO, 2008).

Neste sentido, faz-se relevante analisar, na tentativa de explicitar as contradições em processo, a forma com que ocorre a integração subsidiária do Nordeste, tanto ao capital nacional, quanto ao capital internacional, em uma análise que, mais especificamente, busca revelar como se transformaram as formas de sujeição do sujeito ao capital, em sua totalidade. Quais as condições do processo de formação da dupla liberdade (GAUDEMAR, 1977), partindo de um contexto colonial em que não havia liberdade positiva (Op. Cit.), sendo negada a condição de sujeito ao trabalhador que tinha a escravidão como marca de sua negação. Assim, busca-se compreender o processo que parte do coronelismo (ou da região do coronelismo), que dava conta da negação da liberdade positiva pelo uso da violência, para dar lugar ao Estado nacional (ou da região do planejamento para

metrópole), que juridifica a condição do trabalhador e mobiliza o trabalho em escala nacional, reduzindo a terra a mercadoria e formando uma classe de expropriados sobre a violência extraeconômica do Estado, até chegar a uma realidade social que tem a dependência ao crédito generalizada, em um processo de desubstancialização do valor do trabalho, formando o que sugerimos de região de administração da catástrofe.

A análise relacional da região sertaneja (ANDRADE, s/data; OLIVEIRA, 1977; GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982) como parte da totalidade leva à discussão sobre o conceito da divisão territorial do trabalho, que é a dimensão espacial resultante da divisão social do trabalho, inerente ao modo de reprodução ampliada do capital. Ou seja, o processo de trabalho, que implica a utilização de meios materiais, acarreta uma divisão social e técnica do trabalho, que, ao se espacializar, produz uma divisão territorial do trabalho (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982). Desta forma, a região, vista como resultado, ainda que nunca finalizado, pois é essencialmente dinâmica (OLIVEIRA, 1977), da divisão territorial do trabalho, expressa a forma como o capital se territorializa, ou se reproduz espacialmente, produzindo desenvolvimentos desiguais pelos territórios e intra-territoriais. O desenvolvimento desigual

(...) não é meramente fruto da reprodução de uma situação historicamente presente nos primórdios da definição do modo de produção capitalista. Resulta de determinações que interferem no processo de acumulação de capital e guardam aspectos ora mais especificamente técnicos, ora mais especificamente econômicos ou político-econômicos (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982: 21).

Em outras palavras, determinações técnicas, econômicas e/ou político-econômicas interferem no processo de acumulação capitalista, produzindo, assim, desenvolvimentos desiguais, cuja origem não está, portanto, no

diferenciado grau de evolução histórica, mas, intrínseca e simultaneamente, no próprio processo de reprodução do capital.

O que GOLDESTEIN e SEABRA (Op. Cit.) identificam como aspectos técnicos, econômicos e políticos está, na presente pesquisa, problematizado nas formas como capital, terra e trabalho, componentes da fórmula trinitária (MARX, 1986), se combinam em um processo de autonomização, produzindo mercadorias que têm maior ou menor capacidade de geração de mais-valia e de valorização (ou não) do valor, seja pelo produto do trabalho (mais-trabalho), produto da renda fundiária (renda da terra) ou do lucro do capital (ganho empresarial mais juro) (MARX, Op. Cit).

A territorialização do capital (TOLEDO, 2008) é aqui entendida, pois, como pressuposto da formação regional, tendo em vista que tal processo de formação é dinamizado em função de determinantes externos às suas particularidades de área. Nas palavras do autor:

No caso de uma sociedade produtora de mercadorias, é necessário mostrar que as trocas de mercadorias da área com o exterior têm importância fundamental no processo de reprodução do caráter da área. Define-se, assim, uma totalidade que mesmo aberta e social relaciona produtores e consumidores em uma produção específica, marcada pela mediação das coisas socialmente avaliadas.

Além disso, a base para que o processo de diferenciação de áreas se dê a partir da forma mercadoria é um processo de territorialização, no sentido da definição de quem personifica a terra, e de que forma que o capital e o trabalho são personificados no processo (...) (TOLEDO, 2008: 16).

Assim, entendemos a região como um momento da história nacional, cujas condições regionais interferem na organização das relações de produção e são por elas determinadas para viabilizar a produção de mercadorias (TOLEDO,

2008), o sentido da colonização, conforme analisado por PRADO Jr. (1965), assumindo, neste processo, formas distintas de personificações.

Pode-se interpretar, deste modo, que a formação regional seria um processo composto por sucessivas, e até simultâneas¹⁶, regiões, que, por sua vez, se diferenciam a partir do processo de territorialização do capital (TOLEDO, 2008), o qual é regulado por elementos regionais que condicionam a combinação entre terra, trabalho e capital. A região (OLIVEIRA, 1977; GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982) é, assim, condição e resultado da territorialização do capital (TOLEDO, Op. Cit.), superando qualquer perspectiva linear evolutiva positivista de desenvolvimento regional.

Abaixo segue uma breve análise do processo histórico de formação da região do sertão nordestino, que para Manoel C. Andrade seria a região da sociedade do couro e, para Oliveira, a re(li)gião do Nordeste. Contudo o texto não se fecha na região, trazendo para a discussão a superação desta visão regional fechada em si mesmo (ainda que em articulação com a totalidade), pois o que vimos em campo são elementos de autonomização em processo na região, intensificados por ações de planejamento do Estado e, mais recentemente, pelo acesso ao crédito (contraditoriamente fortalecido pelo reconhecimento da comunidade tradicional).

4.1 Pressupostos históricos da formação regional

Os processos de formação e destituição das sesmarias, os aldeamentos indígenas, a formação dos currais, a exploração do ouro e do salitre e o cultivo do algodão, marcados por variadas e particulares relações de exploração do trabalho (em processo de formação) e de apropriação privada e de posse da terra, são aqui articulados com a totalidade mundial, para tentar revelar os pressupostos que contribuíram para a formação e o fim da região do Nordeste (ideia presente em

¹⁶ Como o caso da *região do binômio algodão-pecuária*, de Oliveira (1977), em que a mercadoria do algodão reformula, não completamente, as relações regionais do sertão pecuarista.

Oliveira (1977)). A análise tem como pano de fundo teórico o processo de autonomização das categorias do capital que, a título de introdução do conceito, considera dois movimentos de tensionamento categorial: a separação e a unificação. A aparente separação das categorias de terra, do trabalho e do capital faz com que, de maneira crescente, as relações pareçam estar cada vez mais independentes (um trabalhador trabalha em uma terra arrendada e recebe o pagamento em salário), direcionadas para um crescente em que a terra se torna renda, o trabalho se torna salário e o capital se torna juro. Simultaneamente, tal movimento unifica cada categoria como simples fontes de fluxos de renda (MARX, 1986). Como será aqui debatido, este processo, para que ocorra em sua completude, apresenta pressupostos, nos quais se destaca a consolidação dos mercados de terra e de trabalho. Formas particulares de acesso à terra (e o processo de formação da renda), formas particulares de formação do trabalho (quando realizado, em todas suas formas particulares de se chegar, ou não, ao salário) e as formas particulares do acesso ao capital (e a transmutação do lucro em juro) são tidas como elementos regionais em processo de autonomização. Para nós, em muitas situações, identificadas como formas de o capital se territorializar (TOLEDO, 2008). A análise recai, então, sobre a formação particular de tais mercados (terra e trabalho), que se realiza em temporalidades não correlatas e em graus de extensão também não completos, para que se discuta o fim da região, alimentado, também, pelas revelações que os trabalhos de campo trouxeram.

A história de formação do que hoje conhecemos por Estado da Bahia está diretamente relacionada ao processo da dominação portuguesa. A disputa entre reinos europeus, em especial entre Portugal e Espanha, pelo domínio da exploração de ouro e prata das Américas desencadeou a necessidade de ocupação do território pela Coroa portuguesa.

De acordo com o ANDRADE (s/data), o sertão nordestino foi integrado à colonização portuguesa por meio dos movimentos populacionais oriundos de Salvador e Olinda, que comandavam as entradas ao sertão em busca de terras para criação de gado, indispensável ao fornecimento de animais de trabalho aos

engenhos (bois e cavalos) e ao abastecimento dos centros urbanos em desenvolvimento, e, secundariamente, em busca por minas de ouro. A busca por terras (chamada “fome de terras”) por aqueles que não as conseguiam por meio das relações palacianas com a Corte era a principal razão do povoamento inicial sertanejo, sendo essencial para o regime sesmeiro. Estes homens livres, para que não fossem perseguidos pelos poderosos de Salvador, reconheciam e garantiam os domínios de suas sesmarias, onde construía seu próprio curral, pagando o foro anual aos donos das terras. Como assinala Neves (2005), sob a perspectiva do olhar do colonizador, o processo de formação da propriedade e da posse se dava pelo trinômio descoberta, conquista e ocupação.

O processo de ocupação do sertão no século XVII foi, assim, determinado pelo regime jurídico de repartição fundiária da sesmaria importado de Portugal para sua colônia, já em 1534. Cirne Lima (2002) analisa o processo jurídico de formação de tal sistema, ainda em Portugal, resgatando o processo original de sua constituição. Interessa-nos, desta análise, que nos primórdios constituintes do regime territorial importado está o aumento da população rural portuguesa e a consequente necessidade em tornar obrigatório o vínculo do trabalho ao direito jurídico da posse. Conforme Cirne Lima,

Certo é que a constituição das sesmarias não se fazia sem a divisão e repartição prévias das terras incultas; a pensão ou renda estipulada consistia, geralmente, na sexta parte dos frutos; e, por último, **o fim a que a constituição atendia para constituí-las era o roteamento – o rompimento pelo arado ou pela enxada – das terras abandonadas** (CIRNE LIMA, 2002: 18. Grifo nosso).

Nota-se que o regime de terras das sesmarias previa o uso da terra como direito à sua posse, bem como o pagamento do sexto¹⁷ o que garantia a aquisição de

¹⁷ Cirne Lima, ao estudar a filologia do conceito da *sesmaria*, aponta que a sugestão mais amplamente aceita esteja relacionada à ideia de que as terras dadas eram assim designadas (sesmarias) devido ao pagamento em foro da sexta parte produzida na terra (precedendo de *sesma* (ou *sesmo*), derivações do baixo latim *seximus-a* ou *sextimus-a*) (Op. Cit. 2002).

terras incultas, tributárias ao rei. A posse estava subentendida no princípio jurídico do regime sesmeiro, sendo legitimada por tal.

A formação dos extensos latifúndios coloniais esteve, desta forma, determinada pela lógica do regime sesmeiro, que impulsionou a ocupação das vastas terras do sertão nordestino.

A busca pela redescoberta das lendárias minas de prata, de Belchior Dias Moréia, levou Francisco Dias D'Ávila aos altiplanos de Jacobina. A fábula do tesouro oculto tinha o chão metálico de suas montanhas como roteiro e destino, sendo o rio Itapicuru (cujas nascentes localizam-se nos limites do atual município de Jacobina) o caminho de entrada até o alcance de suas serras, na boca do sertão. Ali ele promoveu seu povoamento com gado, fazendo “do boi o seu soldado”. Conforme Calmon (1983), enquanto outros sertanistas ocupavam com guerrilheiros, Dias D'Ávila o fazia com suas boiadas:

(...) o rebanho arrastava o homem; atrás deste a civilização. A terra ficava à mercê da colonização: ele a inundou de gados, em marcha incessante para o interior. Aqueles animais levavam nas aspas as fronteiras da capitania (CALMON, 1983:41).

Criavam-se, assim, sistemas de pagamentos de rendas e foros pelos moradores de seus currais (CALMON, 1983), em um sistema no qual a propriedade privada, enquanto instrumento jurídico, não existia. O que se identifica parece ser uma forma particular de transferência de renda pela extração forçada de excedentes, dos que exercem a ocupação para os donos dos meios de produção (terra). Esta transferência, no entanto, não ocorria sem o uso da violência pela imposição da força dos homens da Casa da Torre.

Perguntamos qual seria a particularidade deste processo para aquele descrito por MARX, em sua análise da “A assim chamada acumulação primitiva”¹⁸, a começar

¹⁸ MARX, 1985.

pelo contexto de formação do mercado (de trabalho e de circulação e troca das mercadorias) que compunha o cerne da acumulação primitiva inglesa. Em uma relação de formação da propriedade privada e formação do mercado de trabalho, o processo inglês teve como uma de suas características principais a simultaneidade presente entre estes dois processos. Esta diferença é essencial, pois, no caso em análise, a não combinação destes processos de formação concreta das categorias pode ser entendida como uma das determinações de suas particularidades. Em outras palavras, enquanto na Inglaterra a propriedade privada se formava, pela violência, em um contexto de expansão da divisão do trabalho social com a generalização da forma-mercadoria das relações sociais, na colônia portuguesa o latifúndio que se formava continha a unidade contraditória da produção para o mercado e para subsistência, até que, pela expansão do mercado, passou a pressionar a formação do que se chama culturas subsidiárias (como a pecuária sertaneja). Sobrepõe-se à possibilidade de produção para subsistência (e não para o mercado metropolitano) a coexistência da crescente disponibilidade de escravos aos tais “homens livres e expropriados” (FRANCO, 1984), e de terras, de forma que os mercados de terra e de trabalho não se constituíam na medida em que a ocupação do território se dava. Para Franco, a propriedade das grandes extensões ocupadas parcialmente pela agricultura voltada ao mercado realizada por escravos consolidou a existência de homens livres destituídos de seus meios de produção, mas não de suas posses, de modo que não foram plenamente integrados ao mercado que se formava. Neste processo de formação do mercado (de terras e de trabalho), tais homens livres e expropriados não se proletizaram, tampouco foram escravos.

Vê-se, com subsídio da análise de Franco (1984) que, sendo um contexto social e histórico distinto, se pode pensar em reposição de condições de expropriação, mas não em acumulação primitiva, nos termos de Marx (1985), visto estarmos tratando de uma realidade em que a vastidão de terras a serem ocupadas e a coexistência de escravos e homens livres destituídos de meios de produção marcavam a época. Para continuar com o pano de fundo que nos permite picos analíticos, voltemos à historieta.

Com a integridade do patrimônio territorial da Casa da Torre ameaçada pela possibilidade da herança paterna passar a Manoel Pais da Costa, em decorrência do “rapto” de Isabel D’Ávila, fez-se casar irmãos: o coronel Francisco Dias D’Ávila 2º (neto de Garcia D’Ávila, tendo sido por ele criado) e Leonor, “instituindo em dote o vínculo de morgado que o rei de Portugal aprovou em 1681” (BANDEIRA, 2000).

Foi em 1624 que Francisco Dias D’Ávila recebeu da Coroa o privilégio de poder adentrar ao sertão sob qualquer autoridade a fim de povoá-lo com seus currais e descobrir as famosas minas de prata... Três anos mais tarde, Dias D’Ávila teve seu pedido atendido, passando a ser dono das minas de metais preciosos e salitre (usado para produção da pólvora, portanto, elemento importante para a dominação territorial contra os indígenas) que se acharem,

(...) os quais estão desde o Rio São Francisco até o rio da Cachoeira, de rio a rio..., as serras todas de **Jacobina** e a serra de Loinsembá (CALMON, 1983:54. **Grifo nosso**).

Para Calmon, passava de conquistador a proprietário (CALMON, 1983). Perguntamos se seria mesmo proprietário. A que propriedade Calmon se refere? Em um momento em que não havia propriedade privada da terra, chamar de proprietário seria somente um mero erro de anacronismo, ou o autor tem algo em mente não explicitado em seu livro? Preferimos a segunda opção (que, contudo, não exclui a primeira) e entendemos que há neste momento uma referência a uma mudança na relação do latifúndio com a totalidade: de conquistador de território da colônia e aldeamentos indígenas (em sua pretensa formação de força de trabalho), os latifúndios de Dias D’Ávila passam a produzir, por meio de seus currais, mercadorias para a venda no mercado. Seria, assim, o início do século XVII o momento incipiente da integração do sertão ao mundo das mercadorias? Tal integração, vejamos, ganha distintas formas particulares, sempre guiadas pelo sentido da colonização (PRADO Jr., 1965).

Em Bandeira (2000), em uma análise descritiva histórica da ocupação do Nordeste, afirma-se que o que interessava a Francisco Dias D'Ávila não era aldear índios, mas expulsá-los de certas regiões a fim de possibilitar a procura de ouro e prata, bem como explorar o salitre, sendo-lhe mais rentável manter “a ordem do sertão”, sob seu controle, para garantir a segurança de seus “currais, rendeiros e foreiros” (BANDEIRA, 2000). No entanto destaca-se que, havendo qualquer resistência indígena, os vaqueiros e homens de armas de Francisco Dias D'Ávila garantiam o controle territorial por meio de inúmeras guerras e aniquilamentos indígenas, como analisado por Puntoni (2002).

O repasse do controle das terras e dos homens, dos currais e das minas de salitre, ouro e prata, era passado de pai para filho, por meio do regime do morgado. Assim foi que o filho de Francisco Dias D'Ávila, cujo nome é o mesmo de seu bisavô, Garcia D'Ávila, passou a ser, em 1641, o mais novo capitão de ordenança, como homenagem aos serviços prestados nos anos anteriores (CALMON, 1983).

A conquista e o domínio de vasto território da Casa da Torre, que ia do Piauí, passando por todo o norte e nordeste, até as serras de Jacobina, foram resultado de recompensas pelos serviços prestados pela Casa da Torre à Coroa. Nas descrições históricas sobre os limites de seu território, contudo, percebe-se sobreposição à área da outra família rival, Guedes de Brito (Casa da Ponte), que dominou e ocupou toda a porção sul, de Morro do Chapéu às nascentes do rio das Velhas. Morro do Chapéu, que atualmente confere nome a um município vizinho a Jacobina, e Serras das Jacobinas são, por exemplo, referências que se repetem aos domínios de ambas as famílias. Como descrito por Calmon (1983), data de 1668 o primeiro conflito entre as casas da Ponte e da Torre, em disputa pelas Serras da Jacobina, logo resolvido por uma divisão amigável entre seus senhores. Por que Calmon trata como amigável, fica o questionamento.

Sob o pretexto de que a Coroa doara a Francisco Dias D'Ávila todas as terras devolutas do rio São Francisco, a fim de que a povoasse com rebanhos de gado para atender ao consumo de carne da Bahia e de Pernambuco, Casa da Torre travou inúmeros conflitos com a Igreja Católica e seus indígenas catequizados.

Conflitos armados com os jesuítas e seus grupos são descritos em diversas passagens, incluindo-se nas missões realizadas pelas Serras das Jacobinas, em 1669, quando foram expulsos já pelo Garcia D'Ávila 2º (filho de Francisco Dias D'Ávila). Apesar da tensão com os moradores e vaqueiros dos D'Ávila, quatro anos depois, em 1673, os jesuítas voltaram à região de Jacobina onde reconstruíram a aldeia de Santa Teresa da Canabrava e, ainda, avançaram em direção ao norte, incorporando novas áreas (BANDEIRA, 2000). Como estratégia de dominação do território e expansão dos currais dos D'Ávila, seus vaqueiros eram reconhecidos por incitarem os indígenas a fugir dos aldeamentos da Igreja, enfraquecendo-a. Os limites das terras dos Garcia D'Ávila chegaram a grande parte dos sertões da Bahia e de Sergipe e, ao fim do século XVII, já se estenderam a quase todo o vale do rio São Francisco, através de Pernambuco, Piauí e Paraíba, até o Rio Grande do Norte.

Naquelas terras, a Casa da Torre instalava seus próprios currais e arrendava porções de terras, por meio de seus procuradores, geralmente de uma légua, por 10\$000 réis de foro anual (ANTONIL, 1965. In.: BANDEIRA, 2000). Tal tributo, em forma monetária, demonstra já haver circulação monetária no sertão do século XVII, como forma de extração do excedente pela Coroa. Perguntamos, contudo, como a acumulação em dinheiro ocorria em um momento de incipiente formação de mercado e da sociedade do couro.

De acordo com Neves (1998), a sesmária dos Guedes de Brito, transformada em morgado, já no século XVII, para garantia de sua hereditariedade na família, conquistou, em 1659, a porção de terras do Itapicuru Mirim (como herança da avó paterna Filipa de Brito), reivindicada desde 1654 à Coroa. Tal reivindicação tinha como justificativa ser uma forma de pagamento pelas indenizações que os Guedes de Brito pleiteavam decorrentes dos gastos realizados nas guerras contra os holandeses, para defesa do território lusitano (Op. Cit. 1998). O padre Antonio Pereira foi quem recebeu a concessão de terras do Itapicuru Mirim, cujas nascentes se localizam em Jacobina.

Erivaldo Fagundes Neves (1998), ao descrever o processo de desmembramento das sesmarias do Guedes de Brito e dos Garcia D'Ávila, confirma que a ocupação das sesmarias, com gados e escravos, fazia parte da estratégia do sistema jurídico das capitanias hereditárias para dinamização do território.

Assim, a repartição das terras, que ocorria juridicamente pelas sesmarias, era social e objetivamente ocupada de forma rarefeita por vaqueiros, já no século XVII, que instalavam seus currais. No século XVIII somaram-se a eles bandeirantes e paulistas, confrontando-se nas áreas de mineração (NEVES, 1998). Em relato de campo, um descendente não direto (pois vem da ramificação de sobrinho, e não filho, neto ou bisneto etc.) de uma das famílias de coronéis, os Marques (donos das terras que chegaram a se estender no século XIX de Jacobina (Caatinga do Moura) ao atual município de Ouro-lândia), o professor Miranda Marques nos relatou que sua família recebeu dinheiro emprestado da Coroa para fazer uma bandeira em busca de ouro e o achou nas margens do Itapicuru, onde comprou diversos escravos. Com o dinheiro do ouro, disse o professor, a família comprou as terras da Coroa. O interessante foi que, para esconder a renda do ouro e não pagar o quinto, pagava os impostos da fazenda, justificava os gastos do curral, mas não apontava a renda do ouro. Lavava o dinheiro que recebia do ouro, com o boi da fazenda, e assim, acumulava todo excedente.

Denominada por Bandeira (2000) como um oligopólio, a formação dos currais do Nordeste esteve associada à extrema violência para expulsão de indígenas e jesuítas, e à estreita relação dos sesmeiros com a Coroa portuguesa, principalmente, na realização de ofícios voltados ao controle do território. Assim, coronéis e almoxarifes eram presenteados com terras e faziam centralizar seus poderes, concentrando terra e dinheiro. O sistema de morgado foi, ainda, fundamental para a perpetuação da concentração das terras nas mãos de pouquíssimas famílias.

Em um longo processo, que se inicia já no século XVI e se estende até o século XX, com importante marco que foi a Lei de Terras de 1850, a formação de propriedades privadas esteve em relação a outras formas do processo de

autonomização do capital, em especial, às particularidades do trabalho. Em articulação a estas duas manifestações do processo de autonomização (da terra e do trabalho), a lei e a ordem constituem importante elo de entendimento.

Assim, no Brasil colônia, a distribuição de terras entre sesmeiros e pessoas próximas da nobreza portuguesa, apresentava-se em relação direta com a violência extraeconômica de seus homens no processo de delimitação de áreas particulares, sob a proteção judicial das leis existentes. A Casa da Torre, símbolo deste primeiro momento do processo de territorialização do capital, funcionara, assim, como braço militar da Coroa associado à incipiente expansão do mercado e extração de excedentes, que se davam pela produção de carne para abastecimento dos engenhos de cana e pelo pagamento do foro.

E estes fatores reais de poder, tanto econômicos e sociais, quanto militares e políticos, sucessivas gerações construíram e organizaram mediante feitos de conquista e ocupação do território, impulsionando o processo de colonização a serviço de Portugal (...).

(...) os senhores da Torre, que, representando o próprio Estado, com patentes militares e mantendo à própria custa tropa de mamelucos e índios aculturados, exerciam o poder colonial nos sertões do Nordeste. Deles o próprio governo geral do Brasil sempre estivera a depender, pois, desde o início da colonização, a Coroa, não dispondo de meios e condições para controlar e defender o território, delegara essas funções, geralmente, àqueles aos quais outorgava terras de sesmaria. O próprio regimento dado a Tomé de Sousa em 1548 já os obrigara a construir torres ou casas-fortes, como Garcia D'Ávila o fez em Tatuapara. Destarte, os senhores de terra e de escravos tornaram-se o sustentáculo do poder colonial, a assumir também o comando dos terços de ordenanças, em cujas companhias integravam os índios aldeados, um dos quais, o que melhor merecesse, recebia o título de capitão, como chefe do povoamento, o que de certa forma preservava a organização tribal (BANDEIRA, 2000:199, 200).

Como uma organização militar privada, a Casa da Torre tornou-se uma potência econômica, política e militar, sendo a principal força da colonização do nordeste do século XVII. Seus currais se espalhavam pelas barras dos principais rios, incluindo-se o São Francisco e o Itapicuru, com mais de meio milhão de cabeças de gado, somando-se a outras 800.000 que pastavam na região de Pernambuco, para fornecimento às cidades litorâneas e engenhos da Zona da Mata (BANDEIRA, 2000).

As boiadas existentes nos vales do Piaagui (Piauí) até a barra de Iguaçu e Paranaguá e rio Preto iam quase todas para a Bahia, para a feira de Capuame, por lhes ficar melhor caminho pelas Jacobinas, onde pastam e descansam (SODRÉ, 1968; *In*: BANDEIRA, 2000:201).

Andrade (s/ data) também se refere às Serras de Jacobina como primeiro pousio para o gado que vinha caminhando léguas para ser vendido na Zona da Mata e ali encontrava a primeira área úmida, onde ficava por meses até engordar e ser vendido. Começa a parecer que Jacobina e suas serras e rios sobrepunham, aos poucos, ocupações de currais, extração de ouro e salitre, formando um incipiente mercado, envolvendo gado, ouro, salitre e escravos. As fazendas de gado, que acompanhavam os cursos dos rios, constituíam a economia acessória ao complexo açucareiro. O crescimento desta economia, bem como, paradoxalmente, suas dificuldades, é que permitiu a expansão do povoamento para o sertão. As necessidades da criação do gado, como a extensionalidade, forçavam a pecuária a ocupar regiões mais interioranas, ainda mais quando se valorizou o preço das terras próximas dos portos de embarque e dos cursos fluviais (PUNTONI, 2002).

A economia da pecuária foi, desta forma, responsável pela ocupação contínua e contígua (PRADO Jr, 1965) do sertão, que, deve-se ressaltar, conforme Puntoni (2002), foi, a partir da segunda metade do século XVII, impulsionada pela determinação do comércio internacional de mercadorias que reorientou os planos da empresa colonial, tendo em vista que a incorporação das Antilhas à

produção açucareira e o consequente aumento do preço dos escravos africanos contribuíram para o enfraquecimento da economia açucareira colonial (PUNTONI, 2002). Nesta reorientação, a ocupação territorial e a busca pela diversificação dos produtos coloniais consolidaram a primeira formação regional sertaneja, ou seja, a *região pecuarista*, acompanhada pelas buscas de metais preciosos.

A consolidação das fazendas de gado no sertão é compreendida por nós como a primeira forma organizada de *territorialização do capital*, que, por sua vez, ocorre de forma tributária à economia açucareira e à lógica do comércio internacional das Grandes Navegações. O sentido de sua ocupação reproduz o *sentido da colonização* (PRADO Jr., 1965), tendo em vista que abastecia as áreas do agreste e Zona da Mata (ANDRADE, s/data) com carne, couro e animais para tração. O relativo isolamento, contudo, propiciou uma forma particular de relação entre terra, trabalho e capital, cuja figura do vaqueiro foi-se constituindo como elementar.

O vaqueiro realizava praticamente todas as funções necessárias para o trato do gado, construindo e mantendo as benfeitorias das fazendas, conduzindo os animais para os bebedouros e plantando as cactáceas para alimento no período da estiagem – quando não conduziam o rebanho para as áreas de serras, mais úmidas, nos longos períodos de seca. As Serras de Jacobina, como denominado por ANDRADE (s/data), constituíam estes locais de atração para esta migração sazonal, conhecida como *invernadas*. Esta condução dos rebanhos para as áreas de serras nos períodos de seca era realizada pelos chamados “tangedores”, que, quando realizavam longas caminhadas, carregavam consigo em seu alforje de couro seu alimento (paçoca, camboeiro e rapadura) e água (em um saco também de couro). Além do vaqueiro, havia nas fazendas alguns mestiços forros, chamados ora de “alugados”, ora de “fábricas”, que faziam serviços auxiliares, recebendo em espécie, além de casa e comida (ANDRADE, s/d).

Os vaqueiros eram os responsáveis pela ocupação produtiva das terras dos sesmeiros, que extraíam tributo, ou forma de ser da renda em produto (MARX,

1986) e, com base no uso da violência, garantiam os domínios territoriais de seus coronéis. Na análise da *Gênese da renda fundiária capitalista* (MARX, Op. Cit.), Marx expõe que quando o trabalhador é dono dos meios de produção e das condições de trabalho para produção de seus próprios meios de subsistência, a relação de propriedade aparece como relação direta de meio de dominação, em que o produtor deixa de ser livre, devendo obrigações tributárias ao dono da terra.

De acordo com os pressupostos, o produtor direto se encontra na posse de seus próprios meios de produção, as condições de trabalho objetivas necessárias à realização de seu trabalho e à geração de seus meios de subsistência; ele exerce de modo autônomo sua agricultura, bem como a indústria rural caseira ligada a ela. (...) Sob estas condições, o mais-trabalho só pode ser arrancado deles pelo proprietário nominal da terra, mediante coerção extra-econômica, qualquer que seja a forma que esta assuma (MARX, 1986: 251).

A sociedade do couro e os tributos pagos pelos vaqueiros aos donos das sesmarias (ANDRADE, s/data) aparecem, assim, como pressupostos históricos das formas particulares assumidas no processo de constituição da renda fundiária no sertão baiano.

Os vaqueiros tinham seu trabalho remunerado em um sistema de parceria¹⁹, sendo que a cada quarto bezerros nascidos vivos, um ficava com o vaqueiro e três com o proprietário. Ao apartar o gado, este podia ser vendido pelo vaqueiro.

A sua remuneração às vezes é feita pela “quartiação”, isto é, o vaqueiro recebe um quarto dos bezerros, potros e cabritos nascidos na fazenda, sendo a partilha feita pela sorte, aproveitando um dia em que o proprietário esteja

19 Tanto Andrade (s / data) quanto Prado Jr (1965) citam que o pagamento da parceria correspondia à quarta parte da produção anual da fazenda.

na fazenda²⁰. Quando êste é mais liberal, conserva esta forma tradicional de pagamento em tôda a sua plenitude, permitindo que os animais do vaqueiro sejam criados ao lado dos seus, como se fossem “animais da fazenda”. Outros, porém, achando que os animais crescem mais “com a vista do dono” e que êle, ao contrario do vaqueiro, está ausente na maior parte do tempo, temendo que nas ocasiões de sêca os seus animais sejam relegados em benefício do empregado, exigem, então, que o vaqueiro lhes venda os animais que a êle couberam, logo após a partilha. **Tiram, assim, a possibilidade de um dia o vaqueiro vir a ser também fazendeiro, ter um rebanho próprio** (ANDRADE, s/data: 196. **Grifo Nosso**).

A reprodução das fazendas ocorria sob baixo investimento de capital, se comparada às fazendas de açúcar da Zona da Mata, no ritmo da extensiva reprodução do gado bovino, que se expandia sobre as vastas porções de terras, simultaneamente ao início de seu parcelamento, decorrente, tanto da emancipação de alguns poucos vaqueiros, quanto da descoberta de metais preciosos no sertão da Bahia.

A disputa pelas terras ocorria entre as famílias dos sesmeiros e, também, entre os grupos de vaqueiros posseiros das terras de seus senhores que exerciam o papel de polícia do sertão. Os índios, muitas vezes, participavam destas lutas, sendo induzidos por um ou outro grupo das famílias dos sesmeiros, Garcia D’Ávila e os Guedes de Brito (VIEIRA FILHO, 2006).

Este processo, que Puntoni (2002) identifica como “Guerra dos Bárbaros”, ainda que comparativamente à região canavieira tivesse baixo investimento de capital e fácil acesso à terra, tem como fundamento a supremacia da forma mercadoria sobre o estatuto jurídico das sesmarias. A ocupação da sesmaria foi a garantia de investimento agrícola de que o regime mercantil português necessitava para a manutenção da circulação, ainda que em potencial, de capital a partir da colônia (PUNTONI, Op. Cit.).

20 Os proprietários costumavam morar na Zona da Mata ou no Agreste.

O extermínio indígena e os aldeamentos, descritos por Puntoni (Op. Cit.), são faces do mesmo processo de territorialização do capital (TOLEDO, 2008) que necessita formar suas categorias para reprodução. O processo de formação categorial, no entanto, não se realizou no sertão nordestino como na acumulação primitiva inglesa, em que se formou simultaneamente o exército industrial de reserva e a propriedade privada (MARX, 1985). Aqui os aldeamentos constituíram-se como potenciais formadores de força de trabalho que, no entanto, não se realizou nos termos necessários para a consolidação das relações capitalistas tradicionais, devido, principalmente, à disponibilidade constante e extensiva do uso da terra.

A resistência dos índios tapuias aparece como uma das razões pelas quais os aldeamentos da região sertaneja foram marcados pelo extermínio indígena e não pela formação do exército industrial de reserva, como pode ser observado em PUNTONI (2002). O autor revela, ainda, a importância que a aliança entre os tapuias e os holandeses significou para a justificativa do extermínio indígena por portugueses. A Guerra dos Bárbaros, como é conhecida, também é citada por ANDRADE (s/data), como sendo, para ele, consequência dos hábitos indígenas que, sem a consciência da propriedade, abatiam o gado, como se fossem, animais selvagens. O autor, na breve passagem que faz menção ao extermínio indígena, não ilumina a intenção dos aldeamentos pelos portugueses, mas, ao contrário, coloca os aldeamentos como necessária consequência à falta de consciência dos indígenas sobre a propriedade privada.

Conforme Marx (1985) assinala, a expropriação da base fundiária do produtor rural e a consequente separação do trabalhador de seus meios de produção não ocorrem igualmente em todos os lugares, havendo, formas e momentos específicos da sua realização. A não formação destes pressupostos simultaneamente ao momento do que se chama da moderna colonização perdura até os dias atuais, conferindo a particularidade do processo de modernização brasileira e, especificamente, sertaneja.

A região de Jacobina, por sua vez, só pode ser entendida como parte da região pecuarista (TOLEDO, 2008), sendo assim, também, uma totalidade, devido ao caráter central que exercia sobre o vasto sertão em decorrência da realização de um aldeamento indígena (PUNTONI, 2002), do fornecimento dos primeiros campos úmidos de quem vinha das porções mais ocidentais da colônia (ANDRADE, s/d) e da descoberta do ouro no rio Itapicuru e do salitre, em rio homônimo.

Como mencionado anteriormente, para chegar ao mercado consumidor da Zona da Mata o gado vindo das regiões mais distantes do sertão (como os atuais territórios de Piauí, Pernambuco, Paranaguá e Barra de Iguaçu, entre outros) realizava extensas caminhadas que acabavam por emagrecer o rebanho, diminuindo seu preço. Para minimizar este prejuízo, o gado era deixado, por um período de cerca de oito meses, descansando e pastando para repor o peso. Muitas vezes, os campos úmidos de Jacobina eram utilizados para engorda do rebanho, devido à região estar no limite do sertão seco com o Agreste úmido (ANDRADE, s/d). Jacobina passou, assim, a ser um local de pouso dos sertanejos que conduziam a boiada, bem como dos vaqueiros que entravam no sertão à procura de terras e minas (Depoimentos exploratórios *In.*: VIEIRA FILHO, 2006; NEVES, 2006), tornando-se um pequeno entreposto comercial.

Assim, na beira dos rios Salitre e Itapicuru consolidava-se, a partir da lógica de reprodução das fazendas de gado e, intrinsecamente, da violência personificada nos vaqueiros e nos aldeamentos indígenas, a região pecuarista das Jacobinas. Nesta região pecuarista, não podemos deixar de lado da análise do processo de territorialização do capital a agricultura, que foi se desenvolvendo à sombra dos currais. Pequenas roças cultivadas pelos vaqueiros, agregados e suas famílias produziam para subsistência mandioca, milho, feijão e algodão e, às vezes, melancia e melão (ANDRADE, Op. Cit.).

Somente no século XVIII surgiram, no sertão, os primeiros engenhos para rapadura e mel, fundados por proprietários de engenhos da Zona da Mata. As chamadas engenhocas impulsionaram a produção da cana-de-açúcar que passou

a ocupar as áreas mais úmidas das várzeas dos rios, principalmente do rio São Francisco. Estes senhores de engenho buscaram criar o mesmo sistema de *plantation* desenvolvido e difundido dois séculos antes na Zona da Mata, impondo ao sertão novas relações de trabalho, fortalecendo o trabalho escravo, e criando a figura do lavrador, que produzia a cana em suas terras para partilhar em “meia” com o dono do engenho. No sertão foram sendo, desta forma, reproduzidas miniaturas da sociedade açucareira da Zona da Mata. Pelas dificuldades de exportação da produção sertaneja, o mel e a rapadura eram destinados ao mercado regional, sendo estes senhores de engenho não tão ricos quanto os da Zona da Mata. Por isso, muitas vezes desenvolviam relações mais próximas às famílias dos escravos, se comparadas à relação entre os senhores das terras e os escravos da Zona da Mata (ANDRADE Op. Cit.).

A descoberta do ouro na área das Serras da Jacobina ocorreu já no final do século XVII, impulsionando a migração de homens livres e escravos fugidos. Migraram, na chamada corrida do ouro, missionários franciscanos, jesuítas, empregados da Coroa, bandeirantes, escravos, índios escravizados e aldeados, homens livres povoadores portugueses, brasileiros, que se tornaram garimpeiros, ou indiretamente trabalharam com o ouro, ora encarregando-se do transporte, ora da venda, do contrabando e das demais atividades associadas ao garimpo propriamente. A freguesia de Santo Antonio de Jacobina foi, assim, criada já em 1682, onde atualmente fica o município de Campo Formoso, conhecido, no passado, como Velha Jacobina (VIEIRA FILHO, 2006).

Apesar da indisposição do governo geral e da Câmara de Salvador, Jacobina continuava com a produção de ouro e a receber novos habitantes, o suficiente para se estabelecerem as instituições dos poderes públicos. Somente a pecuária extensiva, dispersa pela imensidão sertaneja, não atrairia imigrante nem justificaria a criação da vila e seu respectivo município. A economia de Jacobina girava, pois, em torno do ouro, cuja produção se considerava pequena, relativamente à do rio das Velhas, onde o volume extraído crescia a cada ano (NEVES, 2006: 128).

A indisposição a que se refere Neves (2006) no trecho acima aponta para o fato de o garimpo nas nascentes do rio Itapicuru, nas Serras de Jacobina e que hoje também está contemplado pelos limites municipais, era de difícil controle, pela facilidade de muitos caminhos, fertilidade do solo e brevidade da jornada até Salvador.

Conforme CALDEIRA (*In.*: VIEIRA FILHO, 2006), em 1718 foram extraídos 135 quilos de ouro em um único dia de trabalho em Jacobina. Rapidamente o garimpo de ouro passou a lavrar mais de uma tonelada de ouro por ano das Serras de Jacobina. Relatos históricos apontam que foram encontradas mais de 700 bateias na região de Jacobina, indicando a intensa atividade aurífera na região (IPAC, Sec. Ind. e Com. da Bahia. *In.*: SILVA, 2009).

Com a descoberta do ouro e a consequente migração associada, o lugarejo foi promovido de arraial à categoria de vila, Santo Antonio da Villa de Jacobina, em 1720 (Prefeitura de Jacobina, *In.*: IBGE²¹). O lugar escolhido para ser sede foi a chamada Missão de Nossa Senhora das Neves do Sahy, aldeia indígena fundada por padres franciscanos em 1697. Devido à semelhança dos nomes e ao desgosto de Garcia D'Ávila em ter em suas terras a vila de Jacobina (reconhecida socialmente como caótica, devido às algazarras da atividade garimpeira), há confusões nos documentos históricos sobre as datas e local de fundação de Jacobina. Sabe-se que em 1724, atendendo ao pedido de Garcia D'Ávila, o rei mandou deslocar a sede da vila para o local atual, próximo à Missão de Bom Jesus da Glória. Sua transferência para a sede atual ocorreu, portanto, para atender à solicitação política que, por sua vez, coincidia com a possibilidade de maior controle do garimpo do ouro realizado nas Serras da Jacobina, levando à criação da primeira Casa de Fundação da Bahia, onde atualmente se encontra a sede municipal (SILVA, 2009).

Ainda segundo CALDEIRA (*In.*: VIEIRA FILHO, 2006), a proximidade de Jacobina e Salvador facilitava o contrabando do ouro. A fundação da Casa de

21

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291750&search=%7Cjacobina> Acesso: 26/06/2015, às 13:20h.

Fundição em 1726 e a criação de estradas para circulação oficial do transporte do ouro foram as maneiras encontradas pela Coroa para tentativa de controle da exploração aurífera. Nota-se que nos dois primeiros anos da Casa de Fundição foram arrecadadas 3.841 libras de ouro, o que incluía Jacobina entre as principais regiões mineradoras da colônia portuguesa em termos de geração de tributos (GOMES, A. 2001 *In.*: SILVA, 2009).

Sabe-se que já no século XVIII Jacobina foi um dos maiores municípios da província, sendo, nesse mesmo século, desmembrados novos municípios (VIEIRA FILHO, 2006). A vila de Jacobina estendia-se de Rio de Contas, a sul, a Sergipe, a norte, abarcando a cachoeira de Paulo Afonso, em uma área de 300 léguas.²²

Ao longo do século XVIII a atividade de exploração do ouro, somada ao diamante também descoberto na região, foi responsável pelo processo de adensamento do núcleo urbano de Jacobina, que concentrava algumas funções urbanas típicas de cidades do garimpo, como mercados para compra e venda de produtos alimentícios locais, bares, prostíbulos e a própria Casa de Fundição, representando a tentativa de controle e extração tributária por parte da Coroa sobre a efervescente atividade econômica local.

²² Somente em 1880 a vila foi elevada à categoria de cidade, pela Lei Provincial 2.049, sendo assim instituída e reconhecida somente em 1893.

A formação regional da área do atual município de Mirangaba se sobrepõe à região histórica de Jacobina, de modo que a formação regional é precisamente a mesma relatada acima. Destaca-se, contudo, que, devido às características físicas, a ocupação colonial de Mirangaba associa-se às ilhas úmidas do sertão, onde o solo fértil permitia o plantio de culturas variadas e a engorda do gado para sua prévia venda no Agreste. Assim, o território de Mirangaba esteve associado ao policultivo, às áreas para abastecimento do gado no período de seca e, por fim, ao garimpo.

Mirangaba foi elevada à categoria de vila em 1923 e, em 1943, foi desmembrada do município de Saúde recebendo o nome de Mirangaba. A sua emancipação política aconteceu pela lei estadual Nº 1559 de 24/11/1961 (D.O de 25/11/1961), sendo constituída dos distritos de Taguarendi, Nuguaçu e Canabrava e seus povoados (Almeida, Angico, Barra, Barroco Novo, Boca do Mato, Campo Grande, Coqueiro, Cravada, Dionísia, Jatobá, Junco, Lagoa de Canabrava, Lagoa do Peixe, Mangabeira, Marruás, Paranazinho, Pedra Vermelha, Ponto Alegre, Queimada Grande, Riacho, Sambaíba, Santa Cruz, Sussuarana, Trincheira, Umbiguda, Vereda e Volta da Serra (Prefeitura de Mirangaba, 2011).

Jacobina consolidava-se, assim, como centro do sertão, reconhecida, ainda atualmente, como “cidade do ouro”, e firmava-se como ponto de entrada também para a exploração de ouro e de diamante que acontecia ao sul, na Chapada Diamantina. Reiterando sua centralidade, em 1734 foi fundada a sede da Ouvidoria, estando sob sua jurisdição, além da vila de Jacobina, a de Nossa Senhora do Livramento das Minas de Rio de Contas, as Minas Novas e partes de Serro Frio (VIEIRA FILHO, 2006).

A dinâmica regional predominante no século XVIII traz novas formas de territorialização do capital (TOLEDO, 2008) decorrentes das descobertas de ouro nas Serras da Jacobina, conferindo, mais uma vez, novas combinações entre terra, trabalho e capital, que conseqüentemente compõem uma outra região (OLIVEIRA, 1977). A forma mercadoria vai-se estabelecendo como mediadora de todas as relações, sendo objetivada, agora, na mercadoria escravo que passa a ter uma demanda na busca pelo ouro (mercadoria que intensifica a integração, pelo capital comercial, da região à totalidade do sistema produtor de mercadorias) significativamente maior que nas fazendas de gado. A mercadoria terra é ressignificada no processo de valorização com a descoberta do ouro, que confere novas formas de apropriação das porções de terra e do trabalho. São impostas à antiga região pecuarista (TOLEDO, 2008) novas relações abstratas de produção de riqueza, cujo sentido (PRADO Jr., 1965) permanece o mesmo (produção de mercadorias para sustentação da metrópole no capitalismo mercantil internacional).

Entre 1728 e 1734, o quinto do ouro brasileiro rendera anualmente para Portugal nove milhões de libras torneses [moeda de prata cunhada por Pedro I de Portugal (1357 – 1367) no valor de 13 réis], e na década de 1740, 14 ou 15 toneladas de ouro, sem se computarem as diversas taxas e os custos de fundição obrigatória.

(...)

Mas tudo isto se transferiu para outras economias, sobretudo a inglesa, para compensar o desequilíbrio da balança comercial e cobrir os custos de empréstimos, quase sempre inadequadamente aplicados (NEVES, 2006:142).

Sobrepunham-se, assim, nas formas de organização social das relações entre terra, trabalho e capital, o garimpo de aluvião e as fazendas de gado, que territorializavam o capital na região de formas específicas, tanto no que se refere às relações de trabalho e com a terra quanto à movimentação de dinheiro associada a cada uma destas atividades. A pecuária foi responsável pela organização social de áreas vastas do sertão; e o garimpo, responsável pelo aumento populacional e o crescimento da cidade, impondo uma organização social diferenciada em áreas localizadas, concentradas, no período colonial, nas margens dos rios (rio Itapicuru) e na Serra da Jacobina.

Contudo, a partir de meados do século XIX, com a descoberta de diamantes nas cidades da Chapada Diamantina, ocorreu um período de esvaziamento populacional de Jacobina. Este período permitiu relativa melhoria nas condições de vida da população local (incluindo escravos e ex-escravos) devido à diminuição da exigência por trabalho, e o desenvolvimento da agricultura passa a se fortalecer na região, com a acentuação da policultura e introdução da mamona, algodão, feijão e outros produtos, intensificando o processo de desmembramento do grande latifúndio que no século anterior sustentara a ocupação das grandes fazendas de gado.

Sua decadência [do ouro] ainda no século XVIII, mais ou menos a partir de 1730, dispersou os desiludidos dos garimpos, que procuraram, então, uma riqueza mais segura, mais laboriosamente adquirida, porém, inesgotável e farta. Buscaram nos campos aprazíveis, nas beiras dos rios que fertilizaram a terra e dessedentaram os sertanejos, as lavouras e as criações, impulsionando a ocupação econômica do território. Expressivas parcelas

dessa população procuraram sobrevivência nas fazendas da Casa da Ponte²³ ou de seus sucessores, comprando ou alugando sítios ou empregando-se como meeiros, diaristas e vaqueiros, ou ainda apossando-se de glebas desabitadas (NEVES, 1998: 101).

Como detalha Neves (1998), os desmembramentos dos latifúndios foram se dando simultaneamente à intensificação da ocupação agrícola, por moradores (ANDRADE, s/d) pós surto aurífero, em todo o sertão.

A Lei de Terras, a abolição do tráfico de escravos e a abolição da escravatura ao longo do século XIX vêm recondicionar a *região* em estudo, ao regulamentar, teoricamente, o acesso à terra, estabelecendo a propriedade privada, e formalizando a expropriação do trabalhador de seus meios de produção, quando o trabalhador deixa de ser cativo do senhor, e passa a ser cativo de seu próprio trabalho. A dupla liberdade (GAUDEMAR, 1977) do indivíduo passa a constituir a relação de trabalho, em que, pela liberdade negativa (GAUDEMAR, Op. Cit.), transforma, pela primeira vez, a força de trabalho em mercadoria capaz de produzir valor (MARX, 1988). É o princípio da objetivação do sujeito sertanejo.

Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um ser comprador e o outro, vendedor, sendo portanto ambos pessoas juridicamente iguais (MARX, 1988: 135).

Com a Lei de Terras (em 1850), o processo de autonomização entre terra, trabalho e capital foi reformulado, sem, contudo, realizar a autonomização entre a posse e a propriedade privada, devido à vasta disponibilidade constante de terras, que, apesar de agora receberem o título de terras comunais, permaneciam acessíveis,

²³ Nome adquirido pela nobreza hereditária dos Guedes de Brito (NEVES, 1998).

pois a expropriação deste momento não alcançou os níveis necessários para a formação de um mercado de terras, cujo pressuposto é a personificação do capital no consumidor da terra.

(...) neste sentido tal economia extensiva não podia dar lugar senão a uma estrutura social pobre, pouco diferenciada, cuja posição na estrutura do poder regional não chegava sequer a ser notada. Esse caráter frouxo da atividade econômica e da estrutura social podia ser constatado pelo fato de que, em muitas partes do sertão nordestino, a terra não foi sequer apropriada, senão nos estreitos limites das fazendas, sendo o resto um espaço livre, onde o gado de quem quer que fosse podia pastar à vontade (OLIVEIRA, 1977:40).

Pode-se dizer, assim, que a pecuária extensiva nordestina era um tipo de atividade extrativa, sendo sua ligação mais remota estabelecida pelo capital mercantil interno da região do açúcar. A autonomização estava em incipiente processo, sendo os rebanhos mercadorias sob propriedade privada, e a terra, não tendo sido transformada totalmente em mercadoria, não sendo propriedade de ninguém em vastas porções do sertão nordestino.

Após o boom aurífero, no sertão nordestino (ANDRADE, s/d) passam a coexistir junto aos resquícios de relações antes já desenvolvidas nas fazendas de gado e no garimpo do ouro, as relações determinadas pela produção de algodão. O algodão foi, assim, o responsável por garantir a permanência da integração da região sertaneja ao sistema mundial produtor de mercadorias, impulsionada, agora, pela venda do algodão às indústrias inglesas e, em um momento posterior, já no começo do século XX, à incipiente indústria têxtil nordestina.

A partir do século XVIII, com maior intensidade no século XIX, após a abertura dos portos, a expansão da produção de algodão tornou-se um fator relevante para a manutenção da região na integração subsidiária à totalidade do sistema mundial produtor de mercadorias. Seu cultivo promoveu novas formas de

ocupação da terra e relações de trabalho mais flexíveis que as relações do sistema pecuarista, e, certamente, do açucareiro. Apesar de o capital internacional ainda não reformular por completo a esfera da produção (apropriando-se, novamente, da esfera da circulação do capital), formava-se no sertão uma nova região: a região algodoeiro-pecuária (OLIVEIRA, 1977).

Com a descoberta da máquina a vapor, no final do século XVIII, a plantação do algodão passou a crescer e seguiu, aos poucos, disputando espaço com a cultura canavieira. A expansão de uma cultura ou outra dependia diretamente da demanda e, conseqüentemente, do preço no mercado internacional, de modo que a formação da região algodoeiro-pecuária nordestina foi assim sendo determinada pelas oscilações do mercado estrangeiro (ANDRADE, s/d).

Enquanto o Nordeste “açucareiro” semi-burguês tinha sua expansão cortada pela simbiose dialética da constituição de outra “região” com o capital internacional [*a região do café*], um outro Nordeste emergia gradualmente, submetido e reiterado pelas mesmas leis de determinação de sua relação com o capital internacional: o Nordeste “algodoeiro-pecuário”. Sem penetrar na esfera da produção, o capital internacional apropriou-se da esfera da circulação, da comercialização, e por esse fato, a política econômica do Segundo Império e da República Velha, que centrava suas atenções na manutenção de uma taxa de câmbio que era simultaneamente condição da reprodução e forma da apropriação internacional de parte do produto social, compatibilizava os interesses da reprodução do capital na “região” do café e na “região” – no novo Nordeste – do algodão-pecuária (OLIVEIRA, 1977:35).

Sendo mais barata e de trato mais fácil (não requeria trabalho o ano inteiro) que a cana, o cultivo do algodão possibilitava que os trabalhadores se ocupassem em outras atividades agrícolas, diversificando a produção. O algodão, podendo ser cultivado em pequenas propriedades, associado ao milho, à fava e ao feijão, permitia aos “moradores” e pequenos proprietários cultivarem culturas de subsistência ao lado de produtos para venda. Para estes, a produção era pequena,

mas os custos eram menores, pois não necessitava de muito trabalho. A possibilidade de fazer cultura associada e de o agricultor não ter necessidade de industrializar o produto fazia com que o algodão fosse cultura de ricos e pobres, no Agreste e Sertão nordestino. Considerado como uma cultura mais democrática, se comparada à cana de açúcar, o algodão permitia que moradores caboclos, mulatos e até mesmo negros, acumulassem, passando a ser conhecidos como “brancos do Algodão” (ANDRADE, s/d).

Além destas particularidades, destaca-se que o curto período para produção e o fato de a rama de algodão poder ser utilizada como alimento para o gado nos meses mais secos permitiram ao agricultor o estabelecimento de uma relação de parceria com o proprietário da terra. Esta nova relação se estabelecia, pois, o agricultor (escravos livres, caboclos e agregados) trabalhava na terra do proprietário ao longo do ano, quando colhiam seu roçado de subsistência em meio à colheita do algodão, liberando, assim, a área para que o gado do proprietário se alimentasse das sobras deste plantio. Nesta relação, nenhuma renda era cobrada ao agricultor não proprietário, uma vez que o plantio algodoeiro beneficiava a criação de gado, representando uma forma de pagamento pelo uso da terra do proprietário (ANDRADE, s/d).

Além desta relação de parceria com o proprietário, o surto algodoeiro também contribuiu para a difusão inédita do trabalho remunerado com dinheiro pelo sertão, devido à exigência de intensa mão-de-obra em um período específico do ano (na colheita). O algodão produzido era exportado *in natura* pelo porto de Recife, ou tecido manualmente para consumo regional. Com a Guerra de Secessão americana na segunda metade do século XIX, a produção algodoeira passou por intensa expansão, voltando a declinar na sequência da retomada da produção estadunidense. No entanto, o algodão do Nordeste manteve sua produção em larga escala até o século XX, quando a crise de 1929, a praga da lagarta rosada e a produção de algodão no Sudeste levaram à decadência da atividade sertaneja.

A respeito da determinação da esfera da totalidade do mundo produtor de mercadorias sobre a produção da região algodoeira-pecuária e a forma de captura do excedente produzido sob relações de trabalho não tipicamente capitalistas, Oliveira (1977) analisa que

(...) esse vasto algodão é na verdade constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados dos fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros. Emerge aqui uma estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas “culturas de subsistência” do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por este mecanismo, um baixo custo de reprodução da força-de-trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas. Deve-se fazer aqui a inversão entre o discorrer do discurso e o andamento da constituição da relação real: *não é* a estrutura típica do latifúndio-minifúndio o que determina o baixo valor do algodão, pois apenas o reproduz. O baixo valor é determinado, em última instância, pelas modificações que estão ocorrendo na composição orgânica do capital nas indústrias têxteis da Inglaterra e dos Estados Unidos: no primeiro dos países, a quebra do abastecimento do algodão norte-americano obriga-o a recorrer a outras fontes de suprimento, mantendo baixo o preço do algodão, a fim de não precipitar uma queda da taxa de lucro, que em presença de fortes inovações tecnológicas na parte fixa do capital constante produziria, se somada a esta última acréscimos de preços da parte circulante do capital constante – as matérias primas – induziria a crises; em segundo lugar, as próprias inovações tecnológicas na parte fixa do capital constante, sobretudo na fiação, obrigam à busca de um tipo de algodão que, por suas qualidades físicas, possa acompanhar o aumento do ritmo de intensificação do trabalho (OLIVEIRA, 1977: 41).

Assim, é possível compreender a permanência das relações particulares de produção do algodão na região algodoeiro-pecuária (que com baixo custo produzia um algodão de qualidade suficiente para as máquinas inglesas) como parte de uma totalidade que, neste momento, dependia da garantia desta matéria-prima para não antecipar uma queda da taxa de lucro.

Enquanto na clássica acumulação primitiva a expropriação do uso comunal das terras foi condição para a formação da classe dos grandes proprietários de terras e dos trabalhadores assalariados das cidades (MARX, 1985), no sertão nordestino este processo não se realizou por completo. Permaneciam na região diversas formas de relações de trabalho e, intrinsecamente relacionadas, relações com a terra. As maneiras de expropriação do trabalhador e de geração de renda aos proprietários da terra foram neste processo de formação regional se particularizando em formas bastante específicas e diversificadas. Sempre em processo sendo determinadas pela acumulação externa à região, as relações entre terra, trabalho e capital não se autonomizaram por completo na região algodoeiro-pecuária, não generalizando no sertão relações capitalistas de arrendamento de terras ou transformando todo sertanejo em exército industrial de reserva.

Estas formas de reprodução do capital não se apresentam, para nós, em estado puro ou isolado, havendo sobreposições entre as esferas do sistema mundial produtor de mercadorias, ainda que seja na comercialização, em relação às formas regionais de produção. Não entendemos que haja, neste sentido, outro modo de produção regional, visto que, em última instância, a região do Nordeste algodoeiro-pecuário foi hegemônica na organização social por um fator externo à região propriamente. Logo, e contraditoriamente, embora a determinação de sua hegemonia sobre outras formas de reprodução regional tenha sido dada por fatores externos,

(...) a forma de produção de valor que este capitalismo mercantil fecundou no Nordeste algodoeiro-pecuário não era, porém, uma forma capitalista (OLIVEIRA, 1977:30).

O valor da mercadoria algodão teria, assim, se realizado no comércio, sob controle do capital internacional, criando um intermediário que coletava o algodão produzido pelos milhares de pequenos produtores no sistema latifúndio-minifúndio: os fazendeiros, principalmente os grandes, que, muitas vezes, se faziam de intermediário-financeiro (por conta própria e com recurso do capital internacional, que Oliveira (1977) identifica como Três Irmãs), financiando as entres-safra dos pequenos produtores. O fazendeiro comprava “na folha”, ou seja,

(...) fixa de antemão o preço que irá pagar ao meeiro pelo algodão que ele colherá, *independentemente das variações para cima* que esse preço possa experimentar no mercado internacional; *mas não independentemente das variações para baixo*: se as “Três Irmãs” fixarem um preço mais baixo, ele descontará do meeiro a diferença entre o valor ou o preço ajustado na “folha” e o preço que será efetivamente pago por ocasião da colheita. Aduzirá a este mecanismo, também um de intervenção própria: financiará, em espécie, as poucas mercadorias que o produtor meeiro não produz: o parco sal, o querosene que alumiará a miséria, a roupa e o calçado dominical. Descontará na colheita, cobrando preços exorbitantes, esse fornecimento em espécie: no fim, restará ao meeiro tão somente sua própria força de trabalho e da sua família, com a qual recomeçará o círculo infernal de sua submissão (OLIVEIRA, 1977:42).

Os mecanismos que asseguraram a reprodução desta estrutura foram aqueles oriundos da submissão ao capital internacional, comercial e financeiro, inglês e norte-americano. Para este capital, a apropriação da mais-valia se deu na esfera da circulação. Aqui, homogeneízam-se as regiões do café e do algodão, ambas

subordinadas aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano, sendo os coronéis do algodão e pecuária, os barões do café, e o Estado oligárquico suas formas da estrutura do poder (OLIVEIRA, 1977).

A expansão do café e do algodão, garantindo a reposição de seus pressupostos para acumulação pela classe dominante da época, abortou a emergência do desenvolvimento do modo de produção de mercadorias industrializadas no país e a divisão do trabalho sob as determinações da indústria nacional. Os coronéis, com seus exércitos de jagunços realizavam a apropriação das terras e reafirmavam, pela força da violência extra-econômica, o preço na “folha”, as obrigações do “cambão”, o pacto da “meia”, da “terça”, o “foro” da terra, enfim, os tributos em suas formas particulares de excedente. Os expropriados camponeses, meeiros e sitiantes não eram completamente expropriados dos meios e instrumentos de produção; o que lhes era expropriado estava no mais-produto, e não em sua força de trabalho (OLIVEIRA, Op. Cit.) e, neste sentido, entendemos que o processo de autonomização não se realizava por completo. Para que fosse completo, o processo de autonomização do trabalho, que tem a mobilização do trabalho e do trabalhador como um movimento interno necessário, teria de ter destituído o trabalhador de seus meios de produção e do comando de sua força de trabalho. Neste processo, na área do campo, o trabalhador teria de ter seu acesso à terra completamente negado, perdendo, assim, o comando de seu trabalho na terra.

Oliveira (1977) detalha o momento em que, simultânea e antagonicamente ao fortalecimento da região algodoeiro-pecuária, se desenvolve a burguesia têxtil-canavieira do Nordeste. Diferentemente da convergência de interesses entre os barões do café e os coronéis do algodão e pecuária que tinham a realização do valor de seus produtos externamente, a incipiente burguesia industrial nordestina da usina da cana e da indústria têxtil dependia da realização interna do valor de suas mercadorias. Para a perpetuação da produção do café e de sua realização externa, o Estado oligárquico endividou-se, tornando inviável o financiamento da produção e realização de mercadorias de consumo interno, como eram as mercadorias desta incipiente burguesia industrial.

Destaca-se neste processo que o trabalho que se submetia às relações da economia capitalista industrial do açúcar têxtil era personificado no mesmo sujeito que trabalhava na economia algodoeiro-pecuária, de forma que não se constituiu no Nordeste um proletariado clássico, sujeito ao rebaixamento dos preços de sua mercadoria força de trabalho. Assim, quando não estavam trabalhando, não estavam desempregados pressionando o preço do valor de troca de sua mercadoria para baixo; os semi-proletários voltavam à condição de pequenos produtores rurais, da economia de subsistência. Não à toa, o capital tende a eliminar pela força o modo de produção e apropriação baseado no trabalho próprio, pois, enquanto o trabalhador pode acumular para si mesmo o sistema capitalista torna-se impossível (MARX, 1985).

A grande beleza da acumulação capitalista consiste em que ela apenas não reproduz constantemente o trabalhador assalariado como trabalhador assalariado, mas produz, em relação à acumulação do capital, sempre uma superpopulação relativa de trabalhadores assalariados (MARX, 1985: 298).

Aqui, outro efeito particular está na contradição interna do próprio dinheiro que circulava na região algodoeiro-pecuária. Enquanto para o trabalhador, o dinheiro de compra de mercadorias para sua reprodução era apenas dinheiro (não realizava sua função de capital, valorizado pela mais-valia, pois não era resultado de trabalho, enquanto categoria de autonomização); para o capitalista que tinha sua mercadoria realizada no ato da compra, com dinheiro do produtor de subsistência, este dinheiro era equivalente-geral, capital-dinheiro. Esta contradição tem, na simultaneidade do Nordeste algodoeiro-pecuário com o Nordeste industrial do açúcar-têxtil, a forma territorial de sua expressão. Trata-se de uma contradição fundante da sociedade que irá depender da atuação do Estado providência (OLIVEIRA, 1998), que tem a discussão entre trabalho e consumo produtivo (KURZ, 1995b) como elementar (ver Capítulo 6.1).

Esta particularidade da constituição do trabalho do Nordeste levou a região a cair em sua própria armadilha regional, pois permitiu que a produtividade do trabalho industrial que se formava no Sudeste se sobressaísse, sob a aparição de mercadorias mais baratas, invadindo-o. No Sudeste, a força de trabalho já se proletarizava, tendo o tempo de trabalho abstrato como unidade de produção do valor, produzindo e consumindo produtivamente, pois o dinheiro era gasto diretamente para valorização do trabalho abstrato, transformando-se em capital que passa a valorizar a si mesmo (KURZ, Op. Cit.). Em outras palavras, fortalecia-se no Sudeste a única fonte efetiva de “dinheiro que gera dinheiro”, o consumo de trabalho abstrato na produção real de mercadorias, enquanto o Nordeste via-se empatado em formas de produção não tipicamente capitalistas (nas quais, apesar de não constituírem relações capitalistas clássicas – leia-se autonomizadas –, com o trabalho assalariado organizando as relações sociais, havia exploração e mais-valia sendo produzida para venda de mercadorias no mercado, como é o caso do trabalho dos vaqueiros entrevistados nas fazendas de gado).

Neste contexto, e sob o pretexto de acabar com a seca, o DNOCS passa a atuar no Nordeste, mantendo as condições de reprodução da estrutura econômica e social, na forma de Estado oligárquico em que as esferas da sociedade civil e do Estado se tornavam indistintas. Pode-se assim colocar, pois o DNOCS promoveu obras de infraestrutura (como a construção de estradas, barragens e poços) que reiteravam as relações de dominação entre as classes sociais nordestinas, especialmente aquelas da região algodoeiro-pecuária. Assim, apesar de o Sudeste estar entrando na região com suas mercadorias que contêm uma composição orgânica do capital superior à do Nordeste, não era, ainda, suficiente para romper a região, pois a hegemonia interna da classe dominante ainda se reproduzia. A região, para Oliveira (1977), entrava em declínio mas apresentava ainda formas de se manter fechada.

E nessa reprodução [das relações de dominação], obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração de valor e de novas relações de produção. A “abertura” da região e a consequente “integração” nacional, no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida, e por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional (OLIVEIRA, 1977: 31-32).

A armadilha regional do trabalho semi-proletário não produtivo aos níveis do Sudeste acabou por enfraquecer sua classe dominante, a burguesia do açúcar-têxtil do Nordeste, que receberia o assalto final com a Sudene. Com a revolução de 1930 e a legislação trabalhista, tem-se a implantação de um projeto em escala nacional, que acabou por acentuar as diferenças regionais ao reorientar o Estado para potencializar a acumulação das mercadorias industriais de realização interna. Assim, foram implantados mecanismos financeiros (como o fim dos impostos interestaduais e o estabelecimento de Imposto de Consumo sobre todas as mercadorias produzidas no país; o fim da autonomia de cada Estado de legislar sobre o comércio exterior) que visaram a uma expansão capitalista, impondo o equivalente geral da economia industrial do Sudeste para todo o país (OLIVEIRA, Op. Cit.).

Neste movimento dialético em que se destrói para concentrar, o excedente da economia regional passou a ser centralizado pelos capitalistas proprietários do capital imbricado nos mais altos níveis de composição orgânica do capital, agora nacional, localizados no Sudeste. A concentração de capitais chegou a tal nível de desenvolvimento de sua composição orgânica (em comparação inter-regional dentro da totalidade nacional) que acabou por provocar sua centralização, na transferência de valor do Nordeste para o Sudeste.

Entendemos que houve transferência de valor do Nordeste para o Sudeste, pois aquele tinha menor desenvolvimento de forças produtivas, o que demandava mais trabalho (substância do valor) e, portanto, produzia-se mais valor que um

processo de produção da mesma mercadoria no Sudeste, já em um nível superior de desenvolvimento das forças produtivas, empregando, assim, menos trabalho. No estabelecimento do preço médio do mercado, transfere-se valor de onde se produz acima do tempo médio, para onde se produz abaixo do tempo médio de trabalho.

Neste processo de imposição do equivalente geral das mercadorias de maior produtividade do Sudeste, o processo de destruição aparente das economias regionais nada mais foi do que reflexo da expansão do capital em escala nacional.

Para a completa nacionalização do capital, a que Oliveira (1977) remete, tornava-se, assim, necessário submeter o próprio incipiente capital regional às leis e às formas de reprodução do capital da área hegemônica. Assim, a nacionalização, ou integração nacional, ocorria com o Sudeste ora capturando excedente regional, ora impondo seu equivalente geral sob o preço de mercadorias mais produtivas que impossibilitavam uma concorrência regional, e ora emprestando capital às regiões. Assim, a nacionalização se dava tanto no início do processo de valorização, com o empréstimo de capital-dinheiro, quanto no fim deste, capturando as taxas de mais-valia e de lucro regionais.

Neste momento da territorialização do capital, a economia agroexportadora teve sua reprodução reduzida ao limite suficiente para sua permanência enquanto fornecedora de capitais, pela realização externa de seus produtos, a serem investidos na importação de bens de capitais para a indústria do Sudeste.

A integração do mercado nacional, ou a criação do mercado nacional unificado, resultado da imposição em escala nacional do equivalente geral da economia da “região” de São Paulo, vai encontrar aquela burguesia extremamente debilitada, incapaz de redefinir seu próprio esquema de reprodução, incapaz de impor, sob seu comando, e no seu espaço de reprodução, a seu favor, o equivalente geral da economia industrial. A penetração das mercadorias produzidas pelo Centro-Sul, além de ver-se favorecida pelas medidas de cunho político-institucional e pela melhoria dos transportes, será tanto mais facilitada por essa incapacidade da burguesia

industrial nordestina adaptar seus esquemas de geração de valor às novas determinações que tinham seus *locus* na região centro-sul. **A consequência política de todos esses processos é a total perda do poder político da burguesia industrial açucareira-têxtil sobre sua própria região: aqui, a imbricação da economia e da política apresenta-se em notável ponto de fusão (OLIVEIRA, 1977:78. Grifo nosso).**

O Estado capturado pela classe industrial do Sudeste e, no Nordeste, pela oligarquia algodoeira-pecuarista afasta-se dos interesses desta burguesia industrial açucareira-têxtil, corroborando ainda mais para sua incapacidade de sua reprodução. O Estado capitalista planejador que não existiu no Nordeste com o DNOCS, nem com o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool)²⁴, vai romper com esta fusão entre o econômico e o político, mencionada no trecho acima. Como uma forma de intervenção sobre as contradições de reprodução do capital em escala nacional e internacional, que aparece como tentativa de dissolução de conflitos inter-regionais, o Estado vai realizar seu planejamento para o Nordeste via Sudene.

Sob outro aspecto a ser analisado, o fortalecimento das forças populares do Nordeste (como as Ligas Camponesas) também contribuiu para a criação da Sudene, pois configuravam-se como um movimento contraditório à expansão do capitalismo monopolista do Centro-Sul. Assim, a superação dos desequilíbrios regionais como a roupagem escolhida pelo discurso estatal da criação da Sudene buscava, não se pode deixar de citar, evitar um levante popular em níveis nacionais. Nesta transversão, a expansão do capital se fez por meio da destruição da classe hegemônica regional nordestina (industrial), deslocando a reprodução da economia regional para seu exterior: a Sudene captava a mais-valia regional,

²⁴ Oliveira (1977) analisa estes momentos de atuação do Estado no Nordeste, não identificando ações de planejamento que, para tanto, teriam que ter reorganizado as formas de reprodução e reposição dos pressupostos da acumulação do capital, em níveis industriais. O que o DNOCS e o IAA fizeram, sob este ponto de vista, foi reiterar as formas regionais de dominação, ao serem capturados pelos interesses das classes oligárquicas.

por meio dos impostos, convertendo em capital entregue à burguesia do centro-sul.

5. A difícil tarefa da interpretação: lidando com o objeto

5.1 Vaqueiros: a decadência da região

Podemos iniciar o exercício da análise sobre os elementos da realidade que o campo nos trouxe descrevendo e analisando os discursos em torno da figura do vaqueiro. Não fazemos esta escolha à toa, visto ser parte central do tema original da pesquisa, tendo seus meandros expostos nas conversas de campo. A interpretação destes meandros nos mostrou que a adoção de uma ideia preestabelecida sobre a dinâmica no entorno da atividade do vaqueiro e sua importância atual, que teria como base os campos de 2015 e a bibliografia baiana acessada sobre Fundos de Pasto, não revelaria o processo ao qual este “personagem e sua cena” estão submetidos.

Seu Ademir, marido de dona Celma²⁵, é um dos vaqueiros da comunidade de Mangabeira e aprendeu com seu pai, Seu Nezinho de Forga ou Seu Nezinho Danta, hoje com 70 anos, tudo o que sabe sobre “ser vaqueiro”. Seu Nezinho de Forga, por sua vez, também aprendeu a ser vaqueiro com seu pai, Seu Zé de Forga. Não se trata, claramente, de uma atividade de pastoreio de gado simplesmente. O trabalho do vaqueiro se desdobra em relações sociais historicamente sedimentadas no sertão nordestino que o colocaram, durante séculos, no centro da reprodução regional.

Com poucas palavras para descrever sua atividade atualmente, Seu Ademir nos contou que possui cerca de 30 cabeças de gado que ficam soltas no alto do Tabuleiro (próximo às lagoas permanentes, em uma área mais úmida do que as sequeiras da baixada). Ele, Seu Ademir, “sobe a serra” semanalmente para tratar do gado. Esta dinâmica de trato do gado no alto do Tabuleiro por aqueles reconhecidos na comunidade como vaqueiros apareceu como uma atividade atual também nas conversas com Seu Geraldo, outro vaqueiro de Mangabeira

²⁵ Sobre Dona Celma e Seu Ademir tiveram dois filhos: a menina casou-se com um trabalhador de fazenda, e morava, na época da pesquisa de campo, em Taquarendi, local de residência da família do marido, onde estavam construindo uma casa; o filho, mudou-se para a cidade de Mirangaba, onde se casou, e trabalha como caixa de supermercado.

que, junto com seu irmão, possui outras 30 cabeças de gado soltas no Tabuleiro.²⁶ Seu Geraldo conta que na época de estiagem, sobe a “serra” todos os dias para levar água para o gado, pois até “lá em cima”²⁷ pode secar. Esta dinâmica, do trato do gado neste lugar por estas famílias, ou seja, o trabalho destes vaqueiros no alto deste Tabuleiro, não é antiga (não passa de uma geração). Eles ali fazem o trato do gado desde quando a forma de sua reprodução, como vaqueiros expropriados pelos seus respectivos patrões (fazendeiros da região), mudou, e foram se instalar no povoado de Managabeira, na década de 1960, quando o povoado não passava de um núcleo de casas de pau a pique. A mudança da forma de reprodução do capital regional, que acabou por possibilitar que o vaqueiro deixasse a fazenda do patrão, para ser “vaqueiro de si mesmo”, nos parece estar relacionada ao maior acesso ao dinheiro. Vamos ao passado...

A família de Seu Nezinho é originária do povoado da Dionísia, também localizado no município de Mirangaba, porém a leste do Tabuleiro, em uma região mais serrana (sem formação de Tabuleiros e, segundo a população local, onde a água é um pouco mais salobra). Seu pai era tropeiro, e trabalhava vendendo produtos para alimentação básica pela região, que percorria a pé ou com animal. Desde cedo, Seu Nezinho ajudava o pai nas viagens e na colheita de ulicuri e mamona no meio do mato, enfatizando com muito orgulho o árduo trabalho desempenhado durante toda a sua vida. Seu pai levava o que eles produziam na Dionísia (mamona, arroz, feijão, andu, farinha e banana) para vender e trocar no município vizinho de Saúde, por outras mercadorias não produzidas pela família. O objetivo era, além de obter o mínimo necessário para o consumo da família, revender estas mercadorias “de fora” (açúcar, café e querosene) na vendinha que sua mãe cuidava na Dionísia. Segundo Seu Nezinho,

26 Das 90 famílias residentes de Mangabeira, cerca de oito são famílias de vaqueiros, ou seja, o chefe da família, como eles se reconhecem, foram vaqueiros quando jovens e hoje têm como atividade principal o trato com seu gado, sendo reconhecidos pela comunidade como “vaqueiro”.

27 “Serra” e “lá em cima” são nomes locais para se referirem ao topo do Tabuleiro, onde o Complexo Eólico estava previsto de ser instalado.

sua família precisava comprar para consumir somente se a roça não produzia. Caso contrário, a produção para o consumo permitia que o pequeno excedente comercial fosse paulatina e absolutamente, pois tinha o tempo determinado pelo caminhar do boi ou a pé, acumulado. Com o dinheiro acumulado do excedente do tropeiro e da vendinha, os pais de Seu Nezinho conseguiram juntar o suficiente para comprar um pedaço de terra no povoado de Mangabeira, onde a água era menos salobra.

Esta foi a descrição da chegada dos pais de Seu Nezinho ao povoado, contudo, vale ponderar se não houve, de fato, ocupação por posse, visto que esta prática foi relatada em muitas conversas como sendo a forma de ocupação originária do povoado. Não há menção de compra de terra (e de um mercado de terra formado em Mangabeira) no início da ocupação dos lotes da Mangabeira... Ao contrário, diz-se que o pessoal ali chegava, pois era “só chegar e construir”. Esta não existência do mercado de terras naquele lugar nos faz sentido, visto ser uma área sem potencial de acumulação pelos grandes fazendeiros (por ter a terra muito seca), em um sertão, ainda, de vastas extensões. Além disso, não podemos deixar de lado, muito pelo contrário, gostaríamos de trazer para o centro da discussão se não seria a moral do trabalho ideologicamente dignificando o homem que, no processo de acumulação, alimenta o discurso do acesso ao lote pela compra, ou seja, a contradição do discurso parece estar a serviço de uma ideologia dominante. Teoricamente, a questão/sugestão que remanesce é que a moral do trabalho nos parece ser central nesta passagem das relações regionais (o trabalho do vaqueiro e sua remuneração pelo excedente) para as categorias autonomizadas (formação do trabalho assalariado e do mercado de terras – além dos juros), ao naturalizar a expropriação necessária para tal movimento.

Seu Nezinho permaneceu, ainda jovem, um tempo na Dionísia, deslocando-se para Mangabeira somente para levar farinha produzida por ele aos seus pais. Aos 16 anos, em 1965, foi tentar a vida no Sul do país: trabalhou por seis meses colhendo café no Paraná e um ano e oito meses na cidade de São Paulo, onde, por suas palavras, “foi atrás de dinheiro”. Aqui, pelo período referenciado, Seu Nezinho (assim como muitos de Mangabeira, como Seu Bédu) integrou um

momento do processo da generalização da mobilização para o trabalho, constituindo o projeto de nação sob o Estado capitalista de planejamento, que levou os migrantes nordestinos à busca por trabalho no Sudeste. Seria, assim, uma manifestação da crise da *região*.

Neste período, que podemos chamar de primeira etapa de sua vida, antes de voltar e se casar, Seu Nezinho teria composto, na esfera da totalidade nacional, o exército industrial de reserva, que, neste momento, deixara de ser latente, sendo mobilizado para o sul/sudeste, pressionando os preços, no nível nacional, do valor de troca da única mercadoria sob sua propriedade ainda mais para baixo (seja, na colheita do café, seja na esfera da acumulação industrial paulista). O que pretendemos dizer é que com a realização do projeto de nação do Estado capitalista, se buscou integrar as regiões sob uma lógica que garantisse a reprodução do capital industrial do Sudeste, o que fez com que a força de trabalho latente mantida em reserva no Nordeste (por isso, até então, latente) fosse mobilizada para o centro do desenvolvimento das forças produtivas, rebaixando o custo da produção (OLIVEIRA, 1977).

Seu Nezinho, assim como outros de Mangabeira, fez parte deste processo de mobilização do trabalho, migrando, ainda que temporariamente, para vender a sua força de trabalho em troca de dinheiro. Interessante dar atenção a que, mesmo no momento de acesso a uma porção de terra supostamente melhor que na Dionísia (seja pela possibilidade conferida por meio do trabalho desempenhado na esfera do capital comercial, seja pela posse), Seu Nezinho preferiu se arriscar na incerteza da concorrência nacional, demonstrando, assim, ser parte da história nacional para a qual Heidemann chama a atenção como sendo a história da

“(...) imposição coercitiva da modernização e mobilização generalizada e, ao mesmo tempo e contraditoriamente, uma **história de barreiras à mobilidade** sujeitada à onipotente lei da concorrência (HEIDEMANN, 2010:16. **Grifo Nosso**)”.

Cabe, aqui, utilizar Gaudemar (1977), que ao discorrer sobre a mercadoria força de trabalho, desvenda a mobilidade do trabalho como formadora de dupla liberdade, em que, o trabalhador tendo ao seu dispor a sua força de trabalho, não tem diante de si outra hipótese que não seja vendê-la. Seu direito à venda da força de trabalho como uma necessidade para sua reprodução aparece, então, como sendo sua liberdade negativa de escolha para quem vendê-la.

Seu Nezinho teve, assim, seu direito de liberdade negativa (GAUDEMAR, 1977) exercido em um processo de mobilização forçada (GAUDEMAR, Op. Cit.), na década de 1960, sendo silenciosa e coercitivamente liberado para a realização do trabalho no centro da reprodução nacional do capital. Pôde assim fazer, pois naquele pedaço de sertão, a violência extra-econômica, dominante até então, havia sido juridificada pelo Estado, que, com o marco na legislação trabalhista, passava a exercer seu papel de garantidor da relação de exploração do trabalho, tornando formalmente equivalente (no direito de compra e venda da força do trabalho) uma relação entre não iguais (donos dos meios de produção e os expropriados destes). Além disso, nos parece que o acesso à mercadoria, que necessariamente passa pelo acesso ao dinheiro, já permeava os sonhos dos futuros vaqueiros como sendo uma das formas de romper as tais barreiras citada por Heidemann (2010). Se não, por que Seu Nezinho, agora com acesso à terra, teria ido ao Sudeste em busca de uma nova forma de venda de sua força de trabalho?

Quando retornou de São Paulo, ainda na década de 1960, Seu Nezinho se casou, mudando-se para Mangabeira, onde, na época, só havia algumas casas de enchimento com palha e cipó. Novamente, o acúmulo de dinheiro obtido pelo trabalho é o garantidor, no discurso, do acesso à terra, em um lugar que, conforme outros relatos de campo, passou a ter procura por compra de terras somente após 1980, com a EBDA: segundo ele, com o dinheiro da venda de três cabeças de gado que havia conseguido ao trabalhar para um fazendeiro logo na chegada de São Paulo, Seu Nezinho começou a construir sua casa no povoado,

casa que foi sendo, aos poucos, melhorada e reformada até chegar ao formato de hoje (Anexo 4 - Foto). Aqui, novamente vem a questão sobre a percepção da ideologia dominante (que traz a moral do trabalho justificando o acesso digno às mercadorias) que aparece na contradição do discurso: perguntamos, por que precisava de dinheiro para construir uma casa que, de início, era de pau a pique?

Seu Nezinho foi um “vaqueiro desses que não existe mais”. Este tom, ele mesmo foi aprofundando na conversa, enfatizando a decadência deste sujeito na sociedade do couro (ANDRADE s/d). Com um ar melancólico, Seu Nezinho foi nos contando como era antigamente. Com muito orgulho de si e de sua esposa que o ajudava no trabalho doméstico, eles trabalharam arduamente durante 36 anos para dois grandes fazendeiros da região: Dr. Antonio Fernani (família que hoje mora em Belo Horizonte) e, depois, para Seu Dé Mesquita (família do atual prefeito de Mirangaba), conhecido por ter grilado mais de 1000 tarefas²⁸ na região, processo, este, naturalizado pelos vaqueiros por ele expropriado. Aliás, vale notar que para o fazendeiro (o ícone da fusão economia-política, analisado por Oliveira (1977) como um dos elementos centrais de uma região) a grilagem naturaliza-se; mas para os vaqueiros, ainda que ela seja essencialmente realizada, só a moral do trabalho lhes confere o direito da compra da propriedade privada. É a fé no trabalho misticamente, pois não necessariamente real, visto que a grilagem e a posse eram mecanismos de acesso à terra independentes do trabalho realizado, dignificando o homem que meritocraticamente pode exercer seu direito de compra.

Durante a época em que trabalhava de vaqueiro para os fazendeiros, seu trabalho consistia no pastoreio do rebanho pelas áreas mais úmidas, no alto das “serras” da região nos períodos de estiagem, além de todas as outras “ajudas” que pudesse prestar ao patrão. Ali, sua remuneração se dava em produto, ou seja, recebia a “quarta” parte do gado que se reproduzia sob seu trato, além de receber moradia para sua família dentro da área da fazenda. Faziam parte do acordo com

²⁸ Unidade de medida de lote rural, em que 2,5 tarefas equivalem a 1 hectare. Aqui, vale a pesquisa sobre a origem do termo tarefa: seria a área equivalente à quantidade possível de trabalho a ser desempenhado durante um dia?

o patrão outras formas particulares de remuneração do trabalho desempenhado: sua esposa podia plantar em uma roça dentro da fazenda para consumo próprio (plantavam basicamente melancia e mandioca, colhiam, os que sabiam onde encontrar, umbu) e o casal, de manhã cedo, podia pegar parte do leite da vaca do patrão para consumo próprio e para fazer requeijão e vender nas centralidades próximas, Taquarendi²⁹ e Mirangaba. De outro lado, Seu Nezinho era quem comprava o seu material de trabalho (cavalo, roupa, cela etc.), arcando com este custo da produção para a reprodução de sua família. Nestes anos de trabalho como vaqueiro, seu gado, que ia se acumulando como forma de pagamento do trabalho desempenhado (uma parcela do excedente na forma de renda em produto (MARX, 1986)), era tratado junto com o gado do patrão.

A renda em produto é assim, por nós compreendida, como um momento do processo de formação da renda da terra, sendo uma forma particular de ser do excedente gerado, no processo de autonomização. Neste momento, somente a terra se encontra sob propriedade alheia ao trabalhador, que se encontra na posse nas demais condições necessárias para sua própria reprodução (MARX, 1986).

As tarefas desempenhadas por Seu Nezinho coincidem com aquelas descritas, para o período colonial, no livro “A terra e o homem no Nordeste”, de Manoel Correa de Andrade, como pode ser observado no trecho abaixo:

O vaqueiro providenciava a construção de cacimbas durante a seca e a condução do gado aos bebedouros, assim como cortava as “ramas”, as cactáceas e as macambiras, alimentos que mitigavam a fome dos animais nos meses secos quando não havia pastagem. **Fiscalizava** o gado no campo,

²⁹ Taquarendi é uma centralidade da área rural do município de Mirangaba, a menos de 5 km de Mangabeira, também localizada na Baixada do Tabuleiro (Anexos 1 e 2), porém, incidente sobre a área do vale do rio Taquarendi, formado nas cabeceiras do Tabuleiro, que foi sendo usado para irrigação dos pequenos agricultores, desde muito tempo atrás. Ali, todo o processo de autonomização das categorias do capital antecedeu os demais povoados da Baixada, justamente, pelo nosso entendimento, devido ao acesso à água. Esta análise vai aparecer junto às conversas com Seu Kenu, mais adiante, e na descrição da fazenda dos Marques.

ferrava, “assinalava”, benzia em caso de doença e amansava bois e burros (ANDRADE s/d: 139, 140. **Grifo Nosso**).

Mais adiante, Andrade complementa a análise da relação de trabalho entre o vaqueiro e o fazendeiro, atribuindo detalhes à atividade desempenhada, evidenciando a importância do papel do vaqueiro, que entre as demais formas existentes de relações de trabalho, se encontrava no patamar mais elevado da hierarquia entre os expropriados:

O vaqueiro era o responsável pela fazenda. Não recebia o salário em dinheiro. Sua remuneração correspondia a um quarto da produção da fazenda, pois em cada quatro bezerros que nasciam, um lhe pertencia e os outros três do proprietário. Ao apartar, podia o vaqueiro vender os animais de sua propriedade. Às vezes, em grandes fazendas, devido à elevada produção, o vaqueiro terminava também fazendeiro; geralmente havia em cada fazenda, fora o vaqueiro, alguns mestiços forros, chamados ora de “alugados” ora de “fábricas”, que faziam serviços auxiliares recebendo pequena remuneração em espécie, além de casa e comida. Aqueles que tangiam a pé as boiadas para as áreas úmidas, fazendo viagens de muitas léguas, eram chamados de tangedoures ou tangerinos. Para essas longas caminhadas, assim como para dias inteiros para perseguir animais bravios nas caatingas, o habitante do agreste e do sertão tinha uma alimentação própria. Em um alforje de couro, o “mocó”, levava a paçoca (carne seca pisada no pilão com farinha) e a rapadura. Também costumava levar o camboeiro (carne seca cortada miudinha com farinha), e um saco de couro – a borracha – utilizada para transportar a água que se conservava aí, fria e límpida (ANDRADE s/d: 142).

(...)

No estio, o pasto não é suficiente e o gado é retirado para as serras onde há pastagens mais abundantes. Estas serras são consideradas o “refrigério” do gado e a sua existência é a razão de ser da pecuária sertaneja em grandes áreas (ANDRADE s/d: 195).

(...)

A figura central de trabalhador em uma fazenda é o vaqueiro que cuida do rebanho, administra a propriedade e na ausência do proprietário dá ordens aos trabalhadores e agregados (ANDRADE s/d: 196).

(...)

Parece à primeira vista que o gado criado solto, à lei da natureza, permite ao vaqueiro uma vida morigerata, de pouco trabalho, êste, porém, é árduo e contínuo. Passa o vaqueiro grande parte do tempo montado a cavalo percorrendo a fazenda, fiscalizando as pastagens, as cêrcas as aguadas. Nas migrações, conduz o gado a lugares distantes na ida e no regresso, visitando-o algumas vezes durante o “refrigério” para informar-se do estado do rebanho. No “inverno”, com o gado recolhido às “mangas”, reúne os bezerros à tarde para que durmam presos, e ordenha as vacas pela manhã. Sua família se encarrega da fabricação por processos rotineiros, do queijo e da coalhada. Nêste período é que eles cuidam das cercas e currais; zelam pouco pela casa de taipa onde residem, principalmente depois que o proprietário eliminou a “quartiação”, pois o pagamento em moeda é considerado pelo vaqueiro como um esbulho parcial do seu salário (ANDRADE s/d: 197)“.

A possibilidade de ascensão social sugerida aqui por Manoel C. Andrade é, nas páginas subsequentes, relativizada, quando o autor descreve que alguns fazendeiros, receosos de terem seu rebanho relegado pelo vaqueiro em detrimento do trato do seu próprio rebanho, exigiam que o vaqueiro lhes vendesse os animais que a ele coubera, logo após a partilha. Assim, o fazendeiro também tirava a possibilidade de o vaqueiro tornar-se fazendeiro pelo acúmulo do rebanho (ANDRADE, s/d). O que fica como questão que nos interessa é que o vaqueiro tinha menos condição de se tornar fazendeiro acumulando dinheiro, do que acumulando rebanho. O trato do dinheiro pelo vaqueiro como “esbulho” é mais uma evidência deste processo. Esta sugestão advinda do texto de Andrade (s/d) nos faz reiterar a hipótese de que a circulação monetária, ainda na região do coronel, era pouco significativa e não apresentava relação direta com o poder da classe dominante. Este tinha como fundamento real a propriedade da terra e

do rebanho. A reorganização ou não das relações sociais pelo dinheiro nos parece, assim, ser um dos elementos centrais no entendimento das passagens da região do coronel para a região do planejamento. Vale, ainda, mencionar, a referência que Andrade (s/d) faz ao pagamento em salário. Considerando os parágrafos que contextualizam o trecho acima, fica claro que o autor utiliza a palavra salário para se referir à remuneração do vaqueiro não sendo necessariamente a forma monetária autonomizada do trabalho.

Percebe-se, ainda que o autor não especifique exatamente o momento histórico a que se refere, sugerindo ser século XIX, que a descrição acima se assemelha à dada por Seu Nezinho, sobre seu trabalho nas fazendas. Esta semelhança nos leva a pensar que até a década de 1960, quando Seu Nezinho ainda trabalhava como vaqueiro produzindo excedente na forma de renda em produto e sendo remunerado também em produto, a região do coronel não havia sido esfacelada pela região do planejamento da Sudene, pois a figura do fazendeiro como fusão da economia e política ainda era central.

A particularidade do não uso do dinheiro como principal forma de parecer do excedente nos leva a pensar, primeiro, que o dinheiro não chegava a reorganizar a vida social na região do coronel, pois, do ponto de vista do fazendeiro, era preferível remunerar com papel-moeda a rebanho; disso, podemos perguntar, então, se quando o dinheiro passa a ser usado como remuneração aceita e desejada pelos vaqueiros não estaríamos diante de um novo momento regional, da região do planejamento. Seu Nezinho, tendo sido remunerado primeiro com boi para depois receber em dinheiro, parece ter em sua história de vida a forma de manifestação deste processo de transformação da região do coronel em potenciais zonas de localização diferenciadas (OLIVEIRA, 1977)³⁰.

Entendida em processo, Mangabeira está em um momento da autonomização das categorias do capital, que não se realizou em sua plenitude nas relações percebidas em campo. O retorno de Seu Nezinho para Mangabeira ainda na

³⁰ A discussão sobre formação ou não de zonas de localização diferenciada será melhor discutida no Capítulo 6.1.

década de 1960, reforça esta hipótese, no sentido de que ele não corrobora com o movimento da totalidade de permanência em São Paulo como força de trabalho barata e retorna ao seu lugar de origem, para trabalhar como vaqueiro. Ou seja, não engrossa o caldo da autonomização da esfera nacional planejada pelo Estado, mas, na particularidade da região do planejamento, vai se autonomizando à medida que sua remuneração deixa de ser pelo produto.

O que prepondera e se generaliza a nosso ver, a partir de então (década de 1960 em diante), é o crescente acesso às mercadorias, agora com a supremacia do dinheiro reorganizando a vida de todos, ainda que negativamente dos que não têm. A maior ou menor dependência à mercadoria se apresenta de maneiras distintas, variando de família para família, conforme maior ou menor acesso aos meios de produção, que, por sua vez, está condicionado ao acesso ao dinheiro, vinculado, muitas vezes, a condições externas à lógica de reprodução local (filhos trabalhando nas metrópoles, presença de previdenciário na família, entre outras formas) e/ou ao acesso ao crédito.

Voltando às décadas entre 1960 e 1980, concomitante às atividades na fazenda do patrão, Seu Nezinho e sua esposa trabalhavam também na área de sua roça, que foi paulatinamente tendo seu tamanho ampliado, conforme era possível acumular gado excedente, ou seja, sua remuneração em produto convertida em dinheiro ao ser vendida no mercado. O desejo de ser vaqueiro de si mesmo é o que mobiliza este processo: ter a sua terra, ter o seu rebanho e ter a ilusão de ter o seu tempo sob seu controle. Tem-se, neste desejo, o princípio da base do desenvolvimento das relações capitalistas que busca uma produtividade que

“transcenda as necessidades individuais do trabalhador (...) [e] libera da produção dos meios de subsistência uma parte sempre crescente da sociedade (...), tornando-se disponível para ser explorada em outras esferas (MARX, 1986, V. III, L III, Tomo II)”.

Assim, entendemos que o desejo de reproduzir o padrão de acumulação (comprando uma terra para ser dono de rebanho) não se resume, entretanto, ao desejo de ter seu próprio rebanho, mas perguntamos se não se fundamenta na ideia de uma forma de acumulação que parte de uma relação individualizada, de forma que a possibilidade de o vaqueiro se tornar fazendeiro existe, ao menos, como ideologia que mobiliza o trabalho do vaqueiro para fora da fazenda. O vaqueiro Seu Nezinho não tem o ideal da coletividade em sua fala. Pensamos assim, pois, quando era preciso, ele contratava diarista para ajudar sua esposa e sua sogra na roça, pois Seu Nezinho nunca apreciou a ideia de trabalho em mutirão ou troca de serviços. Talvez o que estejamos perguntando seja se para ele, que passou 36 anos de sua vida trabalhando para grandes proprietários da terra, a lógica do trabalho comunitário não faz sentido, pois sua referência de riqueza tem como base uma relação de trabalho individualizada, permeada pela confiança pessoal conquistada pelo próprio trabalho junto do fazendeiro. Como se a conquista da terra e do rebanho próprios passasse necessariamente pelo trabalho e confiança individual do vaqueiro. É isso, também, que o faz ser o líder dentro da família. Vale dizer, aliás, que esta relação de confiança (com seus limites reconhecidos pelas partes) é uma similitude percebida entre o campo e a descrição de Andrade (s/d), haja visto que o proprietário não passava os dias na fazenda, deixando o vaqueiro responsável por toda a sua administração. Assim como descrito em Andrade (s/d), o fazendeiro patrão de Seu Nezinho aparecia, principalmente, nos dias de venda do rebanho, para fiscalizar.

Durante a conversa, Seu Nezinho demonstrou diversas vezes muito orgulho de sua esposa que, apesar de não ter o seu trabalho reconhecido como central na reprodução da família, era, assim como ele, muito trabalhadora e o ajudava em todas as tarefas. O esforço do trabalho de ambos apareceu como a razão do orgulho e da conquista da terra e rebanho próprios. Reforçando a alienação do trabalhador, disse Seu Nezinho que a fome só era sanada “quando pegavam a rês do gado”, ou seja, quando recebia o pagamento que, posto do jeito que ele nos contou, aparece como o mérito daqueles que são esforçados e de confiança.

Desta discussão, temos que o processo de formação da renda fundiária primeiro apropria-se do homem para, depois, apropriar-se da terra. Ou seja, no primeiro momento, a renda do fazendeiro era a forma de ser do excedente em forma de trabalho e de produto (gado'), enquanto o vaqueiro era remunerado por parte deste excedente em produto. Somente com a expansão e generalização das relações sociais implicadas no mercado de terras é que a renda dela se apropria. Estamos, talvez, em 2016/2017, diante deste momento na particularidade do alto do Tabuleiro e das roças de aguada, como veremos adiante. Aqui o que pretendemos chamar a atenção é que esta relação fundamentada na renda em trabalho e produto é obscurecida pela relação pessoal entre vaqueiros e fazendeiros. A pessoalidade da dominação do dono da terra sobre a família dos vaqueiros é necessária para a permanência de sua expropriação (por isso a necessidade, para o fazendeiro, de estabelecer uma relação pessoal de confiança, que garantia a permanência do vaqueiro nesta condição de submissão e expropriação direta. Como se o vaqueiro se sentisse honrado pela confiança dada e, em troca, aceitasse sua expropriação nos níveis estabelecidos pelo fazendeiro). O pressuposto da alienação sobre a diferenciação entre trabalhar para si ou para o proprietário da terra, que não estão visivelmente separados em termos de tempo e espaço, é, justamente, o contexto social vivido pelos vaqueiros nas grandes fazendas:

“(...) pressupõe uma economia natural, isto é, que as condições econômicas sejam geradas na maior parte pela própria economia, e que sejam repostas e reproduzidas diretamente do produto bruto. Pressupõe, além disso, a conjunção da indústria doméstica rural com a agricultura; o mais-produto, que constitui a renda, se origina desse trabalho familiar agrícola-industrial, quer a renda em produtos inclua, [como ocorria com frequência na Idade Média], mais ou menos produtos industriais ou somente seja paga na forma de produto agrícola propriamente dito (MARX, 1986: 254).”

O momento do processo diante do qual estamos hoje já parece ser o momento seguinte desta passagem, de extração de renda em trabalho e produto para renda fundiária em dinheiro. Este processo, que obriga a transformação da renda em produto em dinheiro sem necessariamente uma equivalência com o mais-produto, tem, por sua vez, como pressuposto

“o desenvolvimento já significativo do comércio, da indústria urbana, da produção de mercadorias em geral, e com isso, a circulação do dinheiro. Além disso, pressupõe um preço de mercado dos produtos e que estes sejam vendidos aproximadamente por seu valor (...) (MARX, 1986: 255).”

Das relações pessoais de Seu Nezinho, podemos obter símbolos desta passagem em que a remuneração em produto deixa a centralidade da reprodução familiar para que a remuneração em dinheiro ocupe este papel central. Implicada a esta transformação das fontes de rendimento, a personificação assume indispensável importância para aceitação familiar da objetivação do sujeito, que de autônomo passa a ser autonomizado. Alguns símbolos dos momentos deste processo de autonomização do capital, e seus novos níveis e sujeitos objetivados na expropriação, foram percebidos por nós.

Quando havia supremacia da remuneração em produto: sua relação com sua esposa é marcada pela admiração e cumplicidade, tendo como sustentação a moral do trabalho, de forma que, e somente porque (assim perguntamos), seria por que sua esposa não retirava dele a liderança na família, a qual era garantida pelo exercício de sua atividade como vaqueiro, em um momento do processo de territorialização do capital em que as categorias não se encontravam autonomizadas como hoje. Então, ainda que sua remuneração em produto estivesse em níveis de expropriação que chegassem ao limite da fome e da sobrevivência, o papel do vaqueiro a ele destinado, de um homem corajoso, valente e de confiança, era cumprido, fazendo jus ao que lhe fora atribuído por seu pai. Assim, o papel de cada um na família era reconhecido e garantido: ambos

trabalhadores, ele como vaqueiro e, portanto, líder e ela como trabalhadora auxiliar, porém de extrema importância na garantia da mínima quantidade necessária de água e alimento.

Quando da passagem para a remuneração em dinheiro: sua relação com seu filho, o Seu Ademir (marido de Celma), é marcada por forte decepção do pai para com o filho e do imenso orgulho do filho para com o pai. Seu Ademir é o símbolo da decadência do vaqueiro, da perda de lugar e de espaço que este personagem, sendo mais que uma atividade de trabalho, sofreu no seio da família, nas últimas duas ou três décadas. A partir de 1980, com a chegada do planejamento do Estado em Mangabeira e arredor, via EBDA, e do consequente acesso à agricultura irrigada em alguns lotes, as formas de remuneração do capital se autonomizaram, mesmo que não totalmente, tornando indiferentes as origens da renda, seja pela terra, seja pelo trabalho ou seja pelo capital. A reprodução da família, que antes dependia da remuneração do trabalho desempenhado pelo vaqueiro, neste processo passa a ser substituída pelo excedente oriundo da agricultura irrigada, dominada por sua esposa, Dona Celma. No processo da indiferenciação para a reprodução do capital de elementos essencialmente distintos (terra, trabalho e capital) gera-se a renda no sentido mais autonomizado. E, pela renda, tais elementos se igualam em fontes equivalentes de rendimento, pois não importa, a princípio, ao capital (ou à persona do proprietário da terra) se a sua renda tem origem na diferença entre o valor de troca da força de trabalho de seu funcionário e o valor de troca de seu produto (salário - preço), ou se seu rendimento tem origem no monopólio das forças produtivas com maior composição orgânica do capital (produzindo-lhe uma massa maior de produtos e, conseqüentemente, alcançando o preço médio diferencial que remunera com renda o dono da propriedade, como foi o caso da agricultura irrigada). A geração da renda passa a importar, no entanto, quando a mercadoria produzida já não se repõe mais na concorrência de mercado, sendo então, necessário reformular novamente as relações de produção. Além disso, importa, e muito, às relações familiares, e neste cerne a violência da imposição da autonomização tornou o vaqueiro coadjuvante na organização familiar,

levando Seu Ademir a ser uma pessoa fechada, tímida e com problemas com a bebida. Assim, não à toa, sob o nosso olhar, Seu Ademir é alcoólatra e, sob o olhar do pai, não soube ser um vaqueiro digno de respeito: é excluído da centralidade na família, sujeitado a tal exclusão pela supremacia, sobretudo, da exploração de sua esposa em uma roça irrigada, que alcança maiores níveis de produtividade, proporcionando, aparentemente, uma remuneração acima da média obtida como vaqueiro. Dona Celma, parece ocupar, deste modo, a centralidade na reprodução de sua família, ocupando um duplo lugar: garante a reprodução doméstica e a reprodução pelo trabalho.

Contudo, vale pontuar que o processo de decadência do vaqueiro, como um elemento regional, não teve início com a autonomização do trabalho na agricultura, personificado em mulheres como Dona Celma. Teve início antes, sendo a liberdade negativa (GAUDEMAR, 1977) elemento central deste processo. Mesmo nos relatos de Seu Nezinho e Seu Geraldo, homens que trabalharam como vaqueiros nas décadas de 1960/1970, o vaqueiro não era o vaqueiro do século XVIII, que exercia a violência para garantir o trabalho dos outros na fazenda de gado de seu patrão. A chegada do Estado, ainda que somente como uma distante possibilidade jurídica a ser rogada, especialmente pós 1963 com as leis trabalhistas para o trabalhador rural, talvez já tenha proporcionado ao vaqueiro a escolha de a quem se submeter. Com os relatos de campo, identificamos o limite temporal da passagem da violência extraeconômica para econômica com o fim das fazendas, o fim da região.

Quando jovem, na década de 1990, Seu Ademir também trabalhou como vaqueiro durante muitos anos em duas fazendas, sendo uma delas para o fazendeiro Seu Dé Mesquita, mesmo fazendeiro para quem seu pai trabalhara. No entanto, sua remuneração já se dava em dinheiro desde o início, algo equivalente a R\$100,00 por semana. Sua esposa, Dona Celma, não trabalhava neste período ganhando dinheiro, ficava em casa cuidando dos filhos pequenos. Aqui, com a remuneração do vaqueiro já sendo realizada na forma de dinheiro, como mais um momento da autonomização, sob o olhar do vaqueiro, seu trabalho se descola do pagamento, de forma que a boa ou má conduta do

vaqueiro não parece variar sobre sua remuneração. Esta já está preestabelecida, como feita sem equivalente. Novamente a personificação das categorias deste processo revela sua premência: começa a não ter importância ser ou não um bom vaqueiro, o valor de troca de sua mercadoria (força de trabalho) não tem lastro com a concretude de seu trabalho desempenhado. Daí, entendemos, abriu-se o buraco da cachaça e a porta da região.

A história de Seu Nezinho, o sofrimento da vida dura e o orgulho de ter sido um bom vaqueiro, não são de sua exclusividade. A propósito, por mais decadente que esteja a reprodução da figura do vaqueiro na família, seu reconhecimento e prestígio ainda são presentes entre a comunidade, fato que faz distintas personificações se reconhecerem como tal (é o caso de Seu Kenu, que será demonstrado mais abaixo). Sua atividade também não se extinguiu por completo, ela ainda existe como centralidade da reprodução familiar.

A presença de algumas festas regionais que enaltecem a figura do vaqueiro é um claro exemplo da manutenção de sua importância, talvez não mais para a reprodução da família, mas como elemento central da identidade cultural. Tivemos a oportunidade de participar de uma festa da vaquejada, organizada por um fazendeiro da região. Nesta festa, praticamente todos os homens estão usando suas roupas de couro, montados a cavalo, signo de riqueza. Foram três os momentos principais da festa: a “pega do boi”, as premiações e os shows de música ao vivo. Cada momento, parece representar uma face da autonomização. A “pega do boi” é uma festa regional antiga, tem sua origem descrita por Manoel Correa de Andrade:

Não raro algum animal mais arisco fugia do laço do vaqueiro, passando anos na caatinga sem ser preado. Era o animal bravio semi-selvagem, o “barbatão” que logo ganhava fama atraindo os vaqueiros mais famosos em sua perseguição. Para a sua captura convocavam-se vaqueiros das várias ribeiras que em verdadeira festa iam perseguir o animal bravio. O que o derrubava, além de grande fama, recebia como prêmio, ou o animal vencido, ou uma importância em dinheiro. Ainda hoje, no Sertão, fazem festas deste

tipo, precedidas por impressos em que se anuncia a data, o local, as características do animal e o valor do prêmio. A própria vaquejada, festa popular em toda área pecuarista nordestina e que consiste em fazer correr um grupo de vaqueiros atrás de uma rês arisca, em cercado estreito e comprido, teve origem, certamente, nas antigas apartações (ANDRADE, s/d: 140).

Na festa da vaquejada a que fomos (Anexo 4 - Foto), a “pega do boi” se dava em uma área de caatinga bastante grande (e não em um corredor estreito), parecendo ser uma atividade ainda mais próxima da descrita por Andrade como sendo uma prática antiga do sertão. O segundo momento, da premiação, não pareceu ser de grande entusiasmo do público. Contudo, ele revela alguns elementos característicos daquela sociedade: havia prêmio para o homem mais bem vestido, para a mulher mais bem vestida e para o cavalo mais bonito, além de outros prêmios relacionados ao incentivo da compra da camiseta da vaquejada e para quem mais levara convidados. Estas premiações nos revelam que a roupa da festa e o cavalo são tidos como signos de riqueza e *status*. Por fim, os shows de música ao vivo representaram, para nós, a pasteurização da música regional tornada mercadoria, quando foram tocados, além de pontuais forrós “clássicos”, a música popular contemporânea, em que o forró se mistura com o tal do sertanejo universitário, e o arrocha, símbolos da indústria cultural.

Voltando ao povoado de Mangabeira, outra história de vida que nos foi apresentada foi a de Seu Geraldo, com cerca de 66 anos. Vaqueiro de Mangabeira, junto com seu irmão, Seu Manoelzinho, deixam o gado solto no alto do Tabuleiro (são cerca de 30 cabeças no total). Seu Geraldo conta que, no período de estiagem, “sobe a serra” todos os dias para levar água para o gado. Ele, diferente de Seu Nezinho de Forga, ainda exerce diariamente seu trabalho como vaqueiro de si mesmo.

Desde 2012, deixou de trabalhar para “Seu Belô³¹”, para quem trabalhou como vaqueiro de confiança durante 50 anos. O que gostaríamos de salientar desta conversa são dois pontos centrais: a personificação em uma pessoa da passagem das três formas de remuneração pelo excedente em trabalho, para excedente em produto e, por fim, para o excedente em dinheiro; e, a naturalização completa da expropriação vivida durante 50 anos de sua vida. Sua irmã, Dona Amélia, se manifestou quanto a esta cegueira, dizendo inconformada que no início, Seu Geraldo mal recebia roupa em troca de trabalho, mas Seu Geraldo continua achando “que o véio foi bom pra mim”; sua irmã riu e falou “ele não percebe”...

Durante estes 50 anos, Seu Geraldo morou na fazenda do patrão. Iniciou o trabalho aos 12 anos e, no início, recebia em troca apenas comida e roupa. Aqui, entendemos que sua expropriação se dava da forma mais intensa: não trabalhava nunca para si, e, por residir na fazenda do patrão, favorecia-se, em muito, o obscurecimento da exploração, pois Seu Geraldo não tinha clareza de sua exploração mascarada pelo que ele entendia como favor pessoal (o fazendeiro dava-lhe casa, comida e roupa). Para o fazendeiro, este momento da extração de excedente tem a renda em trabalho equivalendo à mais-valia, expressas no mais-trabalho não pago. Aqui,

A renda consiste na apropriação direta pelo proprietário da terra desse dispêndio de excedente da força de trabalho, pois o produtor direto não paga a este nenhuma outra renda. Aqui, onde não só a mais-valia e renda são idênticas, [mais] mas a mais-valia ainda possui visivelmente a forma de mais-trabalho, são evidentes as condições naturais ou os limites da renda, porque também o são do mais-trabalho em geral. (...) a produtividade natural do seu trabalho precisa ser suficientemente grande para que lhe reste a possibilidade de trabalho excedente, acima do trabalho necessário à satisfação de suas necessidades imprescindíveis (MARX, 1986: 252).

³¹ “Seu Belô” é avô do atual prefeito (Dirceu Mendes Ribeiro), portanto, é da mesma família do fazendeiro para o qual Seu Nezinho e Seu Ademir trabalharam como vaqueiros.

Assim, logo depois, quando Seu Geraldo começou a receber também um “boizinho” por ano, a remuneração em produto dava seu passo inicial, aparecendo para ele como uma forma melhor de ser remunerado, ao possibilitar alguma acumulação e aparecendo, para o fazendeiro, como o movimento necessário para garantir a reprodução do pressuposto regional que mantinha o vaqueiro como vaqueiro, submetido à reprodução da boiada .

A permanência de elementos da renda em trabalho à medida que a renda em produto vai se constituindo como forma dominante é um traço comum do processo. A prestação coercitiva de serviços, concretizada nas ajudas permanentes prestadas pelos vaqueiros aos fazendeiros, é a sua realização.

Aos 19 anos, em 1969, quando se casou e começou a constituir sua família, Seu Geraldo começou a receber remuneração em dinheiro, por semana. Andrade (s/data) descreve brevemente sobre a passagem da remuneração do vaqueiro feita em espécie para um “salário semanal”, como ele se refere ao pagamento em dinheiro. Segundo ele, esta mudança ocorre quando a carne passa a ter um preço mais alto, com a introdução da espécie de touro zebu, sendo uma escolha vantajosa ao fazendeiro o pagamento em dinheiro. O aumento do preço da carne parece assim determinar a mudança nos pressupostos de reprodução regional, que, contraditoriamente, deixa de ter o boi como centro.

Além do trato com o gado, a remuneração de Seu Geraldo era complementada pela venda de requeijão e manteiga que ele e sua esposa produziam na fazenda, e vendiam na feira (assemelhando-se aos recursos de sobrevivência também utilizados por Seu Nezinho, o que demonstra que a remuneração do trabalho do vaqueiro em si, seja em produto ou em dinheiro, não era suficiente para vislumbrar alguma acumulação e libertação de sua condição de explorado; ao contrário, a remuneração nos parece ser uma forma de trabalho necessário). Pela fala, na verdade, a remuneração do vaqueiro não era suficiente nem para garantir sua reprodução, pois “com o dinheiro, comprava a comida que precisava, mas quando o dinheiro não era suficiente, o patrão completava... O véio foi bom pra

mim, quando meu dinheiro não dava pra feira, ele completava pra mim”. Mantinha-se, assim, uma relação de dependência pessoal, necessária para garantir a reprodução regional, configurando-se em uma barreira para a formação da força de trabalho autonomizada.

Seu Geraldo gostava do trabalho na fazenda “porque trabalhava para o patrão no dia que ele (Seu Geraldo) queria”, de forma que, ilusoriamente, organizava o trabalho entre para si e para o patrão. Não percebia, contudo, que sua remuneração, mesmo que vinculada ao trabalho para o patrão, não garantia sua sobrevivência, pois a fatia do trabalho não pago era ainda maior que o boizinho recebido. Neste obscurecimento é que ele se enganava quando achava que tinha controle sobre o tempo despendido ao patrão e a si mesmo.

Onde o trabalhador tem acesso aos meios de produção, como é o caso da vida dos vaqueiros nas fazendas dos fazendeiros ou de dona Celma e seu Vavá como meeiros (abaixo analisado), a exploração da mais-valia se dá pelo tributo (seja pela “nona”, seja pela “meia”). Nesta sociedade, em que a forma salarial não é o predomínio, o quanto de trabalho não pago fica mais claro. Neste sentido, as relações pessoais entre os vaqueiros e os fazendeiros ganham força, pois realizam uma função específica de perpetuação da exploração da família que para aceitar sua condição explícita de exploração, ganha o signo da confiança do grande fazendeiro.

Cabe aqui pontuar que, por estarmos conversando com representantes dos expropriados, e não com os fazendeiros proprietários da terra (meio de produção), o que aparece como forma de excedente, sendo a renda do proprietário da terra, é, dialeticamente, a forma de remuneração do trabalho desempenhado. Assim, quando o vaqueiro recebia apenas casa, comida e um pedaço de terra para plantar para si, ele estava pagando pelo acesso à terra por meio de seu trabalho, trabalhando para o fazendeiro no trato do gado e administração da fazenda (consertando benfeitorias etc). Já quando além destas condições, o vaqueiro passa a receber também em produto (boi), o fazendeiro está recebendo sua renda também em trabalho (trabalho não-pago que

permanece) e em produto. Neste momento, certamente, o vaqueiro despende mais horas de trabalho para o trato do gado do fazendeiro (e outras atividades da fazenda), do que para si mesmo, pois é preciso manter os pressupostos da acumulação do fazendeiro. Quando, por fim, a remuneração passa a ocorrer em dinheiro, em uma quantia preestabelecida à (re)produção do boi, portanto independente a ela, em um acordo entre fazendeiros e vaqueiros, não importa a relação entre trabalho pago e não pago, a conta do fazendeiro já garante que a diferença entre o preço pago (custos da fazenda) seja significativamente menor que o preço do produto boi, garantindo, assim, sua acumulação, obscurecendo ainda mais a expropriação que satisfaz o vaqueiro pelo signo do dinheiro. Perguntamos: seria esta a última passagem para o limite da região?

Para Seu Geraldo, o patrão aparece novamente como uma pessoa boa, quando, depois de 50 anos trabalhando para “Seu Belô”, em 2012, recém-aposentado, Seu Geraldo recebeu R\$40.000,00 em acordo firmado, mais 60 tarefas de terra para onde ele levou suas 200 cabeças de gado, acumuladas com o trabalho realizado, sem nunca ter tido carteira assinada. Para nós, fica claro o inverso: a exploração foi tamanha que dava, e sobrava, para realizar este pagamento pelo fazendeiro. Hoje em dia, o número de cabeças de boi de Seu Geraldo diminuiu significativamente, o que também nos leva a perguntar se ser vaqueiro de si mesmo não reproduz uma auto-expropriação que não permite uma acumulação nos níveis que garantem o acesso às mercadorias, neste processo de fortalecimento de sua dependência, e da já desmantelada sociedade do couro.

Por fim, gostaríamos apenas de sugerir mais um ponto de discussão sobre a figura atual do vaqueiro. O vaqueiro de hoje é outro vaqueiro em relação ao vaqueiro da região do coronel, que parece ter começado a se transformar já com a chegada de outras possibilidades de fontes de dinheiro, na década de 1960 (quando o planejamento do Estado chega a Mangabeira, via EBDA, e o projeto da nação realizava-se por meio da mobilização generalizada ao trabalho). Os vaqueiros de hoje assumem outras formas de mobilização que os mantêm no trato com o gado em áreas cada vez mais distantes dali. Rafael, o genro de Dona Celma e Seu Ademir, parece ser um exemplo deste vaqueiro mobilizado pelo

trabalho com o gado em áreas distantes. Ele trabalha no Pará, pois disse que lá as condições de salário são melhores, colocando, assim, para o centro da discussão o acesso ao dinheiro (e não à terra) como aspecto central da reprodução de sua vida.

5.2. A cerca sobe a serra

Partindo da ideia inicial da pesquisa, sobre o conflito de terra e, concretamente, o cercamento que se deu em áreas devolutas levando à morte cabeças de gado de alguns vaqueiros de Mangabeira, buscamos investigar como foi que se deu o cercamento de terras, desde as primeiras cercas. Sob este ponto de vista (da formação da propriedade privada), ficou evidente o processo de diferenciação de áreas entre Mangabeira e as comunidades de sequeira, em relação aos vales do Taquarendi e Caatinga do Moura. Sob a perspectiva da abstração real para o entendimento do processo de diferenciação de áreas, torna-se premente a análise do processo a partir dos elementos que o pesquisador identifica como empiricamente significantes em campo. Assim, verificou-se que Taquarendi e Caatinga do Moura anteciparam as comunidades de sequeira em algumas décadas no processo de autonomização de seus elementos, devido ao acesso à água e, conseqüentemente, à possibilidade de extração da renda parcelar (repartição do que efetivamente aconteceu), talvez desde os tempos do algodão. Trata-se de diferenciações de áreas tanto sob o ponto de vista do processo de autonomização da terra, quanto do trabalho. Assim como em Taquarendi e Caatinga do Moura o mercado de terras se formou sem incorporar as terras de sequeira das comunidades de Mangabeira e arredores, as relações de trabalho que ali se desenvolveram se apresentavam nas formas de meeiro e parceria, enquanto na sequeira não havia nenhuma relação de trabalho estabelecida.

Esta suposição, de que as comunidades com acesso à água em estudo (envolvendo, aqui as áreas beneficiadas pela água do Vale do Taquarendi e da Caatinga do Moura) foram incorporadas à lógica da totalidade do capital pela produção do algodão (que se manteve até meados do século XX), tem como base

não somente as histórias de vida conhecidas em campo, mas a literatura histórica do sertão de Manoel Correa de Andrade, nosso principal interlocutor deste momento regional. No trabalho de campo de 2017, destaca-se a conversa com o Professor Miranda, um descendente dos Marques, família dona da fazenda que se estendia de Caatinga do Moura até Ourolândia, e cujo casarão em Caatinga do Moura aparece ainda hoje como um resquício da fazenda de algodão. Conforme contou o Professor Miranda, a área da fazenda foi obtida por meio de acordo palaciano, em que os Marques deviam garantir sua ocupação para ter direito à propriedade. Assim, centenas de parceiros se estabeleceram nas terras, trabalhando para o fazendeiro no algodão e na cana, principalmente, recebendo um pedaço de terra para subsistência. Seu Bédu, como será abaixo apresentado, foi um dos parceiros desta área, já na primeira metade do século XX.

Enfim, o que se pretendeu com algumas perguntas específicas sobre o assunto “formação do povoado e o cercamento das terras” foi compreender os motivos da escolha das comunidades da sequeira por seus moradores e os motivos dos cercamentos das terras.

Segundo Seu Nezinho Danta, foi em 1930 que começou a ocupação do povoado de Mangabeira, “o pessoal vinha para cá porque aqui *tava* melhor... era só chegar” (em comparação às áreas próximas à cidade de Mirangaba), “lá a água é mais salgada”, complementou. Quando perguntei se ele chegou a conhecer alguma plantação de algodão, ele disse: “Contam que plantavam muito algodão na região, e vendiam ensacado com caroço, mas é muito antigo”. Com base nesta conversa e outras (apresentadas acima e, na sequência, com Girlene), o que nos pareceu foi que o início do povoado (onde as casas são construídas) foi feito por ocupações, sendo necessário comprar um lote no povoado somente a partir da década de 1970. O entorno do povoado, ou seja, os lotes agrícolas, pelo que nos pareceu, só começou a ter demanda significativa por compra de terras quando a perfuração de poços de água passou a ser uma possibilidade de aumento da

produtividade, a partir de 2000³². Também foi com a água que as relações de trabalho deram um passo no processo de autonomização, quando só então se estabeleceram nos antigos lotes de sequeira relações particulares de trabalho (meeiro e parceiro), antes já realizadas em Caatinga do Moura e Taquarendi. Antes, apesar de nos dizerem que não havia demanda significativa de compra dos lotes de sequeira, esta prática talvez já ocorresse, como foi descrito por Seu Nezinho e Seu Geraldo, que disseram ter comprado suas tarefas com o dinheiro do trabalho de vaqueiro (apesar de nosso questionamento)³³.

Segundo Seu Nezinho, o entorno de Mangabeira era ocupado por grandes fazendas de gado, como a fazenda de Dr. Orlando, do lado oposto ao Tabuleiro, próximo à sede de Mirangaba, que chegou a ter 1400 cabeças de gado: “Onde o fazendeiro não tinha interesse, o pessoal ia ocupando”. Segundo ele, começou a ter pouco gado solto de dez anos para cá, quando o pessoal começou a “subir a serra com a cerca... porque a cerca começou nos quintais das casas *pra* proteger do bode e foi subindo a serra”. Hoje, o bode é criado preso no cercado.

Juntando o quebracabeça das falas e referências muitas vezes confusas em relação às datas do passado, pensamos que, no princípio, não havia cercas no entorno das casas, muito menos no entorno das roças de sequeira ou no alto do Tabuleiro, onde o gado era (e parece ainda ser) criado solto. O primeiro movimento de cercamento ocorreu no entorno das casas para proteger as pequenas roças dos bodes que ficavam soltos. Na sequência, o bode foi aprisionado nas áreas cercadas, deixando de ficar soltos pelo povoado.

Conforme relatado por Dona Marivone, de Riacho, a cerca no entorno das casas surgiu em 1950/1960, “Aí o pessoal de fora começaram a apertar a roça, trazer

³² A confusão das datas deste processo é intensificada, pois os lotes mais próximos a Taquarendi, que receberam auxílios técnicos da EBDA, já em 1980, passaram a ter demanda de compra significativa cerca de 20 anos antes dos lotes de roça de Mangabeira, que dependeram da chegada dos poços de água.

³³ Em conversa com Seu Celestino (tio de Ademir) e Kenu (de Taquarendi), a família “dos Gonzaga” foi citada como sendo dona de todas as terras entre Taquarendi e Cana Brava (o que inclui as comunidades da Baixada do Tabuleiro). Eles disseram que as terras “tinham documento” (escrituras), mas não tinham comprovante de pagamento dos impostos, o que facilitou a ocupação.

gado a solta, e precisou cercar. Na área da Baixada (do Tabuleiro – onde estão os povoados e os lotes agrícolas), começaram a cercar quando começou a aumentar o número de famílias e de gado solto.” Este momento do cercamento também apareceu na fala de Seu Celestino, alegando que “o bode é um bicho que come tudo que vê”.

Mesmo com sequeiras livres para serem ocupadas, já no fim do século XIX parece existir renda em produto (parcelar) em função, justamente, do acesso à água. A contradição do pensamento no exercício da abstração concreta da análise que precisa ser revelada está no fato de que entendemos haver renda em produto em uma área onde o mercado de terras existia de forma incipiente, abarcando somente áreas de vazantes, capazes de gerar renda diferencial. Não havia um mercado de terras consolidado, o que seria, sob o pensamento lógico, o pressuposto para a geração da renda da terra. Tinha-se um processo de diferenciação de áreas, que formava um incipiente mercado de terras, em virtude da renda em produto promovida pelo acesso à água.

A Lei de Terras (1850) precede a formação do mercado, mas, para o sequeiro, a lei de terras não promoveu nenhum tipo de relação de propriedade. Mangabeira e as comunidades de sequeira permaneceram como áreas sem potencial de extração de renda até a segunda metade do século XX, quando famílias que não conseguiam comprar áreas úmidas passaram a ocupar sem nenhum tipo de resistência por parte de possíveis proprietários (fazendeiros em processo de transformação para trabalhadores a serviço do capital urbano – médicos, advogados e engenheiros; ou o próprio Estado).

Mesmo com terra excessiva e o capital precisando aportar violência para gerar excedente, a presença de água era um fator que possibilitava a renda em produto.

Marx sinaliza para esta situação, da renda parcelar (meeiro e de parceria) enquanto uma forma de transição, como se antecedesse a renda capitalista. Sob este olhar, as relações de produção na Fazenda dos Marques (em que se plantava para si na sequeira, e na vazante para a fazendeira), e tantas outras de Mangabeira e arredores, não seriam entendidas como relações capitalistas. As

particularidades das relações vistas nos sugerem que há possibilidades de sobreposição de processos, mais ou menos maduros em termos de desenvolvimento de relações tipicamente capitalistas, com maior ou menor acesso à propriedade privada da terra, mas que não estão a par de relações capitalistas. Não há como dizer se é mais ou menos capitalista, buscando uma métrica, para medir relações em suas muitas formas de manifestação. O crédito e sua transformação em custo, por exemplo, para produtores da sequeira, que se endividam para construir um poço e assim alcançar, por meio do trabalho familiar, o preço médio de venda dos produtos parece ser um elemento atual para o entendimento das sobreposições.

Quando na época do jagunço, em que o morador (homem livre/escravo liberto) tinha relativo acesso aos meios de produção (à terra e às ferramentas próprias), mas trabalhava na meia ou na quarta parte do boi nascido, estas formas de remuneração do proprietário seriam renda em produto? Ou seriam, como coloca Marx n' "A Teoria Moderna da Colonização³⁴", excedente em forma de tributo? Ou, ainda, seriam tributo transvestindo renda em produto? No Capítulo 23 do Livro I, "A Lei Geral da Acumulação Capitalista", Marx analisa o papel da polícia, como forma de violência juridificada, que se impõe à massa de trabalhadores que, por sua vez, naturalizam a violência extra econômica, expressa pelas relações formais de trabalho. Neste pedaço de sertão estudado, aqui o vale da Caatinga do Moura, onde o Estado não chegava (final de XIX começo de XX), o braço armado dos interesses que faziam reproduzir as relações de dominação regional se dava pelo jagunço (referenciado por Seu Bédu por puxas-sacos, que não faziam nada a não ser andar armado e fiscalizar a partida das meias... além, é claro, de resolver questões à base do fogo). Eram os jagunços que exerciam a violência extra econômica, onde o Estado não tinha suas instituições estabelecidas, garantindo o domínio de propriedade às famílias oligárquicas. Todos tinham medo dos puxa-saco, segundo Seu Bédu, que eram homens de pouco papo e muita ousadia.

³⁴ MARX, 1985.

Em “A teoria da moderna colonização”, Marx também analisa contextos em que o trabalhador tem acesso aos meios de produção. Nestes contextos, a exploração da mais-valia se dá pelo tributo, aqui a quarta do novilho que nasce e a meia da produção.

A diferença que o Marx faz entre os Livro I e III, entre mais-valia e lucro, pode ser entendida como uma forma de apresentação da crítica (e não uma análise cronológica do desenvolvimento capitalista), de forma que se pode falar em processos de autonomização (em suas várias formas de aparecimento e de reformulação das relações sociais) desde a Colônia, ou seja, independentemente do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Assim, o tributo poderia ser entendido como uma forma de renda em produto. Não seria, no entanto, o lucro, pois não havia a consolidação da autonomização entre terra, trabalho e capital, como hoje se vê, para que se tenha lucro, não havendo, portanto, como subtrair o custo da produção (cujo trabalho é remunerado com parte do excedente) para se chegar no lucro. E, também, pensando no processo de formação da renda da terra, a renda em produto tem como uma de suas características ser a forma normal da mais-valia, do trabalho excedente, que o produtor direto tem de executar de graça. O lucro, para a renda em produto, “tem seu limite natural no volume de renda em produtos” e determina tampouco a renda, que ambos se movimentam separadamente.

Sendo o lucro definido pela relação de custo e preço da produção, ele cresce às costas da renda já em um momento em que as categorias se encontram autonomizadas. Embora a mais-valia represente o sobreproduto, o inverso não pode ser dito, pois pode haver sobreproduto alto (“incremento na massa do produto”³⁵, ou seja, uma boa safra de alho, mas com baixa renda (devido à queda do preço). É o que se viu na produção do alho, entre os anos que fomos a Mangabeira. No segundo ano, devido à alta produtividade do ano anterior, os pequenos agricultores já não plantaram alho na mesma quantidade. O sobreproduto não representou na primeira safra, proporcionalmente, um

³⁵ MARX, 1986.

aumento de renda. A renda pode crescer se a safra do ano for baixa, no sentido de que quem tinha mercadoria para ser vendida no mercado, conseguiu excedentes altos, mesmo com baixa massa de produto (restrita produção de alho).

A renda em produto pressupõe uma economia natural, ou seja, na qual as condições e reposições se dão dentro da própria economia; assim, outro pressuposto associado é a indústria doméstica rural, que permite a reprodução da família, pelo trabalho familiar. Neste contexto, é dada ao trabalhador alguma liberdade de distribuir seu tempo de trabalho entre trabalhar para o dono da terra e para si, visto que os trabalhos já não estão mais visivelmente separados (como estavam no momento da renda em trabalho). O trabalho do vaqueiro na fazenda expressa bem este momento. Enquanto Seu Nezinho, na década de 1960, trabalhava para o fazendeiro e recebia pagamento em espécies diferenciadas (começou em troca de roupa, passou para a possibilidade de explorar um pedaço de terra para produzir produtos de subsistência para sua família e um ganho da quarta parte do boi nascido no ano, até alcançar uma mínima quantia anual em dinheiro), sua esposa trabalhava na roça de subsistência e vendia o que sobrava na feira de Mirangaba, para comprar óleo para o lampião, sal e roupa.

Sob o ponto de vista do produtor rural, quando a relação já se encontra monetarizada, a renda a ser paga ao proprietário é custo. E o que lhe sobra, após os pagamentos todos (empréstimos, instrumentos de trabalho, impostos, inclusive a renda), seria o lucro. O lucro só pode desenvolver-se, assim, “proporcionalmente à possibilidade de exploração, seja de trabalho próprio excedente, seja de trabalho alheio, que resta depois de efetuado o mais-trabalho representado na renda em dinheiro”³⁶.

A dificuldade em identificar os custos em relações de produção em processo de autonomização faz com que também seja difícil de falar em lucro. Por isso, o excedente ainda se mostra como a forma de remuneração dos meeiros, não autonomizados. Assim, atualmente, para o parceiro da Celma que faz a meia com

³⁶ Marx, 1986.

ela e divide, em dinheiro, a venda da produção com o dono da terra, ao trabalhar intensamente explorando ao máximo seu próprio excedente (evitando novos custos com a diária de trabalhos alheios), obtém um excedente acima do obtido por Celma, que não despende o mesmo tempo de trabalho na meia.

Quando a renda em dinheiro se forma, considerando todos os pressupostos de formação de mercado mundial, do comércio e da manufatura, e de formação das personificações deste processo de autonomização da terra, nas figuras do arrendatário e do diarista (jornaleiros) em relação ao proprietário; trabalho, na figura do patrão e do trabalhador; e do capital, na figura do juro; o lucro e a mais-valia equivalem-se e a renda passa a ser o sobrelucro. A forma normal da mais-valia passa a ser o lucro (e não mais a renda, como na renda em produto), sendo a renda em dinheiro reduzida à parcela do excedente do mais-trabalho que não se transforma em lucro (apropriada pelo explorador, o arrendatário). A renda do proprietário da terra é, então, o que sobra do excedente que fica com o explorador – de si mesmo ou do trabalho alheio – personificado no arrendatário. O lucro médio (que do ponto de vista empírico não é possível auferir), por sua vez, é composto por relações de produção para além da agricultura, na qual o lucro é cada vez menor. Assim, com o lucro médio estabelecido na totalidade das relações de produção determinando a renda da terra (que é o seu excedente), há a sobreposição de processos em que ocorrem a transferência de valor da agricultura para setores da economia em que o trabalho está em processo de “dessubstancialização”, com o expressivo desenvolvimento das forças produtivas que compõem o capital constante do processo produtivo, e esta mesma relação em que o lucro médio é formado determina, na ponta da agricultura, o que sobra como renda. Ao mesmo tempo em que na conta de formação do lucro médio total se transfere valor da agricultura para a indústria, rebaixando o valor médio alcançado pela totalidade em relação ao valor produzido pelo trabalho na agricultura, este resultado impõe ao rentista, fluxos de renda cada vez maiores de dinheiro enquanto o arrendatário) vai se restringindo ao lucro rebaixado.

No entanto há formas particulares de este processo ocorrer, e, com a renda sendo definida de antemão pela relação contratual entre o proprietário de terra e o arrendatário, a renda vai se autonomizando, tornando-se independente do lucro médio. Quando não é estabelecida de antemão, o que fica com o arrendatário tende a sofrer maior influência de outros setores na regulação do lucro médio total.

Jorge e Celma, que trabalham na meia (pagam ao dono da terra 20% do dinheiro da venda da produção), já têm relações de contrato estabelecidas – têm definida a relação de arrendamento por 10 anos, sendo, no entanto, a divisão proporcional à produção. Parece ser mais uma forma particular do processo de formação da renda fundiária e da autonomização do capital, visto que o pagamento se dá em dinheiro, mas dependendo da massa de produto. Esta sobreposição, em que a unidade da renda é dada pelo produto sendo o pagamento dado em dinheiro, revela as contradições do processo de autonomização e dificulta o emprego de categorias para descrevê-las. O preço do produto, por sua vez, varia conforme o mercado. Assim, aqui, a massa excedente de produtos passa a determinar o que fica com o arrendatário/meeiro e também com o proprietário da terra, pois aqui o valor a ser pago varia, não tem uma quantia monetária predefinida de renda a ser obtida. O dono da terra pergunta para Celma como está a produção, pois é de seu interesse saber. Sua possibilidade de auferir mais ou menos renda não está totalmente autonomizada da produção.

Assim, no caso visto em campo, o lucro não é determinado pela renda como seu limite, pois esta não é definida de antemão, independente da produção e de seu preço de venda no mercado. A renda que vira custo não está definida. A renda se realiza proporcionalmente ao excedente, não estando autonomizada, o que pode ser entendido como uma particularidade de um processo de autonomização no qual as incertezas da produção, impostas pela seca, não permitiram o estabelecimento a priori de um preço de renda da terra.

Nestas condições de pequenas propriedades (20 tarefas de terra arrendada), Jorge, para acumular ainda mais, fica com seu próprio sobretrabalho, além do

salário que pagaria a si mesmo, ao não contratar diarista e trabalhar todos os dias, 365 dias ao ano. Assim, segundo ele, consegue acumular muito mais que Celma, que acaba pagando para alguns serviços de diaristas, pois já lhe falta tempo (em disputa com tantas outras atividades desempenhadas). Jorge e Celma, tendo investido parte dos custos da produção (à exceção da terra e do poço), têm, assim, acesso a uma parte do produto não somente como trabalhadores, mas como detentores de uma parte dos instrumentos de trabalho.

Sem precisar recorrer ao crédito, Jorge investiu na plantação de banana (cujo retorno demora um ano) com o dinheiro obtido na indústria, quando foi a São Paulo trabalhar. Em um movimento de investimento de dinheiro obtido na cidade e na indústria, pode não recorrer ao crédito para tornar-se um meeiro (personificação particular do arrendatário em processo de autonomização).

Na análise de Marx, neste momento do desenvolvimento das relações capitalistas a renda em dinheiro só ocorre porque há investimento de capital (acumulado na indústria e nas cidades) na agricultura e, como parte deste processo, o agricultor passa a produzir para o mercado, como simples meio de geração de mais-valia. Estes elementos são vistos em Mangabeira, na história de Jorge.

A autonomização enquanto processo, em suas impossibilidades de enquadramento categorial, mostra-se quase explícita aos pesquisadores que têm o olhar voltado para as particularidades. Buscamos entender, justamente, tais particularidades, e este movimento nos flexibiliza para uma leitura não cronológica, que teria um modelo a ser alcançado, tentando enquadrar o que é visto como antecedente de formas de relação capitalista madura. Este olhar permite, no nosso entendimento, abrir a possibilidade para compreender que os pequenos agricultores de Mangabeira não estão mais ou menos expropriados por terem acesso direto à terra, seja ela de uso comum, ou de sequeira, como se a expropriação ainda estivesse por vir, se expulsos das terras. A entrada do crédito e o processo de endividamento ao qual aqueles produtores estão submetidos seriam formas de aparecimento da expropriação, sendo eles donos de seus meios de produção. Os vaqueiros de si mesmo são um retrato do que pretendo

apresentar. Agora, donos de terras, de cavalo e de suas cabeças de gado, estariam des-expropriados?

Outra particularidade de Mangabeira, que a diferencia neste processo de diferenciação de áreas do Vale do Taquarendi e Caatinga do Moura, é que não houve uma antecipação da renda da terra para acesso à propriedade. Não ocorreu o falso custo, nas palavras de Marx. Se nos vales de vazantes esta antecipação se deu pelo trabalho desempenhado na fazenda dos Marques e de outros fazendeiros donos dos pequenos engenhos, em Mangabeira a ocupação livre da terra não antecipou seu pagamento. Não houve antecipação da renda da terra ao proprietário, que se transformaria em preço da terra, em juros ou em mais trabalho não pago (no caso em que se trabalhava para obter uma porção de terra “doada” pelo proprietário, como muitos vaqueiros obtiveram). Assim, não havia uma promessa de renda futura para acessar a terra em Mangabeira. Esta particularidade obscurece a coerção do processo, visto não haver violência explícita para realização de um pagamento futuro.

A aparente ausência de violência no processo de apropriação de terras vagas sustenta discursos que preveem a violência para todos e, por isso, reprimem este tipo de processo de relação com a terra não mediada por relações de troca. “Como pode alguém ocupar uma terra, sendo que eu tive que trabalhar para poder comprá-la?”, exclamam, sentindo-se injustiçados. Há de se notar, porém, a que condições de violência estas famílias de posseiros de sequeiras sempre estiveram submetidas para recorrer a um pedaço de área pelo qual o capital não se interessou. A violência que antecede a ocupação pela posse, impondo dificuldades nos níveis de sobrevivência, não encontra na posse sua finitude. A baixa capacidade de produzir mercadorias na sequeira, imposta por condições físicas de difícil convivência, leva à produção de mercadorias com um preço independente do lucro médio, ou seja, cuja remuneração independe do preço de mercado. O produtor vende seu produto balizado pelo custo de sua produção, pela capacidade de se reproduzir, mesmo que abaixo do lucro médio. Esta condição revela a transferência do mais-trabalho realizado na sequeira para a

sociedade como um todo, que não deixa de ser uma forma de integração pela violência.

A compra ou não das terras de Mangabeira, de fato, não repercute em nada a capacidade de remuneração das famílias na decisão do preço de seus produtos. Independente de a família ter ocupado ou comprado seu lote em 1950, o preço de venda de seus produtos não incluía a necessidade (ou não) de remunerar o custo da renda da terra antecipada, pois o preço dos produtos ali não era definido pelo lucro médio do mercado. A definição dos preços ocorria no nível necessário ao pagamento dos custos de produção e da reprodução da família. Isso porque a lógica do pequeno produtor da sequeira não seria o lucro, mas a necessidade de sobrevivência. Pergunto se seria a lógica da necessidade de sobrevivência do produtor da sequeira que faz com que ele não inclua no preço de seu produto a remuneração da renda da terra; ou seria a impossibilidade de auferir renda da terra em condições difíceis de plantio (sem acesso à água) que faz com que o produtor não esteja sob a lógica do lucro, e sim da sobrevivência.

Parece que a resposta se aproxima da segunda hipótese, haja vista que a possibilidade de perfuração de poço e venda de produtos no preço do lucro médio mobiliza muitos a se endividarem, antecipando renda na forma de crédito, que, neste processo, se transforma em custo e juro. Hoje, na conta que se faz entre o dinheiro investido no capital constante (poço) e a renda extraída da terra, percebe-se uma autonomização entre juro e lucro, na medida em que a renda da terra teve de pagar o juro. Voltamos, aqui, à pergunta se seria a renda da terra que paga o juro, ou o excedente do trabalho na terra. Parece difícil de identificar e classificar um processo de autonomização que vai mudando de forma e convive no mesmo momento do processo com diversos contratos de relação de trabalho.

Aqui, estamos pensando sobre o processo de autonomização pela personificação que o capital se apresenta no âmbito de suas “receitas” (o proprietário da terra, o parceiro da vazante, o arrendatário/meeiro, vaqueiro etc). O que talvez explique o pequeno produtor se endividar para aumentar a possibilidade de venda de seu produto alcançando o lucro médio seriam os elementos que nos levam a pensar

na dependência reificada e, sob este ponto de vista, o dono da terra e o meeiro estão na mesma relação.

O consumo chega em Mangabeira, Vale do Taquarendi e Caatinga do Moura primeiro com caixeiros-viajantes. Conversamos com um deles, Seu Bédu.

Seu Bédu chegou a Mangabeira em 1945, quando, segundo ele e reforçado por outras conversas, tinha umas duas casas “envaradas de *adobo* e *taupa*”. Sua família vinha fugindo da seca do Ceará. Seu Bédu diz com orgulho que sempre trabalhou na própria roça, com mandioca, mamona, feijão de corda e milho, além da caça e da farinha, que também vendia em Mirangaba. Comprava de outros moradores e levava no jumento até a feira. Com o dinheiro da venda dos produtos na feira, comprava o que faltava para comer: mocotó, rapadura, fava e pedra de sal, além de óleo para alumiar. Não dava para comprar carne, que se restringia ao bode criado. Carne de vaca (assim como o chapéu de couro) só entrou no cardápio após a entrada de dinheiro via aposentadoria.

O orgulho de Seu Bédu de nunca ter trabalhado para outros é evidente, porém no meio da conversa ele revela ter trabalhado para os Marques, logo na chegada do Ceará, na vazante de cana e de milho da Caatinga do Moura. Segundo Seu Bédu, o trabalho na fazenda dos Marques era dividido: nas vazantes, só plantava o que era meiado com os Marques (cana e milho). Na sequeira, podia plantar para si. Mas era “muito violento”, em suas palavras, e os Marques não cumpriam o combinado: quando o roçado da sequeira era bom, metade era forçada a ser repassada para o fazendeiro. O controle do trabalho e as mudanças de combinado só ocorriam porque existiam os “puxa-saco” dos Marques, aqueles que não tinham roça, andavam armados e iam cobrar a meia, que era dividida ainda em produto. A violência extra-econômica personificada no jagunço (ou “puxa-saco”) revela elementos regionais na vida de Seu Bédu, que ao brigar com os puxa-saco teve de se mudar. Para os que ficaram na fazenda, o cercamento das áreas da roça de sequeira individual para proteger do bode conferiu acesso ao que se tornou propriedade.

“Agora que aposentei, minha roça é meu cartão”, disse ele... O que podemos absorver desta frase, além da clara substituição do trabalho pelo acesso direto ao dinheiro, é o fato de o trabalho, até então desempenhado não garantir acesso às mercadorias, revelando a particularização da formação de tal categoria. Na análise marxista tradicional, o trabalho aparece como o único meio de acesso às mercadorias, então forçado pela tomada dos bens de produção pela classe burguesa (análise apresentada em “A assim chamada acumulação primitiva”³⁷). Aqui evidencia-se a particularidade do trabalho, que ainda que personificado primeiro no trabalhador da meia dos Marques, depois no comerciante do caixeiro-viajante e pequeno agricultor dono de seus instrumentos de trabalho, não possibilitou a compra de mercadorias para além daquelas necessárias à sobrevivência, revelando que a remuneração não excedia o trabalho necessário. Ainda que o orgulho pelo trabalho estar em sua fala, o consumo em sua plenitude (sob seu ponto de vista, é claro) só se deu com a aposentadoria. Cria-se consumidores e a dependência reificada da forma mercadoria vai-se consolidando, via aposentadoria, neste caso, ou via créditos, em tantos outros aqui apresentados.

A generalização da mercadoria, enquanto forma geral de todo produto e de todos os meios de produção, equivale às personificações sob a mesma relação de dependência. Estamos todos submetidos a relações mediadas pela forma mercadoria, o que impõe, sob formas variadas, a violência do processo. Quando constituída a força de trabalho (o que, inerentemente, a torna mercadoria), a liberdade negativa (GAUDEMAR, 1977) parece submeter todos ao mesmo processo de venda de nossa força de trabalho. Aqui, ainda que a força de trabalho não tenha se constituído, devido à ausência de um contrato de trabalho pelo tempo abstrato, Celma e as mulheres da réstia (a serem apresentadas adiante), Seu Bédu e Seu Bené, Seu Jessé e Seu Nezinho, e todos outros que trabalham para si, na diária, na roça de sequeira, na meia de vazante, que são donos de pequenas propriedades e também arrendam na meia, estão todos submetidos à violência

³⁷ Marx, 1985.

da dependência à mercadoria. A necessidade de produzir para vender e viabilizar novas compras, sob o fetiche que transforma inutilidades em conquistas, submete cada personagem na lógica do trabalho.

Sob esta determinação, os jovens de hoje parecem recorrer a variadas formas para acesso ao dinheiro e à mercadoria. Não é mais o domínio das terras que faz uma pessoa ser considerada de sucesso pela comunidade, e sim o acesso às mercadorias e ao dinheiro. Esta mudança implica transformações de relações regionais, em que o vaqueiro perde significado. Não há mais fazenda para vaqueiros. Há prestações de serviço, quando muito. Mas para a maioria dos jovens há outras formas, menos regionais, de se acessar uma mercadoria. O tráfico e pequenas atividades remuneradas nas cidades já dominam as ocupações da maioria destes jovens, filhos das sequeiras.

Interessante dar luz ao que Dona Celma nos contou sobre quando era criança e vivia em Mangabeira, na década de 1970. Disse ela que adorava ficar esperando os caminhões que vinham do Piauí chegar com “relógios e armas”, para trocarem pelo alho produzido nas roças. Desta fala, podemos traçar algumas considerações. Por um lado, signos do consumo que, pela abstração da troca de mercadorias, parecem antecipar qualquer forma de autonomização, seja do trabalho em assalariamento, seja da terra pela renda, ou do dinheiro, pelos juros... Parece ser o poder da mercadoria em um meio já fetichizado, portanto, que, pelo despertar do consumo, dá o pontapé inicial ao processo de dependência reificada que só vai se realizar quando há dinheiro para consumir. Por outro lado, interessante ressaltar que este período equivale aos primeiros anos de planejamento do Estado capitalista, via Sudene, no Nordeste (OLIVEIRA, 1977), o que nos leva a perguntar novamente o que fazia a população com acesso à terra, se mobilizar para o trabalho no Sudeste. Há uma equivalência temporal entre a chegada do planejamento, que buscava aumentar a produtividade do trabalho no campo, com a EBDA, a mobilização do trabalho para o Sudeste, o cercamento de algumas terras e relatos de consumo de produtos industriais.

Em conversa com Girlene, sobrinha do vaqueiro Seu Geraldo de Mangabeira, foi possível identificar o árduo e longo processo de acesso à água na comunidade. Girlene nos contou, com sua voz fina e muita emoção, como era difícil a vida antes de a água chegar às casas de Mangabeira. Segundo ela, foram três momentos distintos, identificados pelos nomes dos prefeitos cujos períodos de mandato foi possível identificar com auxílio de pesquisa da internet: entre 1973 e 1976, o prefeito Jonas Carvalho passou a levar água para atendimento à população em períodos de seca por caminhão pipa; entre 1983 e 1988 o prefeito Arthur Miranda construiu uma tubulação que transportava água da barragem (que hoje seca em alguns períodos) para Mangabeira, sendo esta água ofertada em um chafariz na comunidade; por fim, em 2001, este mesmo prefeito, ao ser reeleito, levou água encanada às residências das comunidades de Mangabeira, Riacho, Paranazinho e Umbiguda, entre outras, da Baixada do Tabuleiro.

Girlene chorou ao lembrar como era difícil ter condições mínimas de vida antes de a água ser levada até a comunidade. Contou com os olhos cheios de água que, antes disso, as mulheres precisavam se deslocar diariamente até as “aguadas” (área de nascentes de água no sopé do Tabuleiro, em localidades denominadas Umbaúba, Arcata e Brejo Queimado). As mulheres saíam de casa às 6h:00 e voltavam às 12:00h. Iam buscar água com cabaças, transportadas na cabeça ou por jumento... Mas o jumento também ficava fraco, então muitas vezes elas iam caminhando ao lado do animal, que carregava as cabaças. Lá nas aguadas, as mulheres lavavam toda roupa da família e enchiam as cabaças de água para trazer para casa. A vida era ainda mais dura do que parece, muitas vezes, as mulheres ficavam sentadas, esperando a água brotar da terra, “porque a aguada também secava...”. Esta situação perdurou por longas décadas, até o fim de 1980, quando o chafariz foi construído.

Supomos, a partir destes relatos, que o mercado de compra e venda de terras dos lotes de Mangabeira foi-se estabelecendo conforme o acesso à água foi sendo garantido. Assim, pelo fato de Caatinga do Moura e Vale do Taquarendi já terem acesso à água, este elemento parece ser central na justificativa da diferenciação de áreas em relação à formação do mercado de terras nestes povoados. Em

paralelo, interessante avaliar, também, que o acesso facilitado à água contribuiu para liberar a mulher para o trabalho, tornando concomitante o aprofundamento dos processos de autonomização da terra (capaz de gerar renda) e do trabalho da mulher (disponível para exploração).

No que se refere ao acesso à água nos lotes de sequeira rurais, que ficam nas proximidades das casas do povoado de Mangabeira, o processo foi diferente e muito mais recente. Dona Celma faz questão de contar que ela foi pioneira na ideia de escrever um projeto para construção de um poço para irrigação do lote da roça comunitária de Mangabeira, que teve início a partir de 2010. De acordo com ela, depois que começaram a perfurar os poços e encontrar água, aumentou o interesse de pessoas de fora da comunidade em comprar terras, aumentando o preço de compra e venda.³⁸ O “sequeiro” sem poço ainda não tem demanda de compra...

No entanto, não é todo mundo que tem dinheiro para perfurar um poço (custa em média R\$ 10.000,00 um poço, preço que varia de acordo com sua profundidade). O produtor individual tem dificuldade em obter esse dinheiro. Normalmente, perfura poço quem recebe dinheiro de fora (filho que trabalha na cidade), da aposentadoria e, quase sempre, com auxílio de crédito do Banco do Nordeste ou Banco do Brasil. Esta dependência da entrada de dinheiro oriundo de uma lógica externa à lógica de reprodução das famílias locais fica clara na conversa com Seu Celestino, e evidencia que o padrão de acumulação local não possibilita o reinvestimento em força produtiva para aumento da rentabilidade. A acumulação, antes da água, possibilitava (e ainda possibilita), no máximo, a reprodução familiar em níveis muito próximos à fome e à sede.

Após herdar 100 tarefas de terra (não muito boa, uma sequeira de “areiado”) regularizadas, onde seu pai trabalhou por mais de 40 anos como posseiro, Seu Celestino recentemente as vendeu para obter dinheiro para investir na

³⁸ Os valores e medidas variam um pouco entre as falas, mas, em média, um lote de cerca de três tarefas de terra com água (poço perfurado) custa em torno de R\$10.000,00; este mesmo lote de sequeira, custa entre R\$200,00 e R\$500,00; e, um lote sem poço, mas que sabem que tem água, tem o preço elevado na negociação...

construção do poço. As 100 tarefas foram vendidas por R\$ 10.000,00 e, para completar o investimento, Seu Celestino pegou R\$ 5.000,00 de empréstimo consignado de aposentado no Banco do Brasil, a ser pago durante 60 meses, com parcelas mensais de R\$ 150,00. O poço custou R\$ 10.400,00³⁹ e o restante do dinheiro foi usado para compra de equipamento. Segundo Seu Celestino, “só pega um dinheiro desse (*no banco*) quando tem futuro, porque é muito investimento”. Mas com o poço, em suas palavras: “valorizou a renda” de sua propriedade. Das dez tarefas de terra que ele tem, seis agora são irrigadas⁴⁰ e ele pode plantar pé de fruta⁴¹ (raro na região, pois precisa de mais água), além da roça: milho, feijão, abóbora, pimentão e andu.

Entendemos, assim, que somente nos últimos anos recentes, de 2000 para cá, temos o processo de consolidação de um mercado de terras para plantio em Mangabeira que, vale destacar, ainda não abarcava as terras do alto do Tabuleiro. O cercamento do alto do Tabuleiro configura-se em um novo momento do cercamento das terras. A recentíssima formação da propriedade privada em Mangabeira dependeu, portanto, das condições regionais para se efetivar, ou seja, esteve associada ao fim das grandes fazendas que liberou vaqueiros para ocuparem sequeiras, não ocorrendo simultaneamente à formação do mercado de terras na esfera da totalidade, seja mundial, nacional e, até mesmo, do Nordeste da Sudene.

Se, antes da chegada da água nos lotes rurais, a produção na “sequeira” não garantia a produção para a venda de mercadorias no mercado (produzia-se para consumir e vendia-se o excedente, de modo que não parecia haver uma

39 O preço que se paga em um poço varia de acordo com a profundidade. O poço perfurado por Seu Celestino tem 62 metros de profundidade. E, quando perguntamos o que aconteceria se ele não achasse água, ele respondeu com clareza que ele, e os outros da região, têm conhecimento dos locais onde se acha água. Ainda assim, relatou casos em que foram necessárias mais de três perfurações até encontrar água, trazendo enorme prejuízo.

40 Seu poço fornece até 17 mil litros de água por hora, segundo ele.

41 Os preços dos produtos informados por Seu Celestino são: 01 caixa de manga, R\$ 10,00; 20 kg de cebola, R\$ 5,00; uma caixa de banana, R\$ 20,00 (muita gente planta, porque o custo é baixo); 20 kg de pimentão, R\$ 4,00 (não está valendo a pena); e a saca de feijão estava com preço alto, 60 kg sendo vendido até por R\$ 550,00.

consciência voltada para a produção de mercadorias) e, ainda, não parecia haver uma demanda por compra da terra, a não ser como forma de ser da não participação no mercado de terras do Nordeste, que expulsava esta população para áreas sem potencial de produtividade, também não parecia haver extração de renda da terra, a não ser como renda absoluta; com a chegada da água parece haver um salto para a renda diferencial, graças à diferenciação da fertilidade do solo umedecido⁴², que, além de viabilizar a venda de produtos agrícolas acima do lucro médio, impulsionou o interesse de compra por estes lotes. Entendemos que, mesmo quando há renda em produto ou renda em trabalho, mas não há mercado de terra, não há renda diferencial capitalista, há renda em processo de formação. O processo de consolidação da autonomização dos elementos componentes do que Marx (1986) denominou de *fórmula trinitária* parece ter-se efetivado com a chegada da água aos lotes rurais, pois ocorre quando o produtor (em suas diversas formas de relações de trabalho particularizadas na *região*) paga uma renda ao proprietário, remunerando o dono da terra, e passa a produzir com a consciência de que a produção é para o mercado. Assim, por exemplo, Dona Celma utiliza-se de “veneno” (como eles chamam os fertilizantes e agrotóxicos) nas áreas de produção para a venda na área em que é meeira, e não utiliza na plantação para o consumo. Há uma diferença, não só no custo do investimento em capital constante, mas também, na consciência de se produzir mercadorias em um nível de produtividade que alcance o preço médio do mercado.

Com a chegada da água, para o proprietário da terra pouco importa de onde veio a renda, se da diferença entre o trabalho desempenhado e sua remuneração, do aumento de eficiência do capital constante ou do pagamento dos juros, como forma de remuneração de algum dinheiro antecipado (como o investido no poço, por exemplo, que retorna ao proprietário como parte de sua renda). Esta indiferença quanto à fonte do rendimento está relacionada ao processo de autonomização do capital que é por nós entendido como aquele que, na aparente indiferença ao capital (como sistema de reprodução social da totalidade), reúne

42 Sabe-se que o solo da caatinga é muito rico em nutrientes, mas a carência de água inviabiliza a produção da maioria dos produtos agrícolas.

os três elementos distintos essencialmente que compõem a *fórmula trinitária*, terra, trabalho e capital. É a sua indiferenciação para a reprodução do capital que permite e, ao mesmo tempo, gera a renda. É pela renda que eles se igualam, permitindo a troca, “a correlação entre as fontes de rendimento”. Igualam-se no sentido de os três serem fontes equivalentes de rendimento, pois não importa ao capital (ou à persona do proprietário da terra) se a sua renda tem origem na diferença entre o valor de troca da força de trabalho de seu funcionário e o valor de troca de seu produto (salário – preço), ou se seu rendimento tem origem no monopólio das forças produtivas com maior composição orgânica do capital (dando-lhe maior produtividade e, conseqüentemente, alcançando preços de venda acima do lucro médio do mercado).

Para Marx (1986), o fundamento da equivalência entre as fontes de rendimento/autonomização da terra, trabalho e capital é o momento da expropriação e separação do trabalhador dos meios de produção, quando se torna possível extrair a mais-valia pela diferença entre o valor de troca da mercadoria força de trabalho e a mercadoria produzida; e pela renda diferencial da terra, dada pela diferença de produtividade no mercado concorrencial. Aqui, portanto, o acesso à água significou a separação do trabalhador de seus meios de produção para aqueles que, ao não terem potencial de afloramento de água em sua propriedade, começaram a produzir para terceiros, em propriedades com poços, mesmo sem se constituírem como força de trabalho assalariado. Há sobreposições simultâneas de momentos distintos da autonomização, quando a terra passa a gerar renda, mas o trabalho não se autonomizou por completo.

Em Mangabeira, ainda que o acesso às terras de sequeira já ocorresse por meio da compra dos lotes, a incapacidade de produção (devido à ausência de água) para a venda dos produtos acabava por não gerar renda diferencial ao proprietário: não havia sobrelucro e não havia tributo de monopólio sendo pago aos proprietários destas terras, pois não se tratava de monopólio, mas sim, o contrário, acessavam-se porções de terra excluídas da lógica de monopólio da propriedade das melhores terras, que estavam sob domínio dos grandes fazendeiros. Tampouco, é possível pensar, não se alcançava nem o lucro médio

para a venda de produtos no mercado, de forma que só se vendia aquilo que sobrava.

Fica a pergunta se este processo da chegada da água pode ser compreendido na chave da discussão sobre a crise do valor em que, com a agricultura irrigada, cai a taxa de valor (o capital variável cai em relação ao capital constante) mas aumenta a massa de valor, no sentido de sua expansão produtiva (aumenta o número de mercadorias produzidas). Ou seja, o investimento em capital constante faz aumentar a produtividade, mas diminui proporcionalmente a taxa de valor em cada mercadoria produzida, pois elimina-se trabalho no processo. Com isso, o acesso à água promoveria a possibilidade de um preço de venda nos níveis da concorrência de mercado (que abarca outras áreas com acesso natural à água, como Taquarendi e Caatinga do Moura), que, nos níveis de Mangabeira, suprime qualquer possibilidade de concorrência com quem não tem água no lote. Como desdobramento, sugerimos que o capital fictício teria encontrado uma brecha para se desenvolver, pois somente com acesso ao crédito (dinheiro antecipado que se transforma em dívida do agricultor⁴³) é possível investir nas forças produtivas (poço de água) alcançando os níveis de produção exigidos para a produção e realização da mercadoria (seja ela feijão, banana ou pimenta), e, assim, gerar renda. Perguntamos, então, se os custos com o trabalho (ainda em autonomização) vão diminuindo, gerando cada vez menos valor, sendo deslocados para o capital constante, capaz de gerar cada vez mais capital excedente sem valor. Para isso, há de se pressupor que no lote com água o trabalho desempenhado para a produção do mesmo montante de mercadoria produzido pelo lote sem água seria menor. Contudo a realidade do campo não mostrou para nós casos de lotes sem água que produzem para a venda e, por isso, talvez o que podemos pensar é que a água mobilizou um processo de formação do trabalho que produz mercadorias com menos valor.

⁴³ Quando o dinheiro emprestado não é utilizado para a produção real de mercadorias, ou seja, quando não mobiliza trabalho e não produz valor, e este emprego ocorre em larga escala, o capital que rende juros se destaca cada vez mais do processo real de valorização, até se tornar “capital fictício”.

Estamos, assim, tentando entender se seria o acesso à água um momento de não coincidência entre trabalho e dinheiro, que, ao constituírem fases diferentes da valorização como um fim-em-si-mesmo (ou seja, da produção que busca valorizar o dinheiro independente do trabalho realizado, em um processo de autonomização do próprio dinheiro), podem separar-se, configurando situações de crise, quando valor e dinheiro deixam de coincidir (KURZ, 1995b).

Tal falta de coincidência manifesta-se como uma desvinculação entre dinheiro e a substância abstrata do trabalho: a multiplicação do dinheiro ocorre então mais rapidamente que a acumulação de “trabalho morto” abstractizado, destacando-se assim de sua própria base (KURZ, 1995b)”⁴⁴.

Nas comunidades de sequeira, o acesso à água para agricultura impulsionou novo momento de autonomização do trabalho, separando, cada vez mais, a relação entre trabalho despendido e a remuneração obtida. Se, em comparação com a roça da sequeira, na roça com poço parece haver menos trabalho (e, potencialmente, menos valor) mas maior rentabilidade em decorrência do acesso à água, poder-se-ia afirmar que a remuneração recebida não corresponde ao trabalho desempenhado, mas à remuneração obtida pela renda da terra em formação. Parece haver, com a perfuração dos poços, a supremacia da renda diferencial sobre o próprio trabalho, pois também é menos relevante o tempo de trabalho desempenhado.

No entanto, para que este raciocínio lógico dialético de superação do trabalho pela renda explique o processo, haveria de ter ocorrido, primeiramente, a realização do valor do trabalho da sequeira no mercado (com a venda de mercadorias) para, então, o trabalho ser superado pela renda. Contudo, sabe-se que havia mais trabalho na sequeira, mas não necessariamente realizando valor,

⁴⁴ Vale pontuar que o autor não está defendendo a volta do colamento entre valor e dinheiro, mas explicita o movimento deste descolamento como um elemento central da crise do dinheiro sem valor.

pois não necessariamente havia venda da mercadoria. Assim, o pensamento lógico dialético, que teria como pressuposto à supremacia da renda a realização do valor, parece não dar conta por completo da explicação, pois o pressuposto da superação não parece ter existido enquanto dinâmica social. Na sequeira, talvez não tenha ocorrido a realização do valor, e hoje, acessa-se renda diferencial. Há de se reconhecer os limites do pensamento quando, ainda que consideradas as particularidades, parece ocorrer não correspondência entre o empírico e a lógica do pensamento dialético. Assim, diante das contradições reais que por sua vez implicam contradições da análise, o debate entre posições fica em aberto.

Outro ponto importante é que o acesso à água está em uma relação de monopólio, já que poucos tiveram, no primeiro momento da década de 1980, acesso aos programas de governo (que, pelas conversas com Dona Celma e Seu Kenu, se concentraram em Taquarendi), conferindo-lhes exclusividade à renda diferencial. Com a expansão do crédito, principalmente após os anos 2000, a possibilidade de construção de poço, pelo dinheiro antecipado, se concretiza para outras pessoas, envolvendo Mangabeira, mas não deixa de estar em uma relação de monopólio, pois não é em todos os lotes que, se perfurar, sai água.

O que estamos sugerindo é que a renda diferencial ocasionada pelo acesso ao poço acaba por se transformar em um preço de monopólio local dos produtos, pois só quem tem acesso à água consegue concorrer nos níveis de produção regional e, portanto, garante um preço de mercado que remunera o excedente e a renda. Uma falsa superação da renda sobre o trabalho que concretamente possibilita o acesso ao dinheiro, reorganizando a vida daquelas famílias.

A dupla face da irrigação está no fato de que, se por um lado possibilita o acúmulo de dinheiro pelas famílias com acesso a este desenvolvimento tecnológico (entendida por eles como melhoria de suas vidas, pois ao aumentar o acesso ao dinheiro, garante o consumo de mercadorias não produzidas na comunidade, como televisão, automóvel e outros bens de consumo, além de facilitar o acesso a medicamentos e serviços de saúde), por outro lado recria

desigualdades que alimentam novas escalas de diferenciações sociais. Assim, quem não possui lotes com água deixa de produzir, pois não alcança mais o nível de produtividade médio local, não conseguindo concorrer na produção voltada para o mercado (se, antes da água, a produção para a venda nas sequeiras já não parecia ocorrer, agora, com este novo patamar de preço médio, é que esta possibilidade parece ainda mais distante). Produz, então, para si mesmo, despendendo o mínimo de tempo na sequeira; ou nem produz na roça, mobilizando seu trabalho em outras relações (como no sisal), ou dependendo de outras fontes de entrada de dinheiro (programas de transferência direta de renda, aposentadorias etc.).

A reprodução da família, em seu limite cíclico da periodicidade da chuva e realização da boa safra, foi, assim, superada pelo investimento do dinheiro em capital constante (poços de água), transformando-se em possibilidade de acumulação. O investimento em tecnologia concretamente superou os níveis da reprodução familiar obtidos até então pelo trabalho do vaqueiro, recriando novas formas de acumulação que passaram a ter a renda diferencial como fator fundamental das relações de reprodução familiar.

Fica, ainda, a pergunta se é possível traçar um paralelo com a totalidade, de modo que, assim como na análise da reprodução capitalista, a concentração da composição orgânica produz relações monopolistas que se vão centralizando, expandindo-se pela expansão do capital em níveis monopolistas, capazes de serem remunerados somente com juros também monopolistas, excluindo da reprodução do capital relações em níveis nacionais de desenvolvimento das forças produtivas; aqui o desenvolvimento tecnológico (composição orgânica) com a construção de poços d'água por somente aqueles que puderam ter acesso ao dinheiro para a suas construções e à terra com potencial afloramento de água promoveu uma mudança nos níveis de acumulação que reorganizaram as relações sociais, produzindo novos excluídos da reprodução social. Aquilo que aparece como desenvolvimento contraditoriamente promove novos excluídos do processo, mesmo quando estamos diante de um desenvolvimento mínimo de

produtividade. É o caso das mulheres da réstia do alho e dos trabalhadores do sisal, como analisado adiante.

Neste processo de investimento naquilo que gera renda diferencial, a consciência sobre a propriedade privada e sobre a produção para o mercado parece ser fortalecida, pois aumenta-se a diferença entre as pessoas que alcançam esta rentabilidade e as que não alcançam, recriando desigualdades dentro da própria comunidade da sequeira.

O ponto crítico deste processo é que a vantagem do acesso à água é tão expressiva que os que não o têm (como muitas famílias de Mangabeira e todo o povoado de Paranazinho e Riacho) não estão mais plantando, o que nos sugere que estas famílias têm outras formas de acesso ao dinheiro para viabilizar o consumo de subsistência. Formam-se novos excluídos que não mais têm condições de concorrer, ainda que na feira local, com o preço de monopólio alcançado pelos que têm água nos lotes. Estes excluídos reproduzem-se em relações ainda mais precárias de trabalho, para buscar acesso a algum dinheiro que os possibilite a compra de mercadorias, pois também já pouco produzem para si mesmos. O trato no sisal ou a dependência total aos programas assistenciais do governo federal surgem como possibilidades de reprodução, como será abaixo analisado.

O acesso à água está aqui colocado como um dos momentos do cercamento da terra. Este momento, por sua vez, está intrinsecamente relacionado à presença do Estado planejador, que, via EBDA em 1980, trouxe conhecimento técnico. Se em Mangabeira a EBDA não promoveu concretamente a abertura de poços, não perpetuando a possibilidade de extração de renda diferencial suscitada pelo conhecimento técnico ofertado, em Taquarendi este processo ocorreu já na década de 1980, acentuando a não correlação dos momentos do processo de autonomização entre Taquarendi e Mangabeira. A análise deste processo em Taquarendi, devido às diferenciações envolvidas com Mangabeira, será realizada abaixo, na figura do icônico Seu Kenu.

Contudo, apesar de não ter aberto poços em Mangabeira já em 1980, Dona Celma também se referiu à EBDA como um marco na vida do agricultor. Referiu-se aos

anos em que a EBDA atuava como sendo uma época boa, porque, segundo ela, “a EBDA trouxe conhecimento e ajudou muito a gente”, referindo-se às técnicas de manejo agrícola. Nota-se, como será abaixo analisado, que a EBDA atuou em concomitância com a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), que, de acordo com o inventário de barragens do Estado da Bahia, em 1989 construiu as barragens para regularização da água do vale do Taquarendi e da Caatinga do Moura, de maneira a garantir disponibilidade hídrica para a irrigação, bem como alguns poços em propriedades em Taquarendi.

Sobre os cercamentos das terras de Mangabeira falta discorrermos sobre seu momento mais recente, datado dos últimos três ou quatro anos, mote inicial desta pesquisa, quando a cerca sobe a serra.

As terras do alto do Tabuleiro, antes de serem especuladas pelo projeto do capital fictício da eólica, não haviam sido capitalizadas, não sendo vistas como potenciais meios de produção para acumulação, visto não ter sido identificado potencial de geração de renda, seja em trabalho, produto ou diferencial. Faziam, sim, parte da estratégia de reprodução dos vaqueiros que deixavam lá o gado solto, mas sem necessariamente conseguir acumular (pensamos assim, porque em todos os casos em que se falou de “juntar dinheiro” esta possibilidade ocorria por conta do trabalho na fazenda de um fazendeiro, e não no trato do seu próprio gado solto). Sobre estas terras do alto do Tabuleiro tampouco houve relatos de tentativa de grilagem, antes de a eólica chegar. Por isso, e só depois de chegar um projeto que a submete diretamente à renda diferencial, podemos sugerir que se tratava de uma porção de renda da terra latente.

De fato, com a possibilidade de construção de um empreendimento eólico, a terra passou a ter real potencial de geração de renda, o que provocou sua grilagem. Entendemos que a iminente inserção de um empreendimento eólico no alto do Tabuleiro configurou-se em um momento da territorialização do capital (TOLEDO, 2008), que intensificou um processo já em curso de reformulação dos elementos empíricos característicos da particular região do planejamento (OLIVEIRA, 1977) já em crise (que sugerimos ser uma região da catástrofe), que

é o trabalho do vaqueiro. Como vimos em campo, sua decadência já estava posta e a eólica trouxe duplo movimento: a grilagem, como manifestação da mais que frágil região coronelista, pois, como disse Seu Nezinho “se tivesse vaqueiros como antigamente, o grileiro não ia ter coragem”; e o reconhecimento da tradição formal do vaqueiro, juridificado pelo reconhecimento tradicional de Fundo de Pasto como movimento necessário para sua reprodução na região da catástrofe.

Neste novo momento do processo de territorialização do capital (TOLEDO, Op. Cit.) já se verificam transformações nas relações entre terra, trabalho e capital, componentes da fórmula trinitária (MARX, 1986), que, em um processo de autonomização (Op. Cit.), recondicionam o acesso à terra, as formas de trabalho e as possibilidades de acumulação do capital. As relações entre os componentes da fórmula trinitária, dadas pelo processo de formação da região (OLIVEIRA, 1977), que por sua vez, se desdobra historicamente para extração do excedente (mediado pela violência extraeconômica) e a produção de mercadorias (PRADO Jr, 1965), são assim bruscamente alteradas em decorrência do processo especulativo, ainda que tenha sido temporário.

A chegada do planejamento via EBDA em 1980 parece ter, assim, reformulado o acesso à renda da terra, principalmente em Taquarendi e Caatinga do Moura, onde o acesso à água possibilitava alguma renda, sobrepondo-se ao movimento de mobilização do trabalho que já ocorria desde 1960 em escala nacional. Para nós, estaríamos, aí, diante da passagem de uma região coronelista para o que Oliveira (1977) coloca como o fim da região, ou a região do planejamento do Estado capitalista. Com a generalização do crédito e outras formas de entrada dos pressupostos da reprodução da metrópole, que ao separar o trabalho do dinheiro acabam por produzir cada vez mais mercadorias sem valor, perguntamos se não estaríamos diante de uma região da catástrofe, que aqui se manifesta com o crédito disponibilizado para a agricultura irrigada e com a chegada de um projeto que não se realiza, mas remobiliza as relações com a terra. Inclui-se e destaca-se neste momento atual do processo de reprodução crítica do capital a anteposição do crédito às categorias básicas de sua reprodução

ampliada (propriedade privada da terra e formação da classe trabalhadora) (MARX, 1985a), haja vista que a reprodução do capital fictício ocorre simultaneamente a um processo similar analisado por Marx em “A assim chamada acumulação primitiva” (MARX, 1985a), constituindo-se no que entendemos como não simultaneidade (KURZ, 1996). A não simultaneidade (KURZ, Op. Cit.) diz respeito à tentativa de explicação de que os processos sociais não estão acontecendo nos mesmos termos entre região e metrópole e os momentos e particularidades do processo da autonomização das categorias do capital por nós analisados parecem revelar tais contradições.

Salienta-se o aspecto crítico da descentralização da efetivação do capital sobre a periferia, em que o espaço se expressa como uma potência negativa e, portanto, crítica da reprodução social da modernização que se faz pelo endividamento (que aparece como crédito). Se os moradores das comunidades de sequeira estão, ainda, aguardando seu momento na modernização nacional, o acesso à água pelo endividamento da construção de poços aparece como o trampolim aguardado. Contudo a perspectiva da secagem dos poços que já começou a ocorrer recoloca a superação da não simultaneidade como ideologia, em um contexto catastrófico, tanto nos níveis da totalidade do capital (em que a não simultaneidade negativa passa a operar nos países centrais, aproximando-os da periferia do mundo (KURZ, 2004)), quanto nos níveis locais, de permanente espera.

A dinâmica que se estabeleceu em função do pleito para instalação do complexo eólico foi juridicamente demarcada pelo estabelecimento de contratos (Anexo 5) que antecederam a construção do empreendimento, de forma a garantir o futuro acesso exclusivo da empresa àquela porção de terra. Ou seja, o contrato jurídico garantia a exploração do vento, que, na forma de energia, passaria a gerar renda ao proprietário, por meio da venda de energia-mercadoria à empresa.

Foram diversos os tipos de contrato estabelecidos. Eles variavam, por exemplo, se houvesse ou não instalação na propriedade (antes mesmo da efetiva construção do empreendimento) da torre anemométrica (que mede o vento), pois, para a venda de energia no mercado, são necessários cinco anos de medição

do vento, de modo que a instalação de algumas torres é necessária para garantir a obtenção dos dados meteorológicos. Ou, o contrato pode, “apenas”, garantir que o proprietário vá disponibilizar sua terra para instalação futura das torres de energia apenas daquela empresa específica, ou seja, serve como um instrumento que garante o monopólio da produção da energia-mercadoria para uma empresa. Assim, o processo de especulação sobre a terra inicia-se, no mínimo, cinco anos antes de a energia ser vendida para o governo ou para o mercado livre.

Tratou-se concretamente de uma espécie de renda antecipada do capital fictício que reformulou relações sociais, cercando as terras, que depois foram rompidas pelos vaqueiros, mobilizando trabalho de técnicos na região e de pessoas locais que prestam ajuda como “mateiros” nos estudos ambientais. O projeto da eólica, ao significar promessa de geração de renda e gerar antecipação do capital fictício pela remuneração de algumas áreas, produziu uma nova realidade, que, além dos fatos acima citados, impulsionou a formalização de grupos sociais (Fundos de Pasto) e de atividades até então clandestinas que utilizavam a área pleiteada para extração de calcário⁴⁵.

Para além da discussão que se tem hoje em dia sobre energia limpa (que, vale destacar, pouco entra no mérito do debate sobre os níveis de consumo e sua generalização pelo fetiche da mercadoria), o interessante de ser apresentado neste momento é que, na esfera da especulação, um projeto do capital fictício mobilizou as relações locais, promovendo o cercamento de terras de uso comum e quase a expulsão daqueles que as utilizam. Contudo este conflito praticamente não apareceu no campo de 2016, pois, para eles, já foi resolvido. Vamos à resolução e seus desembaraços.

Como já mencionado, o assunto sobre o conflito com a eólica só apareceu nas conversas devido às nossas provocações. Quando perguntamos a Dona Celma

⁴⁵ Fato não explorado nesta pesquisa, mas no topo do Tabuleiro ocorre, também, a exploração de calcário por moradores das comunidades da Baixada do Tabuleiro, sendo mais uma forma alternativa de acesso ao dinheiro na região da catástrofe. O trabalho desempenhado é extremamente árduo e, com a chegada do projeto da eólica, foi necessário regularizar a atividade, que passou a pagar imposto aos municípios de Mirangaba e Jacobina, diminuindo, ainda mais, o excedente gerado.

como estava esta situação, ela nos explicou que estava resolvida, pois os vaqueiros das comunidades da Baixada do Tabuleiro (Mangabeira, Paranazinho, Riacho, Umbiguda, Queimada Grande, Sambaíba, Lajinha e Tamanduá) entraram em um acordo com o grileiro sobre os limites das terras. Foi acordado que o grileiro ficaria com um pedaço pequeno da terra e devolveria grande parte da área grilada às comunidades. Estas, por sua vez, com o auxílio da CPT, se organizaram e, ao longo desta pesquisa, obtiveram o reconhecimento junto à Sepromi (Secretaria da Promoção de Igualdade-BA) como comunidade tradicional. Assim, buscam garantir o acesso permanente e comunitário às áreas das lagoas do alto do Tabuleiro.

Esta narrativa, contudo, não apareceu linearmente em campo. Cada pessoa nos dava fragmentos deste episódio, sendo possível perceber os interesses ocultos em algumas falas. Assim, foi no primeiro dia do campo de 2016, quando conversei com duas representantes das associações dos povoados Paranazinho e Riacho (Dona Antonieta, merendeira da escola do povoado de Paranazinho, e Dona Marivone e Seu Reinaldo, ela presidente da associação de Riacho), com quem havia feito contato telefônico previamente ao campo. Em suas falas, a situação do trabalho e o problema fundiário apareceram de formas um pouco diferentes. Dona Antonieta nos deu novos detalhes sobre a situação: segundo ela, a Associação de Paranazinho assinou um acordo com a empresa de 30 anos de arrendamento de parte da terra que é usada por todas as comunidades. As demais comunidades do entorno não aceitaram o acordo e estão tentando cancelar o contrato, assinado pela presidente da associação de Paranazinho. De acordo com Dona Antonieta, o contrato, além de não ter sido cancelado, não está sendo cumprido pela empresa, que realizou o pagamento somente de uma parcela. Aqui percebe-se que há dois tipos de coerção: a grilagem das terras devolutas e a negociação de áreas comuns com um único representante das comunidades.

Sobre o cercamento, Dona Celma nos contou que a cerca colocada pelo grileiro foi destruída pelos vaqueiros da comunidade, voltando a dar acesso à lagoa pelo “caminho velho do boi”. De fato, quando subimos a serra na companhia de Seu

Vivi, vaqueiro de Mangabeira, foi possível ver as cercas rompidas (Anexo 4 - Foto). Vale aqui pontuar que quase todo o cercamento desta área pleiteada pela eólica tinha aparência de ser nova (pela cor dos moirões e dos fios de aço), o que nos faz crer que, de fato, com a especulação da eólica sobre o alto do Tabuleiro, a consciência sobre a propriedade privada da terra subiu a serra.

Nós também subimos a serra, junto de Seu Vivi, que iniciou a conversa contando um pouco sobre o conflito do cercamento das terras. Após o almoço, subimos o Tabuleiro para conhecer uma das lagoas (Lagoa das Pedras) na área do Fundo de Pasto. Seu Vivi foi nos contando que quando está muito seco, os vaqueiros levam o gado para o Tamanduá, uma área que eles chamam de Fundo de Pasto localizada em uma baixada no topo do Tabuleiro, onde a umidade se preserva no ano todo. Na época das trovoadas (de novembro a março), o gado é deixado solto nos alagadiços que se formam no alto do Tabuleiro, perto das localidades de Queimada Grande e Favela, na Lagoa do Cambuí (local onde, de acordo com Seu Vivi, também “tentaram cercar mas o pessoal não deixou”).

Seu Vivi, a princípio, disse ser contrário ao cercamento, com uma fala voltada ao uso comum da terra, ressaltando este elemento como característico de uma comunidade de Fundo de Pasto. Mostrou-se um vaqueiro preocupado com a manutenção do acesso às áreas alagadas por todos os vaqueiros. Porém, ao chegarmos à lagoa (que se encontrava seca, com cerca de três cavalos dispersos no pasto úmido), Seu Vivi indicou ser dono (proprietário privado) de uma área que tinha grande parte do acesso à lagoa, e estava cercada! Indagado sobre esta contradição entre sua fala e atitude, ele disse ter deixado um pedaço aberto para acesso aos animais, o que foi realmente possível de verificar. Perguntamos a ele: mas então, por que você cercou o restante de sua propriedade? E ele nos respondeu que “acabei cercando, pois meus vizinhos foram cercando também”. Passadas algumas horas de conversa, Seu Vivi nos contou que assinou contrato de arrendamento com a eólica, em que a empresa se comprometia a pagar R\$ 1200,00 por mês durante o período de medição dos ventos (Anexo 5). Contudo, em outubro de 2015, portanto, um mês depois da minha última ida a campo vinculada ao projeto de licenciamento ambiental, o contrato foi rescindido pela

empresa. Percebeu-se na fala de Seu Vivi uma certa apreensão em admitir que havia assinado contrato com a eólica, por se beneficiar de uma situação que trouxe muitos problemas para a comunidade. Ao falar um pouco sobre o grileiro, Seu Vivi disse que se trata de uma pessoa valente, que coloca medo nas pessoas... Chegou até a cuspir no rosto de muita gente dentro da delegacia... O grileiro, apesar de ser de uma família de Taquarendi, não aparece mais ali nas comunidades, tendo se mudado para um município distante.

Sobre Seu Vivi, Seu Nezinho apresenta certa desconfiança. Seu Nezinho nos contou que foi Seu Vivi quem organizou um documento na Prefeitura, assinado por todos de Mangabeira, em que o pessoal se comprometia a não cercar as terras. Mas ele foi o primeiro a cercar sua terra, o que para Seu Nezinho, “foi o sinal que todo mundo podia cercar”. Para ele, “Quando o ca(b)ra tem propriedade sem vizinho ele não é o dono, tem que ter vizinho de nascente, de poente, de norte e de sul”, questionando os limites da terra do grileiro que, no documento, não tem explicitado quem são os proprietários vizinhos. Mas Seu Nezinho não deu muita atenção para este lado da estória. Para ele, a sensação de tristeza (e o ponto central da grilagem) está relacionada ao fato de que, depois que ele e Nego de Pedro (vaqueiro de Mirangaba) pararam de trabalhar com o gado, os vaqueiros mais novos (o que inclui seu filho Ademir) não trabalham direito e o tal do vaqueiro (símbolo da coragem, da força e de uma região passada) não existe mais... Para ele, “foi porque não tem mais vaqueiro como antigamente que o pessoal começou a cercar lá em cima.”

Por fim, quando conversamos sobre o conflito das terras do alto do Tabuleiro com o vaqueiro Seu Geraldo, ele disse que arrendou um pedaço de sua terra, mas “o contrato já foi cancelado, graças a Deus”. Segundo ele, “os *cara* do vento deu muito trabalho e pouco dinheiro”, cercaram “os *caminho velho* do boi”. O conflito com o grileiro foi novamente falado, e o que Seu Vivi havia insinuado na conversa, nos foi confirmado: para resolver o conflito com a grilagem, a comunidade entrou em um acordo com o grileiro, para que ele fique com uma parte da área grilada “para o lado de lá”, mas ele acabou cercando uma área

muito maior “para o lado de cá, onde o boi passa”. Por isso, mesmo tendo feito um acordo, as cercas foram derrubadas...

As contradições de cada pessoa envolvida neste episódio – como a presidente de Paranazinho que negocia uma terra de uso comum; ou Seu Vivi, que cerca sua terra mas defende o não cercamento por todos – não dizem respeito somente às atitudes de cada um. O que fica de curioso e contraditório é a aceitação, pelos membros de uma comunidade que busca se institucionalizar como comunidade tradicional, das pessoas que negociaram, mesmo que individualmente, com a eólica. Ou seja, fica posta a contradição individual e do grupo social, pois, entre os expropriados tradicionalmente excluídos, a possibilidade de extração da renda da terra decorrente de um projeto que diz respeito à esfera da totalidade capitalista, ou seja, nada tem a ver com a dinâmica da reprodução daquelas famílias, é vista como algo positivo e bem-vindo. Seria a estratégia individual para acesso ao dinheiro antepondo-se à própria autonomização do trabalho, em uma sociedade em que o meio fetichista se tornou o fim em si mesmo? Em outras palavras, o que revela a aceitação social para estratégias que viabilizam o fluxo de renda, ainda que abalem a percepção dos caracteres individuais, em um contexto de crise regional e ausência de trabalho? O que de contraditório aparece no contexto em que a luta pela terra comunal juridificada pelo Estado dificulta a entrada de renda em negociações fundiárias de áreas comuns e, ao mesmo tempo, facilita a entrada de crédito familiar, pela via dos programas federais voltados às comunidades tradicionais? Qual elemento é central em todas estas situações?

5.3. As muitas caras da autonomização

Não conseguimos perceber um processo de centralização do capital na dinâmica existente nas comunidades da Baixada do Tabuleiro, pois nos parece ser forçar a análise de que exista uma supremacia de um tempo abstrato sobre as inúmeras relações de trabalho existentes, nas quais relações pessoais e o tempo concreto (da trança manual da réstia do alho, da feitura da farinha na casa de farinha, da

reprodução do gado em seu tempo natural) ainda se mostram relevantes na dinâmica social. Para afirmar o processo de centralização ali, haveria a necessidade de realização completa da autonomização do trabalho, em que a objetivação das relações pela determinação da reprodução da renda predominasse sobre relações subjetivadas. Sobretudo, e como consequência desta objetivação, para que a centralização ocorra, deveria haver exploração entre capitalistas, e o que se percebeu em campo é uma expropriação entre expropriados. Contudo o que pretendemos aqui apontar é como se realiza o processo de modernização entre estes expropriados, sobreviventes da periferia da periferia do capital mundial, que impõe de forma particular um processo de autonomização das categorias do capital, que poderia, a depender do pesquisador, ser tratado como condições pré capitalistas. Entendemos, porém, que se trata de um processo não simultâneo (KURZ, 2004), em que os distintos momentos da autonomização se sobrepõem sob a totalidade de uma sociedade capitalista. Neste sentido, consideramos as comunidades em estudo como parte da totalidade do capital mundial, integradas de diferentes maneiras desde a colônia: integradas pela comercialização de produtos, como algodão e o ouro, no momento regional da colônia; passando ao momento da região do coronel como um momento mais fechado, sem trocas significativas com o mundo externo à região, característica que permitiu a fusão completa entre a economia e a política na figura do coronel, concentrando, ainda, o poder de polícia por seus jagunços, garantindo durante décadas a reprodução dos pressupostos regionais que são rompidos com a chegada do planejamento da integração nacional, via Sudene, quando se integra pela disponibilização de força de trabalho, ao momento da crise regional e chegada do planejamento; e, atualmente, via endividamento e crédito, integradas como região da administração da catástrofe, quando os sertanejos são mantidos em suas sequeiras ou vazantes, sem perspectiva de mobilização para o trabalho. A chegada da Sudene marca também a entrada do capital fictício na região em crise, ao financiar estruturas e instituições metropolitanas, como escola e polícia. Os pressupostos regionais que garantem a

reprodução das relações sociais mantendo a região particularizada vão dando lugar a pressupostos da reprodução da metrópole.

Atualmente, as metas do Plano Plurianual 2016 - 2019 dos Territórios de Identidade da Bahia revelam a supremacia dos pressupostos da reprodução da metrópole sobre pressupostos regionais. Não há o que revelar, está explícito em suas metas e eixos temáticos o desenvolvimento de infraestruturas, escolas, empreendimentos minerários, empreendimentos de energia, desenvolvimento de “Arranjos Produtivos Locais”, empreendedorismo, entre outras formas de projetar mecanismos de reprodução do capital. A identidade destes territórios baianos encontra-se, assim, na criação de leis, em projetos do capital fictício, em planos de desenvolvimento econômico, voltados para a formulação de pressupostos do desenvolvimento de relações capitalistas que pouco, ou nada, coincidem com o que sobra hoje da identidade regional.

Pensamos Mangabeira e as comunidades de sequeira do entorno sob a ideia de que a reificação do capital, da forma mercadoria, permite que o capital do centro (já autonomizado ou em um processo de autonomização consolidado) se reproduza em formas particulares, não reproduzindo a autonomização em sua forma clássica da acumulação primitiva, pois não expropria o trabalhador de seus meios de produção liberando-o para o mercado de trabalho, como ocorreu na Inglaterra, tampouco produz relações de arrendamento clássicas. Assim, formas particulares se desenvolvem, sob o olhar da “não simultaneidade histórica” como método de análise.

Assim foi com o papel de vaqueiro que, como procuramos mostrar, se transformou de uma figura com relativa autonomia, no sentido de ter autonomia às imposições da forma-valor, sem transformar seu tempo em um montante de tempo abstrato a ser explorado, em autonomizado, quando, na verdade, chega até a se mobilizar para outras regiões deixando que o agricultor autonomizado reproduza a família. O lugar social do vaqueiro parece ter mudado para que ele permaneça, ainda que precariamente, como vaqueiro: não mais no centro da reprodução de sua família, mas como figura simbólica da identidade local. Neste

processo, ele foi perdendo a sua já frágil autonomia (porque, mesmo quando vaqueiro do fazendeiro, ele já acessava dinheiro para compra de algumas mercadorias) às imposições da forma-valor na dinâmica da reprodução familiar autonomizando-se coadjuntamente ao fortalecimento do agricultor. Este processo, que aparece na fala como uma conquista do vaqueiro que se liberta de seu fazendeiro para ser vaqueiro de si mesmo, parece ser um movimento de crescente autonomização que carece de também crescente mobilização do trabalho. E ainda, neste processo, a dependência reificada vai se consolidando, tornando a reprodução familiar cada vez mais dependente de fatores externos para sua reprodução: o crédito agrícola é o elemento central nesta discussão, pois aparece muito freqüentemente nas falas dos moradores das comunidades aqui estudadas.

A autonomização do agricultor aparece, por exemplo, em sua liberdade negativa (GAUDEMAR, Op. Cit.) para a venda de sua força de trabalho para o patrão que quiser, juridificada, ainda que somente no plano legal (forma), pelas relações de trabalho que têm a igualdade formal como pressuposto, tendo, com isso, uma relação de dependência real para com o dono da terra. O que nos parece é que o processo de autonomização da terra, do trabalho e do capital vem-se dando com marcos jurídicos (abstração real) que naturalizam o processo na esfera legal, e, ainda que não chegue juridicamente às comunidades (não há ninguém com carteira assinada, por exemplo), transforma a relação de diarista em uma relação de trabalho “normal”/aceita.

Em um domingo, quando voltávamos da roça comunitária, passamos na casa de Girlene, amiga de Dona Celma, para nos apresentar. Dona Celma fez questão de nos apresentar pessoalmente para algumas famílias, para que a desconfiança dos moradores fosse logo desfeita. Dona Celma nos contava, enquanto estávamos hospedados em sua casa, que muitas pessoas da comunidade estavam curiosas para saber o que aquele grupo estava fazendo ali. A desconfiança tinha como motivo principal o fato de que um ano antes, mais ou menos, um grupo de pessoas passou de casa em casa coletando dados pessoais dos moradores, prometendo crédito, que, depois, foi convertido em dívida. Era um golpe em que

os moradores passavam todos os dados pessoais, e este grupo utilizava estas informações para endividá-los (não conseguimos entender exatamente como isso aconteceu). Mas fato é que a desconfiança existia. Quando conversei sobre isso com Girlene, perguntei a ela por que as pessoas davam os dados pessoais a um desconhecido, e ela me disse que “o pessoal vinha de fora prometendo projetos”. Eu perguntei se “prometer projetos” era uma coisa boa, e ela afirmou com toda sua certeza, explicando que é pelo projeto que eles conseguem as melhorias de vida, “mas tem que saber escrever projetos”.

A importância dos projetos na vida dos moradores foi também percebida nas conversas com Dona Celma, que, aliás, é uma liderança também por entender um pouco deste assunto. É por meio de projetos que a comunidade teve acesso, por exemplo, ao poço de água para agricultura irrigada da roça comunitária. A associação dos moradores, ao escrever um projeto, consegue alguns descontos e subsídios da Prefeitura. Assim, os projetos ali em Mangabeira voltam-se ao fortalecimento do capital constante, já se tratando, talvez, de um elemento do capitalismo em sua fase de centralização. Ali, assim como na dinâmica da totalidade, sob a esfera do capitalismo financeiro que permite o acesso ao crédito por meio de projetos do capitalista funcional, transforma-se o dinheiro antecipado em custo na forma de juros, contudo a particularidade do lugar está em que este dinheiro antecipado é investido no que se poderia chamar de capital constante, o que, na esfera da totalidade, teria sido superado pelo investimento em “nichos” dominados pelo capital financeiro.

Neste momento do colapso do capitalismo na esfera da totalidade, o lucro já não remunera mais o juro, sendo preciso o Estado para a socialização das dívidas que são pagas com o papel do crédito. Este momento, no Brasil, tem sua origem no Estado providência (OLIVEIRA, 1998), em que o Estado já assumia os custos da reprodução da força de trabalho para garantir a reprodução do capital nos níveis internacionais, por meio do chamado salário indireto (Op. Cit.), arcando, assim, com os custos da reprodução da força de trabalho e garantindo os pressupostos da reprodução do capital. Ali, nas comunidades das baixadas do Tabuleiro, a dependência aos programas federais que facilitam o acesso ao crédito dá o tom e

os limites deste processo, garantindo somente a reprodução familiar. É, assim, um movimento recente que, pelas conversas de campo, teve início na década de 1980, com a chegada do planejamento do Estado pela EBDA e Codevasf, intensificado pós anos 2000 com os programas sociais dos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016).

Após os anos 2000, tendo o crédito sido intensificado como fundamento da reprodução da família, há uma discussão sobre se o trabalho realizado pelo agricultor seria trabalho produtivo ou improdutivo, entendidos como aqueles que repõem (ou não) as condições de reprodução ampliada do capital sem o crédito, gerando (ou não) valor. A dependência ao crédito nos pareceu ser constante e, por que não dizer, crescente, no campo, aparecendo diversas vezes nas conversas. Um exemplo claro da dependência crescente foi o relatado por uma família do povoado do Riacho que está prestes a zerar o pagamento das dívidas junto ao Banco do Nordeste, decorrentes de um crédito utilizado para construção de benfeitorias na roça, e tem a intenção de adquirir novo empréstimo assim que sanar a dívida.⁴⁶

Entendemos, assim, que a terra, como simples condição da produção, tem valor de uso para a reprodução familiar, passando a exercer seu valor de troca (seja como possibilidade de geração de renda, no caso das terras do capital fictício da eólica, seja como geração em curso da renda das terras aguadas) no momento em

46 Dona Marivone informou ter pegado empréstimo junto ao Banco do Nordeste (Crédito Amigo). Pegou R\$ 2500,00 e vai pagar parte do dinheiro em três parcelas de R\$ 520,00 a.a. (com desconto oferecido para quem paga em dia), de forma que, se os números estiverem corretos, percebemos a permanência, via crédito, do que Oliveira (1998) chamou de salário indireto. Na data da conversa, faltava somente uma parcela, mas, segundo ela, seu filho já quer pegar um novo empréstimo. Ela, porém, não quer, porque não gosta de ficar devendo... Com este dinheiro antecipado pelo Banco, Dona Marivone e sua família construíram o coxo, para encher de água do poço aos animais, na época de estiagem. A renda familiar tem alguns custos fixos, como: plano funerário (R\$18,00/mês), plano celular rural (R\$60,00/mês), produtos de limpeza, remédios, alimentos e ração para galinha e porco que são comprados na cidade de Mirangaba. Todo mês, ela acerta o fiado do mês anterior e já abre novo fiado, para levar para a casa o que precisa. Compra-se fiado em Mirangaba e em Taquarendi, sendo uma prática comum na região.

que se torna vendável. O interesse, baseado na ideia que se faz sobre a possibilidade de criar dinheiro, movimenta a grilagem do topo da serra e precifica a terra com potencial de água em poço do entorno do povoado de Mangabeira, formando um mercado de terras. Outra pergunta que surge é se esta passagem da geração do excedente em forma da renda em produto e mais trabalho, teria como condição o desenvolvimento tecnológico e o monopólio de melhores condições de produção, de modo que o que explicaria a acumulação hoje teria deixado de ser a geração da renda em produto do trabalho do vaqueiro, para ser a renda em dinheiro do dono do poço.

Esta pergunta tem como base a ideia de que o movimento de separação do trabalho e do capital é um processo histórico que se fortalece a partir do monopólio dos meios de produção. Para Kurz (1995b), a renda gerada (aqui, na agricultura) não se explicaria pelo trabalho desempenhado, mas pelo investimento de capital em formas de valorização que independem se o investimento se dá sobre capital constante ou capital variável, importando o movimento de transformação de ambos em mercadorias para a venda no mercado, capaz de gerar excedente na forma abstrata de dinheiro. O que vimos em campo é que em Mangabeira foi o investimento em capital constante (ou seja, poço) o motor da autonomização da renda da terra dos lotes agrícolas.

Estaríamos, assim, diante do momento em que o trabalho do diarista (e antes, ainda mais particular, como vaqueiro remunerado em dinheiro) se aproxima aparentemente da terra enquanto geradora de renda (conferida pelo monopólio das forças produtivas - poço) e do dinheiro (através do crédito que vira juro), aparecendo autonomizados, porém, unificados pelo mero fluxo de renda que permeia e mascara todas as relações? Outra pergunta-chave para o entendimento do movimento da autonomização parece ser se para o proprietário da terra a fonte de rendimento é indiferente, ou se esta resposta passa a ser relevante na medida em que a mercadoria deixa de alcançar, no mínimo, o lucro médio.

Pudemos perceber diversas formas de mobilização do trabalho na passagem atual, em que a dependência reificada da mercadoria já permeia todas as relações:

o/a diarista do sisal (e suas muitas especificidades de tarefas do trabalho e formas de exploração); o diarista na fazenda; o/a agricultor parceiro, que também pode ser autônomo/a, ou não, só parceiro; o/a agricultora da roça comunitária; os meeiros e meeiras; o vaqueiro funcionário da fazenda; as mulheres da “réstia do ai⁴⁷”, que também são parte dos que não têm uma atividade constante e vivem com auxílio dos repasses financeiros do governo, além de outras formas de entrada de dinheiro na circulação local que não conhecemos ainda⁴⁸. Estas diversas formas de autonomização do trabalho são particularidades deste momento do rentismo que estamos sugerindo ser o momento da região da administração da catástrofe, em que, mesmo sem o trabalho se ter autonomizado em salário, há cada vez mais formas distintas de se acessar dinheiro (como veremos personificado em Dona Celma).

Sobre a discussão da autonomização do trabalho, podemos também levantar a hipótese de que o trabalho do agricultor no campo (visitado) seja um trabalho improdutivo, pois, ainda que esteja expropriado, a relação da expropriação não se reproduz mais pelo trabalho necessário (que se manifesta, na vida dos vaqueiros Seu Geraldo e Seu Nezinho, nas formas de remuneração em produto e dinheiro ao vaqueiro), mas pelo acesso ao crédito (o aumento constante de sua dependência para acesso à água e, conseqüentemente, aos níveis de produção local exigidos para garantir a venda dos produtos).

O processo de autonomização se manifesta em personificações, seja da terra, do trabalho e do capital, em figuras de proprietários de terra, proprietários de trabalho e proprietários de capital. Alguns momentos da autonomização, que se manifestam em formas de mobilização do trabalho e do capital, muitas vezes personificam-se em uma única pessoa ao longo de sua vida, como em Seu Celestino, tio de Ademir.

⁴⁷ Réstia do alho.

⁴⁸ Boatos e falas escondidas não dão certeza sobre a não plantação de maconha em meio aos sisais... Falas soltas que apareceram em algumas conversas, desde 2015, no sentido de me alertar para o perigo de realizar campo na área do sisal, por causa da plantação de maconha; e em 2016, em comentários de conversa entre os meninos.

Aos 20 anos de idade, em 1960, Seu Celestino começou a trabalhar como vaqueiro na fazenda de um sujeito de Taquarendi, dono de 1000 tarefas de terra. Na época, já era casado e sua família toda trabalhava, alguns no sisal e outros na “meia”, na propriedade do patrão. Neste esquema de “meia”, os custos da produção eram todos de responsabilidade da família trabalhadora e o patrão (dono da terra) entrava somente com a propriedade. A produção era, por fim, dividida em dois. Neste formato, muitas vezes a família pagava para um diarista ajudar no trabalho da roça, pois o trabalho em família, já mobilizado em partes no sisal, “não dava conta”. Enquanto isso, o acordo de trabalho de Seu Celestino era visto por ele como: “Ganhava só meu tempo do trabalho... não dava para guardar dinheiro... só dava *pra* pagar as despesas da casa”. Ou seja, para ele, o mais-trabalho não pago estava obscurecido pela ideia de que recebia pelo tempo de trabalho desempenhado, não explicitando, para nós, sua produção de excedente ao proprietário. Somavam-se, então, para a reprodução de sua família o trabalho do vaqueiro (que, segundo Seu Celestino, era muito mal remunerado), a “meia” e o trabalho no sisal, até que em 1992, ele resolveu “parar de ter patrão” e resolveu plantar sua própria roça.

Foi então que, como já descrito, Seu Celestino herdou 100 tarefas de terra de seu pai (posseiro) e conseguiu crédito para furar o poço, vivendo hoje em dia da renda da produção de seus produtos agrícolas. Atualmente ele, que tem a aposentadoria colocando-o em um patamar privilegiado de acesso ao dinheiro, prefere pagar R\$ 100,00 pela hora do trator para arar a terra⁴⁹, a realizar outro tipo de relação de trabalho seja a parceria, o mutirão ou a diária, para arar.

A mercadoria e seu alcance potencializado pelo crédito, bem como a presença maior da juridificação das relações de trabalho, são símbolos fetichizados de melhoria de vida que aparecem positivamente... Expomos assim, porque, como acima analisado, o crédito e a água aparecem como melhorias, pois aumentam o acesso ao dinheiro mas produzem excluídos que também estão inseridos, pela

⁴⁹ A associação de Paranazinho possui trator e seus sócios pagam um valor mais baixo, R\$60,00 a hora.

exclusão, neste mundo das mercadorias, tornando-se, talvez, por esta relação de inclusão pela exclusão, ainda mais excluídos do processo. O fetiche aparece, por exemplo, na fala de Seu Celestino, “O tempo bom é esse presente que tem hoje, os *camelô* tem tudo e dá *pra* comprar a crédito”, que não questiona o aumento de sua dependência a estas mercadorias, nem a necessidade de ter que ter cada vez mais dinheiro e, conseqüentemente, precisar se auto-explorar para ter acesso à renda de sua propriedade irrigada, ou trabalhar para terceiros.

Outra figura reveladora das diversas formas de mobilização do trabalho e acesso a formas particulares de renda que parecem exigir cada vez mais dispêndio de trabalho é Dona Celma. Seu poder, como veremos, depende de sua venda em pelo menos quatro relações de trabalho.

Dona Celma, para obter o dinheiro para reprodução de sua família, precisa se inserir nas seguintes relações de trabalho: a roça comunitária da associação, a roça em que trabalha como meeira, a sua própria roça de sequeira e a área do fundo de pasto (além de ser presidente da associação e dona do bar em sua casa). Todos esses lotes, exceto a última área, localizam-se nas proximidades de sua residência, com maior ou menor acesso à água. A área de uso comum do fundo de pasto está localizada no topo do Tabuleiro. Lá, entre os gados, alguns moradores plantam mandioca e, quando abandonam, não podem negociar a terra (arrendar ou vender), pois o uso é comum a todos. Dona Celma disse ter “uma mandioca lá em cima”. Pelo tipo de cultivo, a mandioca não necessita de muitos cuidados, o que permite que ela vá poucas vezes para o topo do Tabuleiro, não recebendo, também, uma produção significativa para sua reprodução. Lá em cima, os moradores retiram madeira, que usam para fazer cerca para o bode e queimar no fogão, além de colher mangaba e ulicuri para vender na feira de Taquarendi e Mirangaba.

Em seu lote particular, ela não trabalha mais, diz que “abandonou” por não ter tempo, e preferiu trabalhar como meeira. Sua escolha se baseou no fato de sua propriedade não ter irrigação (ser uma “sequeira”), enquanto na “meia” há irrigação por gotejamento, o que aumenta a rentabilidade ao proprietário, que,

por sua vez, viabiliza sua relação de “meia” e proporciona um plantio mais diverso dos produtos. Ali na “meia”, o pagamento ao proprietário da terra é feito em dinheiro, quando o montante adquirido com a venda dos produtos é dividido 50% para cada um. A renda da terra aparece, finalmente, em sua forma dinheiro, porém particularizada por estar, ainda, balizada pela quantia dos produtos. Novamente se revelam os limites da análise, ao não se enquadrar a realidade nas categorias teóricas, que exigem, para que haja renda diferecinal, total descolamento da produção. É Dona Celma quem faz a venda dos produtos para o atravessador, que compra direto na propriedade, e ela repassa a metade do dinheiro ao proprietário. Os custos da produção também são divididos: irrigação e energia quem paga é o proprietário da terra, as sementes e o “veneno” têm o custo dividido ao meio (aumentando o custo de Dona Celma), que ainda entra com trabalho. Nesta roça, Dona Celma planta para vender feijão, milho, pimentão, tomate, alho e mandioca e, a seu lado, sem divisão de cerca, Seu Vavá (o Vadinho), outro meeiro, planta os mesmos produtos. Eles se ajudam na plantação, trocando favores constantemente (Anexo 4 - Foto).

Ambos também utilizam um pedaço pequeno da terra da meia, irrigada, para plantar para consumo próprio. Nesta área, não usam veneno e plantam todo tipo de produto de consumo familiar em pequeníssimas quantidades: mandioca, feijão, abóbora, abobrinha, couve, alface, tomate, salsa, cebolinha, vagem e quiabo, entre outros.

A renda proporcionada pelo acesso à água parece ser tão significativa que seus produtos são revendidos no mercado de Mirangaba e Jacobina, alcançando um mercado de extensões maiores, entrando no circuito de concorrência de níveis mais exigentes de preço de comercialização das mercadorias. Esta renda remunera o proprietário e possibilita que Dona Celma receba uma remuneração por sua exploração que aparentemente parece lhe conferir um montante maior de dinheiro que os demais trabalhos realizados na roça. Para aumentar seu acesso ao dinheiro, Dona Celma promove uma forma ainda mais particular de

expropriação, em que outras mulheres comadres fazem a “réstia de ai⁵⁰” no seu quintal, agregando valor à mercadoria da “meia” (Anexo 4 - foto).

Segundo ela, se não faz a réstia, nem vende o alho... Para as mulheres que fazem a réstia, apareceu em suas falas que este trabalho é uma forma de Dona Celma dividir com elas a possibilidade de acesso ao dinheiro, colocando Dona Celma em um lugar de solidariedade; já para Dona Celma, aparece como sendo a única forma de conseguir realizar a venda do alho. Parece-nos que onde há baixa circulação monetária, a expropriação entre as pessoas da própria comunidade é ocultada pela ideia de bondade ao oferecer às pessoas sem fontes de renda a possibilidade de acesso a algum dinheiro. Assim, Dona Celma paga R\$ 0,40 para cada réstia trançada por suas amigas e as revende por cerca de R\$ 10,00, evidenciando a exploração entre si próprias⁵¹. Cada mulher, em um dia bem produtivo, chega a produzir 60 réstias, o que equivale a R\$ 24,00. Fica a pergunta se, proporcionalmente, o tempo despendido por Dona Celma custa mais ou menos que o tempo despendido pelas mulheres da réstia, para entender quem está em uma relação de maior ou menor exploração: o trabalho da meia ou o trabalho da réstia.

Nota-se que essas mulheres disseram não possuir roça de agricultura irrigada, não tendo, assim, acesso à renda diferencial, vivendo de programas de auxílio do governo federal, como o auxílio Garantia Safra, Bolsa-Família e aposentadoria de alguém da família, sendo o trabalho nas réstias de alho algo pontual no ano. Assim sendo, elas estão, para nós, expropriadas para além de Dona Celma, e a possibilidade de acesso ao dinheiro, colocando-as na condição de expropriadas também por Celma, nos demonstra que o dinheiro, ainda que não abundante, organiza as relações sociais locais. Fica aqui a pergunta: o montante de dinheiro

⁵⁰ Réstia de alho, tranças de alho.

⁵¹ O cálculo do preço de cada réstia foi feito por mim, pois Dona Celma não falou claramente a proporção destes valores. Talvez, ela não tenha clareza exata da diferença dos preços, pois sua noção do preço de venda tem 50 kg como unidade (e não a réstia), que ela vende por R\$ 350,00 (o que dá R\$ 7,00 o kg da réstia que, por sua vez, pesa em torno de 1,5 kg).

obtido por Dona Celma, por sua vez, não seria decorrente da valorização do alho, pois houve trabalho na elaboração das réstias?

Nossa hipótese é que parece ser trabalho em processo de autonomização, de modo que as tranças produzidas pelas mulheres das réstias de alho conteriam parte do capital variável circulando junto com o alho, ao mesmo tempo que a remuneração destas mulheres se dá pela produtividade de seu trabalho (e não um preço pelo tempo de trabalho, estabelecido previamente à produção da réstia). A relação de valorização do alho pelo emprego de trabalho (elaboração das tranças) carregaria consigo, no preço final do alho, sua expressão. Haveria, assim, uma relação desigual necessária entre o valor de troca da mercadoria réstia realizando-se no mercado com seu preço e a remuneração ao trabalho desempenhado pelas mulheres que fazem a trança. Só com esta desigual relação é que Dona Celma continua expropriando suas amigas em uma relação que aparenta ser de solidariedade. O trabalho ainda que não se tenha totalmente autonomizado, fica na esfera direta da expropriação entre expropriados, pois não podemos esquecer que Dona Celma também está em uma relação de expropriação com o dono da terra da qual ela é meeira.

Neste processo de segregação, percebe-se, aparentemente, a completa naturalização da exploração entre os pares, justificada pela moral do trabalho que deu a Dona Celma, mulher tida por todos da comunidade como uma batalhadora e trabalhadora, que “vale por duas”, a condição de expropriar suas amigas na feitura das réstias, em um processo no qual ela também está na condição de expropriada.

Além desta fonte de renda, Dona Celma também participa da roça comunitária (da associação), que também é irrigada. Nesta área, o lote (localizado poucos minutos a pé do povoado de Mangabeira) pertence à associação e quem trabalha com maior frequência é um grupo de mulheres, de que Dona Celma também faz parte. De acordo com ela, os homens só trabalham quando é necessária uma força maior. Contudo, quando estávamos lá, participamos da colheita de feijão (Anexo 4 - Foto) junto a homens e mulheres, o que indica que a participação dos homens

talvez esteja mais relacionada a outros fatores – como a necessidade real de receber parte da colheita – do que a uma demanda por força física maior. Esta não coerência entre o que foi falado e o que se viu a respeito do papel desempenhado pelos homens na roça comunitária pode ser compreendida como mais uma tentativa de manter o elemento regional, do homem no centro da reprodução familiar, mesmo pelas próprias mulheres que passaram a trabalhar.

Quando perguntada como se faz a divisão dos produtos, dona Celma respondeu que varia de acordo com a participação da mulher durante o plantio, trato e colheita. Ela nos explicou que cada mulher recebe, em produto, um porcentual relacionado ao número de dias trabalhados, que, por sua vez, é balizado pela necessidade de consumo próprio, de forma que o cálculo tem como limite quanto cada família é capaz de consumir. Assim, as famílias das mulheres recebem o necessário para consumo, sem haver acumulação para acesso ao dinheiro, ou seja, acumulam a quantidade possível de ser consumida pela família antes que estrague, mas não acumulam individualmente para vender no mercado. O que poderia ser a acumulação para reprodução ampliada, o excedente da produção é vendido para o atravessador e, com o dinheiro, o grupo da associação de mulheres compra as sementes para a próxima safra, ou seja, reinveste-se na própria produção, como custo. Assim, perguntamos se haveria qualquer possibilidade de acumulação na roça comunitária, visto que o que “sobraria” retorna como reinvestimento. A partir disso, seria a necessidade de divisão da produção entre muitas famílias a razão da não acumulação em uma roça com irrigação? Parece que sim.

Para a divisão do produto entre elas, não faz diferença se em um dia teve pouco trabalho e no outro dia teve muito, pois pouco importa, conforme nos foi relatado, se uma mulher trabalha 6 horas em um dia arando a terra e, no dia seguinte, sua comadre trabalha 1 hora apertando o botão da irrigação. O que importa é a disponibilidade do tempo ofertado para a realização das atividades necessárias para que a roça comunitária aconteça, e não o número de horas em si. Ao mesmo tempo que prevalece como critério de distribuição do produto o número de dias trabalhados, o lastro para a distribuição da produção (social) é a

participação na transformação da matéria-prima e seus insumos pelo dispêndio do trabalho. O fator preponderante que determina a distribuição é o sucesso da roça, com cada uma desempenhando funções necessárias para a produção, de modo que não é determinante a quantidade de horas de trabalho desempenhada, mas sim, sua participação na realização daquilo que é necessário fazer.

Outro elemento importante nesta discussão é a não percepção, nas falas das mulheres, da consciência sobre sua exploração, de forma que o aspecto subjetivo do trabalho não se manifestou nem como forma de consciência. A idéia do tempo abstrato não parece ser um aspecto central na divisão do trabalho entre as mulheres, tampouco importando para a divisão da renda em produto. Aqui, o valor das mercadorias produzidas está em processo de substancialização, não se encontra substancializado em absoluto, quando o tempo de trabalho passa a ser central para definição da remuneração.

Nota-se que a roça da associação foi a primeira de Mangabeira a receber irrigação (em torno dos anos 2000, quando começaram a perfurar ali os primeiros poços em busca de água). Em uma primeira conversa, Dona Celma disse que o dinheiro para o investimento no poço tinha vindo de duas boas safras, de tomate e de alho, conferindo, novamente, importância ao trabalho suado na roça. Porém, depois, conversando com mais calma e pedindo mais detalhes, ela nos explicou que o poço foi perfurado pela CERB (Companhia de Engenharia Hídrica e Saneamento Ambiental da Bahia), com apoio da Prefeitura de Mirangaba.

Dona Celma apresenta, para nós, as várias faces da autonomização, pois estabelece diversas relações de trabalho que a permitem ter algum acesso ao dinheiro. Neste sentido, talvez, seu privilégio seja ser uma das pessoas mais expropriadas de Mangabeira e, por isso, alcance uma quantidade maior de dinheiro. Sua condição de ter seu trabalho explorado como meeira de uma roça que, como poucas, gera renda diferencial, também a coloca, aparentemente, em um nível de maior acesso ao dinheiro do que suas amigas da réstia. Contudo não temos certeza se a proporção do preço de seu tempo de trabalho seja maior do que o preço do trabalho das mulheres da réstia. Assim, fica a pergunta sobre se

há uma relação de proporcionalidade direta entre a exploração do trabalho e o acesso ao dinheiro.

A irrigação não chegou a todos os lotes das baixadas do Tabuleiro, mesmo com o crédito se disseminando e, pelo endividamento, igualando todos à possibilidade de acesso futuro à renda. A ausência de água “boa” (não salobra) nos povoados de Paranazinho e Riacho fez com que a roça das famílias destas comunidades de sequeira não alcançasse o preço médio, levando-os a outras formas de acesso ao dinheiro. Nestas comunidades sem acesso à água de poço ou das vazantes algumas famílias plantam somente na época da chuva (novembro para colheita em março), para consumo próprio, e outras deixaram de plantar: “Quem não tem água não planta muito *pra vender não*”, me disse Dona Marivone, do Riacho.

As famílias destes povoados vivem de auxílios do governo (como Bolsa-Família e Garantia Safra, ou aposentadoria) e do trabalho como diarista nas fazendas de gado e no sisal, que representa uma forma “rápida” (mas não menos sofrida) de ganhar dinheiro. Aqui, diferente de Mangabeira, nos foi dito ser comum o trabalho em mutirão, principalmente para limpar e cercar as terras. É comum o mutirão ser de seis pessoas, de maneira que a cada dia da semana trabalham na roça de um. Porém, com a seca dos últimos anos, o trabalho de mutirão perdeu força para o diarista, porque não há tanto agricultor para trabalhar em mutirão, liberando o trabalhador para prestar serviço tanto em grandes fazendas quanto para a roça de algum conhecido (que, em outro momento, poderia estabelecer uma relação de mutirão e agora, com pouca gente produzindo, acaba pagando por diárias).

A diária do agricultor custa em torno de R\$ 40,00, variando de acordo com o trabalho realizado (limpar na enxada, arrancar toco, fazer cerca). Nestes últimos anos de pouca chuva, o pessoal está alugando a roça para botar o gado, com pagamento que tem seu preço variando de acordo com o número de cabeças e a qualidade do pasto (se está verde e são muitas cabeças, paga-se até R\$ 50,00 por mês, ou por 15 dias, varia).

Muita gente do Riacho trabalha no sisal, pois não tem agricultura irrigada e, no sisal, tem garantia do recebimento do dinheiro. Segundo dona Marivone e Seu Reinaldo, o ganho no sisal é por produção, sendo R\$ 1,00, ou R\$ 0,50 por quilo de sisal cortado. O bom “cortador” chega a tirar de 60 kg a 80 kg por dia. Depois de cortado, o sisal é seco e desfibrado no motor. O dono do motor é quem ganha mais. Além do cortador, tem também o “resideiro” (que vai limpando as “paia” do chão), o “cevador” (que “ceva a paia”) e o “(a)marrador da fibra”. Estes são os que recebem a pior remuneração. O corte do sisal acontece depois da época da chuva, mas o pagamento ocorre semanalmente e, segundo Dona Marivone e Seu Reinaldo, o trabalhador usa todo o dinheiro para ir à feira comprar o que comer, porque quem trabalha no sisal não consegue ter sua própria roça, “... (não) tem tempo nem pra fazer sua farinha (de mandioca)”.

O trabalho no sisal é muito duro, diz-se que quem trabalha no sisal, trabalha para fazer a própria corda do enforcamento...

5.4. O Elemento de diferenciação: água

Para fechar esta primeira aproximação de análise do que vimos em campo, vamos discorrer um pouco sobre o Vale do Taquarendi e Seu Kenu, proprietário de terras no vale. A escolha de uma análise em separado de Taquarendi se deu porque esta área, entendida como forma de manifestação da dinâmica regional que, por sua vez, existe em função da dinâmica da totalidade, apresentou momentos e formas distintas de ser do processo de autonomização, em comparação com as comunidades de sequeira da Baixada do Tabuleiro, e, em especial, de Mangabeira. Por ter acesso à água do Vale do Taquarendi, o mercado de terras se formou há décadas, havendo produção para o mercado desde o tempo do algodão, passando para o alho e, hoje, com a banana. As propriedades são justapostas no leito do rio que, por sua vez, foi barrado em 1989 pela Codevasf, no alto do Tabuleiro, sob a alegação de controle da vazão para garantia da disponibilidade hídrica para irrigação ao longo dos períodos de estiagem (Anexo 4 - Foto). O que se constata, contudo, é a formação de uma barragem de

água em propriedade de fazendeiro e a falta de água cada vez maior à jusante, onde estão localizados os lotes dos pequenos agricultores.

Oliveira (1977) traz uma análise sobre este processo de barramento, dizendo ser consenso que a primeira atuação do planejamento do Estado brasileiro para o Nordeste foi sua intervenção no combate à seca (por meio do DNOCS), para resolver os problemas do que ele chama de economia regional. A própria Sudene teria sido fundamentada por este diagnóstico, divergindo-se, porém, na estratégia do combate às secas. Oliveira (Op. Cit.), no entanto, apresenta esta visão refutando-a, pois, para ele, o DNOCS, ao não repor os pressupostos da produção, não estaria fazendo planejamento.

O planejamento num sistema capitalista é sobretudo, [conforme sugerido na introdução deste trabalho], uma forma de *reposição transformada dos pressupostos da produção*; isto é, uma forma transformada da mais-valia que se repõe no processo produtivo: a ação do Estado, para ser planejada, deve ocorrer essencialmente *na passagem* entre os resultados do produto e a reposição do ciclo produtivo (OLIVEIRA, 1977: 46).

Assim, escreve Oliveira (Op. Cit.), os gastos do DNOCS não representaram transformações do ciclo produtivo, das condições de produção do algodão-pecuária do Nordeste. Significaram um reforço das condições da própria estrutura produtiva, tanto na esfera da produção quanto da circulação; representaram um esforço racionalizador, composto por excelente equipe de especialistas estrangeiros avançando no conhecimento sobre as características físicas da região. Nada se avançou, porém, no entendimento de suas estruturas socioeconômicas, da exploração dos pequenos sítiantes pelos grandes fazendeiros do algodão-pecuária. Na sequência, Oliveira explicita:

O DNOCS dedicou-se, sobretudo, à construção de barragens para represamento da água, para utilização em períodos de seca, e a construí-las *nas propriedades* de grandes e médios fazendeiros: não eram barragens públicas, na

maioria dos casos. Serviam, sobretudo, para a sustentação do gado desses fazendeiros, e apenas marginalmente para a implantação de pequenas “culturas de subsistência” de várzeas, assim chamadas as ribeiras das barragens. O investimento do DNOCS reforçava num caso ou noutro, a estrutura arcaica: expandia a pecuária dos grandes e médios fazendeiros, e contribuía para reforçar a existência do “fundo de acumulação” próprio dessa estrutura, representado pelas “culturas de subsistência” dos moradores, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes. (OLIVEIRA, 1977: 48).

Não se constata, assim, nenhuma ação de planejamento nem do que Oliveira (1977) vai almejar como o planejamento socialista, nem do planejamento do Estado capitalista, que repõe as condições de produção em termos ampliados, sendo o DNOCS a captura do Estado pelas elites locais. Para Oliveira (Op. Cit.), tratava-se de garantir formas particulares de acumulação primitiva ao garantir, pelo limite da sobrevivência, disponibilidade de trabalho quase de graça (remunerado em espécie, roupa e alimento) para construção de barragens e estradas nas grandes fazendas⁵². Para completar a perpetuação da classe dominante com a construção das barragens, Oliveira (Op. Cit.) descreve que, sob o entendimento de obras de “emergência”, muitas vezes o recurso da União tardava a chegar e quem financiava a obra era o próprio fazendeiro, fortalecendo, assim, seu poder político ao realizar uma espécie forjada de empréstimo ao Estado.

Em Taquarendi, nosso interlocutor foi Seu Kenu, o que nos traz limites sobre o entendimento de sua formação. Ele nos disse que a família dona das terras do Vale do Taquarendi eram os “Gonzagas”, família rica, dona de mais de 100 mil tarefas e 2.000 cabeças de gado. Segundo ele, a estratégia desta família foi comprar terras com acesso à água e engordar o gado. Em sua narrativa, como não tinha “gente para comprar” o gado, a família foi acumulando o rebanho. Depois, em um segundo momento, os “Gonzagas” foram vendendo suas terras, porque

⁵² Seu Bédu relatou ter trabalhado para o Estado na abertura de estradas locais, em troca de comida.

foram se mudando para as cidades (Jacobina e Salvador) e deixaram de produzir. Pelo que “Seu Keno” nos disse, é uma família que hoje continua sendo rica, formada por advogados e médicos. O que fica como pergunta desta narrativa é: por que acumular algo que não tem para quem vender? Como era exercido o poder desta família para garantir os limites de sua propriedade e a reprodução do rebanho?

Taquarendi é um distrito rural de Mirangaba, central na produção de frutas, legumes e verduras, que são revendidas tanto na sede, quanto na feira de Jacobina, de onde revendedores levam os produtos para toda a Bahia. O Vale do Taquarendi já foi um dos “principais produtores de alho da Bahia” (expressão obtida junto a diversas falas) e hoje a produção principal é de banana (segundo Seu Kenu, tem proprietário de roça de banana que mora na cidade e possui cerca de 15 funcionários). Devido à centralidade de Taquarendi conferida pelo acesso antigo à água, Seu Kenu disse que até 2010 havia um técnico do Estado dando assistência técnica agrícola em Taquarendi (não alcançando Mangabeira e demais comunidades da Baixada do Tabuleiro). Para Seu Kenu, a presença do técnico é boa, pois ele orienta os pequenos produtores, sempre fazendo duas perguntas que antecedem o investimento: primeiro, se há comprador para o produto; segundo, se a produção exige muita água. Esses são os dois pontos principais para a avaliação do risco de investimento.

Seu Kenu é de uma família proprietária de terras, seu pai, da família Mendes, era vaqueiro e produtor de rapadura e sua mãe, da família Freire, herdou terras e rebanho do pai (avô de Seu Kenu, que era agricultor, plantava arroz, cana e mamona). Não parecia ser, assim, o grande fazendeiro da região, mas já vem de uma condição de proprietário de terras, e não de posseiro, como o pessoal dos povoados de sequeira. No entanto, o que os diferencia é preciso ser, ainda, mais bem explorado a partir da história de vida de suas famílias.

Ele é casado com Dona Rica, irmã da dona da padaria de Taquarendi, com quem tem três filhas, tendo todas estudado até o ensino superior, e duas delas moram em Jacobina. A família de Dona Rica, de sobrenome Silvestre, sob o ponto de

vista de Seu Kenu, era menos abastada que ele. Ainda assim, na família Silvestre havia professores que, portanto, exerciam uma função de trabalho complexo, remunerada mensalmente, o que, em uma sociedade com baixa circulação monetária, já era um diferencial na extratificação social.

Em visita às tarefas de sua propriedade, que tem no fundo do lote a passagem do leito do Taquarendi, Seu Kenu foi nos contando como administra suas mais de 1.000 tarefas de terra, distribuídas em suas três propriedades. A moral do trabalho permeia todo o seu discurso, justificando o enriquecimento de sua família, naturalizando todos os privilégios narrados de sua trajetória. Em sua narrativa sobre como suas propriedades foram crescendo, em tamanho e número, Seu Kenu disse, reiteradamente, que foi com o trabalho próprio que conquistou, destacando o esforço desempenhado e a recompensa merecida dos privilégios garantidos. A começar pelas heranças, de modo que Seu Kenu não iniciou sua vida do zero. Somado a isso, quando contou sobre a forma pela qual teve acesso a dinheiro para a construção do poço de água em sua propriedade, já em 1985, disse, com poucas explicações, que um amigo gaúcho que trabalhava no Banco do Brasil, o ajudou (“pagando minhas dívidas”) em agradecimento pelas ajudas que Seu Kenu lhe dera, quando chegou em Taquarendi. Para Seu Kenu, este foi um episódio de sorte que é pontual diante do trabalho desempenhado como vaqueiro⁵³ durante a vida toda. O que fica claro, contudo, é, novamente, como o acesso à água foi determinante para a possibilidade da perpetuação da acumulação e como ajudas mútuas repõem situações de privilégios.

Como um “bom vaqueiro” que era, nessa época Seu Kenu recebia a “terça” da reprodução do rebanho, além do valor total obtido pela venda da produção da roça (de aguada), de mamona e milho. Assim foi que, em sua narrativa, ele

⁵³ Seu Kenu se apresenta como vaqueiro, assim como Geraldo e Ademir, não aparecendo, contudo, o trabalho como vaqueiro atualmente em sua família. Ele, diferente de Seu Ademir e Seu Geraldo, assumiu o trabalho mais autonomizado da roça, garantindo a perpetuação de sua centralidade na família. Por outro lado, autodenominar-se vaqueiro parece, também, uma forma de esconder a diferença tornando todos iguais pela identidade. Decifrar estes meandros vai se tornando cada vez mais difícil...

conseguiu comprar a picadeira, a bomba d'água (para expandir a área de irrigação), o trator (que ele aluga por R\$ 130,00 por hora para outras pessoas do Vale do Taquarendi) e outras máquinas usadas na agricultura, além do poço, da caixa e do transformador. “Foi por causa das boas safras que consegui comprar as máquinas”, diz ele, naturalizando os episódios de “sorte” que permearam sua vida.

Sobre seu trabalho atual, Seu Kenu diz não gostar de funcionários, “Não tenho funcionários nada, eu faço mais é ganhar dinheiro...”. A idéia de ter que pagar salário ou diária para alguém não lhe parece vantajosa, de modo que ele prefere ajuda do trabalho de seu sobrinho. Para Dona Rica, o marido é muito exigente com os jovens de hoje em dia e acaba ficando irritado quando percebe que eles “não fazem o serviço direito”.

Atualmente, “Seu Kenu” tem cerca de 90 cabeças de gado, que antigamente eram vendidas quando precisava de dinheiro, mas que atualmente diz ser a sua principal fonte de renda. Com a fiscalização dos últimos anos, diz não fazer mais o abate para consumo, dependendo de o caminhão levar o boi vivo ao abatedouro em Miguel Calmon (município a cerca de 70 km de Taquarendi). Sobre o trabalho na agricultura, a família ajuda na colheita da abóbora, milho e outros produtos que são vendidos para o “faisqueiro” (atravessador de pequenos produtores). Para ele, disse, “aqui o pouco é muito”, justificando sua aparente riqueza diante dos roceiros da sequeira.

A presença da EBDA na década de 1980 foi novamente citada como um “momento bom, pois trouxe muito conhecimento”. A percepção crítica ao fato de que a chegada da EBDA coincide com um novo momento de cercamento de terras não aparece, assim, em nenhuma fala, sobretudo na dele, em que o cercamento das terras não foi algo ruim (haja visto que ele manteve seu privilégio de acesso às terras úmidas e o cercamento, pelo contrário, lhe garantia tal exclusividade.)

Sobre as etapas do cercamento em Taquararendí, em frente à propriedade visitada de Seu Kenu, há lotes que não têm acesso direto ao leito do Taquarendi, sendo

lotes secos. Esta área, ele disse ter sido a última a ser cercada, e onde até pouco tempo havia gado criado solto, acessando esses pastos mais secos. Mas o pessoal foi cercando, porque “quando os vizinhos começaram a cercar, todo mundo vai cercando também”.

No caso de Seu Kenu, portanto, podemos ver a figura personificada do médio produtor rural proprietário de terra, remunerado pela renda da terra e sobrelucro de sua propriedade. Assim foi que ele acumulou, além dos privilégios pouco falados, transferindo seu custo (que, com o acesso ao crédito, é composto pelo juro do dinheiro, capital variável (que ele evita) e capital constante (máquinas e equipamentos agrícolas) às mercadorias. Sua rentabilidade ocasionada pelo acesso à água parece, assim, estar tão acima do preço médio que Seu Kenu vive uma vida sem sufoco.

Quando voltamos a Jacobina, depois dos dias de campo nas comunidades da Baixada do Tabuleiro e Taquarendi, realizamos uma conversa com o Sr. Roberto, técnico agrícola da Secretaria de Agricultura de Jacobina e um dos fundadores da ASCOOB, Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar. Ele nos contou sobre o processo de criação da cooperativa e como ela funciona hoje. A cooperativa se organizou para obter financiamento diretamente junto ao Banco Central (BC), conseguindo taxas de juros mais baixas que instituições como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste. Segundo ele, essa negociação só foi possível porque a ASCOOB financia e implementa junto a todos os seus sócios (como ele se refere aos agricultores que obtêm empréstimos) assistência financeira e assistência técnica agrícola, o que diminui consideravelmente o número de inadimplentes, alcançando um baixo nível de risco junto ao BC. Ainda assim, os primeiros anos da ASCOOB não foram positivos, a instituição fechou negativa, e teve, para conseguir fechar as contas, de alterar as regras de financiamento.

Depois de horas de conversa, quando questionado sobre a atuação da ASCOOB junto aos agricultores dos povoados da região de Mangabeira, Sr. Roberto demonstrou ser um local muito distante e de difícil acesso, e por isso não há

nenhum sócio da ASCOOB ali. Esta percepção na prática, contudo, não se realiza, pois é possível chegar à região em uma hora de automóvel, partindo de Jacobina. Dessa fala, é possível pensar que a sensação da distância por ele mencionada pode estar relacionada mais à falta de interesse da instituição por uma região em que a disponibilidade de água ainda é um fator determinante na rentabilidade das produções do que à real dificuldade de acesso. Em outras palavras, o capital financeiro ainda não teria interesse em submeter à sua lógica de reprodução uma área em que a renda diferencial da terra ainda não se consolidou e os níveis de rentabilidade são baixos, se comparados à escala regional do Nordeste, oferecendo, assim, riscos de não retorno de investimento. Ou seja, é uma área em que o capital fictício do crédito tem risco de ser absorvido localmente e não repostado ao sistema. E isso novamente demonstra haver, entre os pequenos agricultores familiares, segregações consideráveis, que variam de acordo com a escala da análise, sendo aqueles da região de Mangabeira, que não têm acesso à água, talvez o sujeito mais invisível até para quem cria possibilidades de crédito para pequenos agricultores do sertão.

6. As formas subsidiárias de integração do Nordeste à totalidade do mundo das mercadorias

Manuel Correia de Andrade (s/data), apesar de partir das condições climáticas, descreveu e analisou a sociedade do couro do sertão nordestino como uma sociedade particular, fornecedora pontual de gado às zonas da Mata e Agreste, que por sua vez eram capitalizadas pelo sistema de *plantation*. O autor analisa, sob nosso olhar, um momento da territorialização do capital (TOLEDO, Op. Cit.), quando o sertão (ANDRADE, s/data) era tributário, em uma primeira escala, ao capital que se reproduzia no Agreste e no litoral, e este, por sua vez, era tributário ao capital mercantil europeu. Nos termos de Oliveira (1977), a pecuária do sertão nordestino serviu para abastecer os grandes centros da produção açucareira do Nordeste canavieiro, conformando as bases para a subordinação do sertão ao capital mercantil que se esboçava no Nordeste açucareiro.

Em um novo momento da região, o capital internacional passava a submeter o Nordeste, ainda sem entrar na esfera da produção, apropriando-se somente da esfera da circulação de capitais, criando uma nova região, a região do Nordeste algodoeiro-pecuário (OLIVEIRA, Op. Cit.).

Em um momento mais recente, quando o Estado nacional estava em formação, durante a primeira metade do século XX, a industrialização do país se realizava no Sudeste redefinindo a divisão regional do trabalho nacional, tornando o Nordeste brasileiro o latente exército industrial de reserva, contribuindo para manter baixos os salários da força de trabalho e, assim, criando diferenciais de taxas de lucro entre o Sudeste e o Nordeste que drenaram o capital nordestino em formação para o Sudeste, centro do capital nacional (OLIVEIRA, Op. Cit.).

Sob o discurso da atenuação das disparidades regionais e a busca pelo equilíbrio regional, nascia a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), representando a ideologia do capital industrial que reiterava o desenvolvimento desigual e combinado inter-regional sob a aparência de planejamento do Estado desenvolvimentista. O planejamento, neste contexto de desigualdades inter-

regionais, aparece como um instrumento que superaria tais contradições, muito bem desvendado por Oliveira (1977), como demonstrado neste trecho:

O que o planejamento **não pode** realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria: a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não-pago; mas desde que o planejamento no sistema capitalista se limite a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, se limite a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese, o planejamento no sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. Pode operar, exatamente neste sentido, **na mudança da forma** da mais-vaia que deve ser repostada para a continuidade do ciclo (OLIVEIRA, 1977:24. **Grifo meu**).

A multiescalaridade mostra-se, aqui, chave para a compreensão dos sucessivos momentos da *região* (OLIVEIRA, 1977; GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982) do Nordeste como um todo, tributária ao capital nacional e internacional, que atualmente já não se explica mais por uma regionalização de um Estado produtor de *mais-valia*, como na década de 1950. Se, então, o Estado se realizava no movimento de centralização e integração do capital monopolista em nível nacional, a partir da utilização do imposto como crédito antecipado do capital produtivo industrial (OLIVEIRA, 1977), aqui nos parece, pela vivência do trabalho de campo e outras leituras, um Estado gestor da crise, tanto em nível estrutural (por meio do subsídio para instalação de complexos eólicos, via BNDES, por exemplo) quanto no nível da reprodução familiar (por meio de programas de crédito que viabilizam o consumo mínimo para sobrevivência, e/ou promovem o acesso à água, alavancando novas formas particulares de acumulação).

Especialmente, o estudo em curso de um processo particular de territorialização do capital, a partir da região, está nos revelando as disparidades da reprodução das relações sociais, que germinam em âmbito mundial e se materializam, particular e localmente, apresentando diferentes graus de resistência à lógica determinada pelo mundial, e, portanto, ao processo de homogeneização.

6.1. Uma breve discussão sobre o Fim da região: o Século XX: do ajuste espacial à crise do valor

Caberia perguntar quais as mudanças entre as formas de regulação do Estado nacional atual, em que os níveis da reprodução capitalista são determinados pelo capital fictício (MARX, 1986), apara a regulação estatal ocorrida na década de 1950⁵⁴, que se realizava no movimento de centralização e integração do capital monopolista em nível nacional, a partir da utilização do imposto como crédito antecipado do capital produtivo industrial (OLIVEIRA, 1977).

Neste sentido, nos termos de Francisco de Oliveira (Op. Cit.), seria o planejamento do Estado nacional brasileiro voltado ao Nordeste (via Sudene) uma forma de racionalização da reprodução ampliada do capital, que impôs uma mudança da forma da mais-valia a qual deve ser repostada para a continuidade do ciclo? Teria este modelo de Estado entrado em colapso ao não ter seu investimento sido realizado na valorização do valor, de forma que teria ocorrido uma fuga de capitais, levando ao descolamento crescente entre trabalho substancializado e dinheiro? Seriam estas as passagens do Estado-providência para o Estado da crise; ou da região do planejamento para região catastrófica? Pensando nestes processos, esboçamos a discussão inacabada (mesmo que se quisesse acabar, não haveria como) abaixo.

⁵⁴ Em *A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política*, Robert Kurz apresenta os níveis de atuação do Estado moderno, entre os quais destacamos o quinto nível das políticas de subsídio e protecionismo, garantindo a sobrevivência de empresas privadas (Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm>).

A primeira metade do século XX foi marcada pela consolidação da supremacia do capital industrial do Sudeste brasileiro sobre a oligarquia agrária nordestina. A relação centro-periferia passava a ter nova escala: a escala nacional. A centralização do capital no Sudeste reformulou o papel do Estado nacional, que passou, então, a desempenhar o papel de agente da divisão social do trabalho, transformando-se também em produtor de mais-valia. Há, neste processo, a fusão do capital privado e do capital estatal na figura do Estado monopolista (OLIVEIRA, 1977). Adiantamos que, a partir de 1930, a expansão do capitalismo nacional se deu em uma crescente realização interna do valor gerado internamente (OLIVEIRA, 1977), que, entendemos, em um determinado momento deixou de se realizar, pois esta crescente realização interna do valor só ocorreu acompanhada do também crescente financiamento interno da economia.

A aliança entre Estado, incipiente burguesia industrial nacional e o capitalismo financeiro internacional consolidava-se. O capital da burguesia industrial do Centro-Sul, que é a realização do capital financeiro internacional no Brasil, personificado pelo planejamento estatal, buscou penetrar no Nordeste sufocando a burguesia industrial nordestina (industriais do engenho). Primeiramente, a penetração de mercadorias do Centro-Sul, mais a penetração dos próprios grupos econômicos do CentroSul (que precedem a Sudene) destruíram a economia de base nordestina por propiciarem uma acumulação diferencial extraordinária. A instalação de indústrias de capital externo ao Nordeste levou a uma superacumulação, graças à alta composição orgânica de seus capitais associada ao baixíssimo custo de reprodução da força de trabalho, proporcionando assim uma renda diferencial significativa (OLIVEIRA, Op. Cit.) que sufocou o desenvolvimento da incipiente indústria nordestina.

Este momento é entendido por Francisco de Oliveira (Op. Cit.) como a revelação de que em um sistema capitalista existe uma tendência à homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, que acabaria por extinguir as regiões. Dentro desta discussão, a tentativa do ajuste espacial (HARVEY, 2005) representaria a expansão geográfica na tentativa de estabilização do capitalismo. Harvey (2005), ao analisar esta questão, define que a principal contradição que

leva à necessidade de extrapolar territórios já envolvidos pela lógica da reprodução capitalista está na relação entre superacumulação e desemprego, que, a partir de certo nível de desenvolvimento das forças produtivas, impossibilita auferir lucro a partir do investimento industrial. Esta contradição apontada pelo autor põe em risco a reprodução tanto da classe trabalhadora quanto dos industriais, configurando-se em um momento de crise e levando à necessidade de realização de ajuste espacial.

Neste sentido, o ajuste espacial seria compreendido como resposta positiva às tensões (ainda que não as resolva) inerentes ao processo de acumulação ampliada, decorrentes da dependência de elementos básicos para sua realização. Tais elementos básicos constituíam a disponibilidade de excedente de força de trabalho (exército industrial de reserva) para alimentar a expansão da produção; a disponibilidade de meios de produção em todas as suas formas (máquinas, matérias-primas, infraestrutura de transporte e energia, entre outros) que possibilitassem a expansão espacial da produção; e a existência de mercado consumidor capaz de absorver as mercadorias produzidas amplamente (HARVEY, Op. Cit.).

Desde os anos de 1930, a política econômica do Brasil esteve pautada pela lógica desenvolvimentista nacional, impulsionada pela idéia positiva da tardia incorporação do país à reprodução capitalista monopolista. Buscando sempre superar a ideia de “atraso” econômico, que coloca o Brasil na periferia da lógica de reprodução ampliada do capital (HARVEY, 2005), o Estado apresentou, em suas tomadas de decisão sobre a destinação de recursos públicos, a mola propulsora de constituição das condições fundamentais da acumulação capitalista (HARVEY, Op. Cit.).

A partir de 1950, com o processo de mundialização da sociedade urbana realizando-se no Brasil, tem-se a homogeneização e a racionalização do espaço, que, apoiadas financeiramente nos organismos de crédito governamentais e em isenções fiscais globais, setoriais e regionais (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982),

viabilizam um novo momento da territorialização do capital do Estado nacional atrelado à expansão do capital monopolista mundial.

Neste contexto, os países centrais, principalmente os EUA, passam por uma fase de superacumulação de capitais decorrente da inovação tecnológica propiciada pela Segunda Guerra, que, associada principalmente aos bens de produção, reintegra o Brasil em uma nova divisão territorial do trabalho, determinado pela necessidade de expansão do capitalismo monopolista.

A economia transnacional pós Segunda Guerra Mundial, da chamada Era de Ouro, necessitava cada vez mais investimentos de capital intensivo e, concomitantemente, cada vez mais consumidores (HOBSBAWM, 1995). Assim, as economias do chamado “Terceiro Mundo” tinham importância como

(...) fornecedores de produtos primários – matérias-primas para indústria, energia e produtos agrícolas – e como uma **saída para o investimento do capital nortista, sobretudo para empréstimos a governos e para a infraestrutura de transportes, comunicação e cidades**, sem o que os recursos dos países dependentes não podiam ser eficazmente explorados (HOBSBAWM, 1995, p. 203. **Grifo Nosso**).

Podemos, aqui, estabelecer o debate entre duas formas de pensamento sobre as determinações do capital, via Estado, em uma região: sua transformação em zonas de localização diferenciada de atividades econômicas (OLIVEIRA, 1977), simultaneamente à tentativa de ajuste espacial (HARVEY, Op. Cit.), que, por sua vez, está intrinsecamente relacionado à crise de superacumulação dos países centrais pós Segunda Guerra; e a financeirização da economia, acompanhada pela constituição dos fundos públicos (OLIVEIRA, 1998) como formas de composição de um dinheiro dessubstancializado de valor (KURZ, 1995b) que, ao se generalizar, em um processo de transformação de dinheiro em mercadoria, submete todos ao endividamento pelo acesso ao crédito.

Com a expansão do capitalismo em escala mundial, a expansão industrial nacional se fez sob o modelo de concorrência oligopolista que, ao promover a concentração de capitais nos níveis de oligopólio, alcançou sua centralização. A centralização dos capitais, que ocorre às custas do capital já existente, fez, necessariamente, redefinir a estrutura produtiva, conferindo novo papel ao capital financeiro e ao Estado.

O processo de autonomização do capital é central no entendimento desta passagem da concentração para centralização de capitais, que, por sua vez, coincide com a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo e à crise do Estado-providência (OLIVEIRA, 1998). Na esfera do capital, a autonomização constitui-se na separação do lucro em juro e ganho empresarial, em um processo de separação do trabalho/trabalhador complexo do dono do capital (MARX, 1986). É o processo de centralização e exploração entre os próprios capitalistas. A competição entre os próprios capitalistas, neste movimento de centralização de capitais, faz aumentar a taxa de exploração do trabalho, redefinindo o caráter produtivo ou improdutivo do trabalho. Nesta redefinição, o próprio caráter do Estado populista se perde, pois deixa de ser central a ambiguidade entre Estado e classes sociais. A questão que se coloca como central passa a ser da divisão social do trabalho, ou seja, dos setores em que há produção e realização do valor e aqueles tidos como não repositores do valor, como o salário indireto ou produtores de antimercomadorias sociais (OLIVEIRA, 1998), quando não há lucro nem mais-valia (investimentos em bens e serviços sociais).

O Estado financiador de setores improdutivos, típicos alvos do populismo, como saúde e educação, é colocado em questão. O padrão de financiamento público da economia capitalista é fortalecido, ao mesmo tempo que é redirecionado: o fundo público, em suas diversas formas, foi o pressuposto do financiamento da acumulação do capital (recursos para ciência e tecnologia para competir nas exportações, juros subsidiados para setores de ponta, subsídio agrícola, *blue chips* – utilização de ações estatais de alta liquidez, qualidade e ganhos) de um lado, e do financiamento da força de trabalho (educação universal e gratuita, medicina

socializada, previdência social, seguro-desemprego, subsídio para transporte, entre outros exemplos) de outro. Ou seja, viabilizou-se a valorização (ou a industrialização nacional) pela dívida pública. Nas palavras de Oliveira (1998),

(...) o fundo público é agora um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em lugar de seu caráter *ex-post*, típico do capitalismo concorrencial. Ele é referência *pressuposta* principal, que no jargão de hoje *sinaliza* as possibilidades de reprodução. Ele existe “em abstrato” antes de existir de fato: essa “revolução copernicana” foi antecipada por Keynes, ainda que a teorização keynesiana se dirigisse à conjuntura. A per-
equação da taxa de lucro *passa* pelo fundo público, o que o torna um componente estrutural insubstituível.

Do lado da reprodução da força de trabalho, a ascensão do financiamento público não foi menos importante (OLIVEIRA, 1998:21).

Os fundos públicos que se constituíam também por salários indiretos aparecem então como uma espécie de financiamento público do capital variável, necessário à acumulação do capital, e um dos responsáveis pela crise do Estado-providência, conforme analisado por Oliveira (1998). Em diálogo com Kurz (Op. Cit.), o fundo público poderia estar em relação ao que o autor analisa como trabalho improdutivo, ou seja, aquele empregado não diretamente na produção real de mercadorias. A análise dos autores converge para o entendimento que este processo, que tem o Estado-providência como central, ao não repor o capital produtivo entra em colapso na esteira da formação de um capital que vai se ficcionalizando.

Em outras palavras, a financeirização que acompanhou necessariamente a realização do valor interno nacional (industrialização nacional) aparece nos investimentos do Estado nos fundos públicos, que, assim, poderiam ser compreendidos como dinheiro emprestado não utilizado para a produção real de mercadorias, ou seja, não mobilizado em trabalho abstrato. Este processo de

fuga de capital, quando empregado em larga escala, acaba por destacar crescentemente o capital que rende juros do processo real de valorização, até se tornar “capital fictício” (KURZ, Op. Cit.). A infraestrutura social e os créditos estatais que Kurz (Op. Cit.) analisa como sendo mediadores de mais-valia, ao não serem reinvestidos diretamente no processo produtivo (e produzirem mais-valia em um processo de substancialização do valor) não valorizam o capital e contribuem para o descolamento do dinheiro que se multiplica sem substância. O fundo público parece ter sido, assim, um dos agregados da composição do “capital fictício”:

(..) o pressuposto lógico do crédito é que só no caso de um real uso capitalista, com produção real da mais-valia, é possível obter os juros necessários para pagar. No crédito estatal, as coisas são diversas desde o início, porque ele desaparece por inteiro no mero consumo social. Ora, também as rendas provenientes do pagamento dos juros por parte do Estado são tratadas “como se” fossem consequência de uma real produção de mais-valia. Por isso, entre os agregados do “capital fictício”, Marx indica o crédito estatal, a especulação comercial com simples títulos de propriedade e o volume “podre” de metacréditos que cobrem créditos já perdidos (KURZ, 1995b, Nota 17).

O Estado monopolista passa a funcionar como pressuposto da acumulação do capital geral, confundindo o capital público e capital privado. Os recursos do tesouro público passam a funcionar como um *ex-post*, ou seja, de antemão, em sua previsão, já orientam o comportamento posterior da economia, servindo, assim, como capital financeiro a serviço dos oligopólios. Esta relação, aponta Oliveira (1998), retirou o capital constante e o capital variável de suas funções de parâmetro-pressuposto na reprodução do capital, colocando no lugar o fundo público em relações individualizadas para cada capital. Assim, enquanto o fundo público permitiu aumentar a taxa de lucro do capital individual, provocou a diminuição da taxa de excedente global, pois não retornava ao Estado. Este não retorno do fundo público acaba por torná-lo um anticapital e, mais do que isso,

trata-se de um dinheiro que não contém valor sustentando a reprodução do capital.

Assim, ao não ser reinvestido nos ramos de valorização do valor, o Estado consumia parte do excedente, em um momento em que o processo de concentração e centralização do capital exigia o reinvestimento total do capital em setores produtivos (OLIVEIRA, 1998).

A crise do Estado-providência, para Oliveira (Op. Cit.), esteve, assim, na disputa entre fundos públicos destinados à reprodução do capital e fundos que financiam a produção de bens e serviços sociais públicos, ou seja, na disputa pelos recursos estatais entre capital e trabalho. O fundo público, ao realizar esta função das despesas sociais públicas, para Oliveira (Op. Cit.) teria desempenhado importante alavanca para o crescimento do mercado, especialmente do de bens de consumo. O salário indireto teria, assim, alimentado o consumo de massa ao liberar parte do salário direto (ou da renda domiciliar) para o consumo, o que, para o autor, seria uma conquista da classe trabalhadora.

O fundo público, ao se constituir como um subsídio estatal para remuneração do capital variável e capital constante, possibilitou que o capital particular não realizasse a sua autovalorização (pois não remunerou o Estado completamente), provocando um

(...) agigantamento das forças produtivas de tal forma que o lucro capitalista é insuficiente para dar forma, concretizar, as novas possibilidades de progresso técnico abertas (OLIVEIRA, 1998:31)

devido ao enorme desenvolvimento das forças produtivas. Na aparência, fica o desenvolvimento intenso e extensivo do sistema capitalista (de suas forças produtivas); na essência, ocorre a ampliação da desvalorização do valor e endividamento estatal. O argumento de que a expansão capitalista, como tentativa de resolução da contradição interna ao capital, qual seja o desequilíbrio entre os dois departamentos da economia e a conseqüente queda tendencial da

taxa de lucro⁵⁵, parece não resolver mais o entendimento completo da reprodução crítica capitalista, pois esta passa a ocorrer sobre uma base dessubstancializada de valor. A explicação sob o ponto de vista do ajuste espacial (HARVEY, 2005) também nos parece insuficiente, pois a contradição inerente da crise de superacumulação que outrora se manifestava em ajustes espaciais passa a se realizar sobre relações que não têm, em si, os elementos fundamentais da reprodução capitalista, trabalho e valor, pois têm sustentação no financiamento do capital variável e do capital constante pelos fundos públicos, que ao não retornarem ao sistema não se configuram em capitais. A reprodução do capital passa a ocorrer de forma ficcionalizada, de forma que o ajuste espacial, que tem o excedente de capital como crise, deixa de explicar a dinâmica da territorialização do capital, que agora se dá pelo endividamento de um capital que parece nunca se realizar.

(...) o fundo público não opera como tendência contrarrestante à queda tendencial da taxa de lucro: de fato, ele é a expressão dela, e sua necessidade estrutural insubstituível não se dá porque o capitalismo esgotou as possibilidades de acumulação; ao contrário, **o fundo público comparece como viabilizador da concretização das oportunidades de expansão, em**

⁵⁵ A Queda Tendencial da Taxa de Lucro é por nós compreendida como fruto do seguinte processo aqui resumidamente apresentado: na busca constante de alta produtividade, os capitalistas investem largamente no desenvolvimento de novos maquinários (Departamento I da economia) e, assim, provocam um encarecimento da composição orgânica do capital do Departamento I. Este capital investido não é realizado dentro do tempo socialmente necessário, pois o tempo de rotação do capital do referido departamento é baixo, se comparado com o tempo do Departamento II. Dessa forma, o Departamento II, produtor de bens de consumo, amplia forçadamente sua produção, para ter capital disponível para compra do maquinário mais produtivo, produzido pelo Departamento I. Assim se compõe a chamada crise de desequilíbrio entre os dois departamentos da economia, ou crise do capital social, responsável pela desvalorização forçada da força produtiva, que, por sua vez, é exportada aos países em industrialização e pelo aumento expressivo de bens de consumo no mercado. A Queda Tendencial da Taxa de Lucro, cujo fundamento está expresso na equação Taxa de Lucro = Mais-Valia/Capital Constante + Capital Variável, também aparece como consequência, pois o investimento em capital constante, ao crescer no denominador da equação, alcança níveis insuperáveis pela mais-valia, provocando queda na taxa de lucro, mesmo com mais-valia crescente. Produzem-se mais mercadorias com menos valor.

face da insuficiência do lucro frente ao avassalador progresso técnico. (...)

A consequência teórica profunda é que a lei da tendência declinante da taxa de lucro se afirma pela retração da base social global de exploração, enquanto se tomarmos a velha fórmula em seu sentido original a base social de exploração se ampliaria (OLIVEIRA, 1998:34. **Grifo Nosso**).

Parece-nos, assim, que a contradição do fundo público está em que ele, ao mesmo tempo que configura como aparente o pressuposto da reprodução do valor, contém em si sua negação (ao não retornar como capital). Seria pressuposto, pois financeira a reprodução do capital variável, essencial à produção e realização do valor. No entanto, contém sua negação, pois este financiamento ocorre em proporções que se configuram em fuga de capital produtivo, pois não se realiza ao não produzir mercadorias ou não realizar seu consumo produtivamente (consumo realizado por meio do emprego do capital produtivo (KURZ, Op. Cit.). Assim, neste sentido, entendemos que a atuação do Estado do planejamento, via fundo público, ao ter em seus elementos constituintes a não valorização do valor, expressaria sua incapacidade de valorização e superação da crise.

Kurz (Op. Cit.) complexifica esta questão ao defender a ideia de que, mesmo os fundos públicos tendo sido destinados para reprodução do capital, estes precisariam que o capital realizasse no mínimo o juro para que não se configurasse em fuga de capital. Se não, o próprio capital adiantado pelo Estado no processo produtivo seria mera produção de papel-moeda sem valor, acirrando ainda mais a crise do valor.

Partindo da análise crítica da relação contraditória entre capital e trabalho, em que trabalho é entendido como dispêndio abstrato da energia humana no processo da racionalização empresarial e valor sendo a sua substância (portanto, medido em tempo abstrato despendido), Kurz (Op. Cit.) aponta o dinheiro como forma fenomênica do valor econômico, ou “uma fantasmagoria fetichista da consciência social objetivada”, sendo dinheiro e valor duas faces da mesma moeda. Para o autor, no processo de valorização do dinheiro, o meio fetichista se

tornou o fim em si mesmo, de modo que, diferentemente de Oliveira (1998), o autor não aponta para uma superação desta contradição (que para Oliveira [1998] ocorreria pelo maior controle do Estado, concretamente iniciando-se pelos fundos públicos), mas sim, aponta para o acirramento deste processo de falsa autonomização (entre capital produtivo e capital fictício), em que o dinheiro (“esta forma morta”) passa a subordinar a si as necessidades humanas. Esta falsa autonomização é entendida pelo autor como uma segunda potência da autonomização: não somente a separação dos fatores de produção, mas uma ampliação da separação, quando o lucro já não é mais suficiente para pagar o juro e as relações capitalistas vão se centralizando, ao passo que o capitalista financeiro vai superando o capitalista empresarial.

Para Kurz (Op. Cit.), a desvinculação entre o dinheiro e a forma abstrata do trabalho leva à multiplicação do dinheiro mais rapidamente do que se gera valor, do que se acumula trabalho morto, que se destaca, assim, da sua própria base. Deste processo de obscurecimento nasce a ilusão de que o dinheiro pode se desenvolver independente da substância abstrata do valor, que é o trabalho. Nestes termos, o autor ilumina o processo de transformação do dinheiro em mercadoria, com cotações em mercados, sendo o juro a forma de ser do preço do dinheiro.

Neste processo de investimento de capital pelo Estado em áreas que constituem o que Oliveira (1998) chama de salário indireto, o Estado buscou reproduzir pressupostos da metrópole na região em crise, e o que parecia ser uma contratendência da queda da taxa de lucro, pela expansão do consumo (tanto das mercadorias do Depto. I quanto do Depto. II), num movimento aparente de ajuste espacial, resultou na manutenção crítica de uma região catastrófica, porque agora totalmente endividada no nível familiar, fígada pelo desejo do consumo.

Assim, o fetiche da mercadoria, que antes movimentava a reprodução do capital individual, parece ter outra forma de manifestação, agora no Estado, o qual passa a viabilizar a continuação da exploração, pela reposição continuada do capital e

da força de trabalho (OLIVEIRA, Op. Cit), sob a necessidade de investimentos do anticapital.

O investimento em áreas não produtivas do capital para Kurz (Op. Cit.) se configura em um ponto de inflexão deste processo que o autor chama de falsa autonomização, de descolamento do dinheiro ao valor. Para o autor, o ciclo do capital se fecha e, portanto, ocorre a realização do valor, não somente quando investido em áreas em que o trabalho despendido valoriza a mercadoria em seu processo de produção, mas também quando o consumo é realizado por meio de capital. Assim, nestes termos, para que o capital se realize ele precisa também ser consumido produtivamente. Sob esta perspectiva, o fundo público se configuraria sim em mais uma forma de descolamento do valor ao dinheiro, ao representar investimento em formas de mediação da mercadoria, e não diretamente na produção real de mercadorias.

Oliveira (1998) se aproxima desta ideia ao afirmar que o fundo público, solidificando-se como pressuposto da acumulação, passa a constituir a base de cálculo da taxa de lucro e, nesta generalização, traz a contradição do dinheiro sem valor para dentro da queda tendencial da taxa de lucro. Assim, para o autor, perde-se o controle da regulamentação à política monetária, pois a moeda deixa de ser a expressão do tempo de trabalho socialmente necessário para ser a expressão monetária entre credores e devedores (OLIVEIRA, Op. Cit.).

O fundo público funcionando como pressuposto geral vai, assim, transformar a relação $D - M - D'$ em uma equação na qual o dinheiro inicial se torna um "antid dinheiro", isto é, uma quantidade de moeda que não se repõe como valor; e o D' final, contendo uma oposição interna, fração do fundo público que se expressa em moeda, mas não em dinheiro (OLIVEIRA, 1998). Aqui, apesar dos termos diferentes, trata-se de uma ideia semelhante à de Kurz (Op. Cit.), relacionada ao descolamento do dinheiro em relação ao trabalho, produzindo, assim, dinheiro sem valor – pois o capital empresarial organiza o trabalho para valorização do valor e geração da mais-valia. Neste capital que rende juros, o dinheiro, sem produzir efetivamente mercadoria real, ganha, como mercadoria

em si, a “qualidade oculta” de gerar de si mesmo mais dinheiro. Assim, esse capital que rende juros, ao retornar ao processo inicial assume a forma que lhe é nata como movimento real (forma sobrepõe-se ao conteúdo), em um processo que gera mais dinheiro sem desempenhar trabalho.

Kurz (Op. Cit.) assinala que o mecanismo da antecipação de crédito só funciona na medida em que a massa de valor futuro ficticiamente antecipada se realizar, ao menos, em escala suficiente para pagar o juro dos créditos. Do contrário, ou seja, o investimento de capital crescente sem ser financiado integralmente por seus próprios meios (pela massa real de lucro) seria um indício do caráter precário deste processo (para usar as palavras do autor). Assim, se seria este o movimento de entrada da Sudene no Nordeste, parece que sim. No entanto, o que se pode afirmar é que o que foi visto nos dias atuais, nos campos de 2016 e 2017, é a crescente dependência das famílias a todos os tipos de antecipação do crédito via programas do governo federal, a ser ainda fortalecido agora com o reconhecimento jurídico da comunidade como sendo tradicional. Tal dependência, nos termos que Kurz (Op. Cit.) coloca, para não demonstrar a fragilidade da reprodução capitalista deveria, ao menos, viabilizar o pagamento do juro pela venda da mercadoria produzida, a ser produtivamente consumida no mercado. Claro que o autor está sempre analisando sob a perspectiva da totalidade, em que muitos capitais individuais acabam se contrabalanceando na análise final. Contudo explicitar os casos específicos, que revelam as particularidades e, por que não, as fragilidades da totalidade do modo de reprodução capitalista, é importante para revelar, sob a perspectiva dos excluídos, a forma como o capital em crise se reproduz.

Assim, o que se vê em campo é uma variedade de casos, em que se consegue, ou não, pagar o empréstimo; em que se contrata funcionário, ou não (trabalha-se em família, na meia ou na parceria), para produzir mercadorias; em que se consegue, ou não, vender tais mercadorias a um preço que remunere, ou não, os custos e faça com que o capital investido retorne, ou não, ao processo produtivamente. Este *quid pro quo* verificado em campo, no entanto, tem como homogeneidade o endividamento de todas as famílias, demonstrando que o “antidindeiro”

antecipado, que vira dívida, mobiliza a dinâmica social atual, pois força as famílias a produzirem, em suas diversas particularidades de relações de trabalho, para buscar realizar o pagamento. Quando não conseguem alcançar o montante necessário para pagar a dívida, como relatado em diversas falas, “vende-se um boi”, recorrendo a uma forma de acumulação regional para garantir uma próxima rodada de acesso ao capital fictício. Nas comunidades estudadas parece que há a supremacia do capital improdutivo (crédito) mobilizando relações sociais sem realizar mais-valor, apenas se configurando como um montante de dinheiro necessário e nem sempre suficiente para a reprodução daquelas famílias.

Na análise de Oliveira (1977) sobre a criação da Sudene, o Estado teria financiado a centralização, pois a extração de mais-valor e a própria elevação da taxa de exploração não dariam conta de fazê-la, tendo o Estado assegurado tal centralização na medida em que garantia que a centralização não se transformasse em títulos mortos, mas em propriedade sobre o trabalho, garantindo, assim, a reprodução do movimento. Em outras palavras, a exploração do trabalho produtivo não daria conta de repor os níveis necessários da acumulação no momento já de centralização do capital, precisando do Estado para financiar, por exemplo, a parte deste investimento que não retorna necessariamente, pois apenas faz a mediação da reprodução do capital. A Sudene, ao que me parece, seria uma forma de ser deste Estado-providência, ao financiar a reprodução do capital por meio, por exemplo, dos mecanismos fiscais, como o analisado por Oliveira (1977).

Assim, para Oliveira (1977), com o planejamento do Estado nacional capitalista perde o sentido falar-se em “economias regionais”, pois as regiões estariam homogeneizadas, ou o que seria, para Harvey (2005), o ajuste espacial necessário à expansão do capital, que, estaria agora precisando de novas áreas para se expandir. Contudo, diante do processo de financeirização da economia, tanto pela via estatal como esta analisada por Oliveira (1998) via fundos públicos, quanto pela reprodução do capital fictício, analisada por Kurz (Op. Cit.), entendemos este processo como uma evidência da catástrofe do capital, que,

independente de ter ou não áreas para se expandir, se reproduz ficticiamente, em relações da totalidade sem lastro algum com a produção do valor. O crédito estatal é uma evidência deste processo, pois, ao ser empregado em setores improdutivos, tais como o de infraestrutura social, nos termos de Kurz (Op. Cit.), ou salário indireto, nos termos de Oliveira (1998), desaparece por completo com o capital inicialmente empregado.

Oliveira (1998) apresenta elementos desta insuficiência de valor diante de tamanho investimento de capital estatal com a internacionalização financeira, que rompe o círculo de reprodução do Estado-providência, o qual deixa de se retroalimentar, pois desterritorializam-se o investimento e a renda (OLIVEIRA, 1998), sem que o financiamento público possa se desterritorializar.

Em outras palavras, a circularidade anterior pressupunha ganhos fiscais correspondentes ao investimento e à renda que o fundo público articulava e financiava; a crescente internacionalização retirou parte dos ganhos fiscais, mas deixou aos fundos públicos nacionais a tarefa de continuar articulando e financiando a reprodução do capital e da força de trabalho (OLIVEIRA, 1998:26).

Somado à transferência de renda ao exterior da circularidade nacional, o aumento do déficit do financiamento público do Estado-providência foi se dando sobre uma base de investimento do Estado que não entrava na valorização do capital, em um movimento de “implosão do valor”.

O que nos parece, contudo, é que o processo de generalização da reprodução de um dinheiro cada vez mais descolado do trabalho (processo de dessubstancialização do valor), que teve os fundos públicos como uma de suas formas, está em movimento e se manifesta, por exemplo, pelo acesso generalizado ao crédito. O endividamento, tanto do Estado quanto do indivíduo, passa a ter que ser gerido, para reprodução do sistema, em um mundo em que o dinheiro vira mercadoria.

O dinheiro não serve aqui para a mediação de mercadorias, nem é diretamente capital monetário empresarial, que emprega trabalho abstrato no processo de valorização, mas torna-se paradoxalmente uma mercadoria com cotação em mercados especiais (os mercados financeiros) e cujo preço são os juros. O dinheiro como mercadoria nos mercados financeiros é, portanto, capital que rende juros, diferentemente do capital empresarial “real” que organiza a efetiva valorização substancial (KURZ, 1995b).

Quando a real acumulação não dá conta de repor seus pressupostos, com investimento na produção real se dando abaixo do suficiente para sua valorização, há o crescimento do movimento especulativo, alimentado pelo investimento no capital financeiro. O aprofundamento do descolamento entre capital e trabalho, aponta Kurz (Op. Cit.), ocorre quando o dinheiro creditício serve como ponto de partida de outro movimento especulativo, quando já nem sequer há aparência de produção de mercadorias.

Assim como aumenta a parcela de setores improdutivos na reprodução conjunta, a massa de trabalhadores improdutivos (pagos com dinheiro creditício), ao consumir (consumo improdutivo), faz com que o que retorna ao capital específico consumido não seja mais-valia, mas crédito. Assim, paradoxalmente, uma parte crescente da produção industrial depende dos setores improdutivos, financiados com créditos (KURZ, Op. Cit.).

Na visão keynesiana que Oliveira (1998) apresenta (mas não defende), a crise do Estado-providência pode ser relacionada à abertura da economia, à internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista, pois enquanto a reprodução do capital, os aumentos da produtividade e a elevação do salário real se circunscreveram aos limites da territorialidade nacional a reprodução do capital funcionou. Aqui, novamente, vale a referência a Kurz (Op. Cit.), que, ao analisar a relação da totalidade com a esfera do nacional, coloca o Estado como fundamental para o alcance da produtividade média das economias

nacionais (sustentação do lucro médio) durante a globalização. Porém o autor não apresenta esse argumento como algo que tenha “funcionado”, mas sim como mais um aspecto da dissociação entre dinheiro e valor, que vai acabar com a crise estrutural da inflação e da produção de dinheiro sem valor generalizadamente.

Parece-nos, assim, que a partir da generalização da financeirização da economia com a crise do valor, em que no processo de valorização do dinheiro o meio fetichista se tornou o fim em si mesmo (KURZ Op. Cit.), o entendimento das determinações sociais atuais parece voltar-se mais às formas pelas quais ocorrem a penetração do capital financeiro e a gestão de sua dívida na vida das pessoas do que propriamente à realização do ajuste espacial.

O Estado passa, assim, a ser central neste processo de inversão (quando o meio fetichista se tornou o fim em si mesmo) em que o processo de criação de valor passa a sufocar a própria criação de valor. Ou seja, ao invés de a sociedade criar valor, o Estado passa a alimentar a sociedade com capital fictício para que esta possa se manter dentro do sistema produtor de mercadorias. Com o avanço deste paradoxo, a procura pelo crédito estatal passa a concorrer com a procura pelo crédito empresarial, levando o Estado nacional terceiromundista, e depois dos países centrais, a recorrer à produção própria de papel-moeda, que desencadeia processos nacionais de inflação. Este processo se intensifica sobretudo na década de 1980, quando ocorre a dessubstancialização do valor em níveis mundiais.

A análise de Kurz (Op. Cit.) sobre a terceira revolução da microeletrônica dos anos 1980 conclui que, a partir de então, cada vez menos trabalho produtivo foi empregado sem que houvesse o mecanismo histórico de compensação. O limite crítico da reprodução do capitalismo deixa de ser a queda da taxa de lucro, pois esta simplesmente deixa de existir, transferindo a criticidade para um crescente processo de dessubstancialização do valor em que a acumulação formal substitui a acumulação real, nas diversas formas fenomênicas de dinheiro sem valor, de capital fictício.

Seria, assim, o momento catastrófico da reprodução capitalista, quando, nas palavras de Kurz (Op. Cit.), a contradição lógica do capitalismo ingressou na

maturidade, pois seus fundamentos deixam de existir, sendo substituídos por mecanismos financeiros que reproduzem a realidade sem lastro no trabalho real. É a combinação do estágio irreversível da cientificização, que produz, de um lado, o rápido declínio na criação do valor no capitalismo industrial e, de outro, a ampliação igualmente rápida de trabalho improdutivo em termos capitalistas.

Neste contexto sem trabalho, perde o sentido e a razão a utilização de força de trabalho latente de áreas longínquas como as comunidades estudadas, para pressionar salário para baixo (como quando da formação de um exército industrial de reserva, ainda que latente, no pós-guerra). As regiões da administração da catástrofe passam a se reproduzir também fundamentadas pelo capital fictício e a entrada do crédito, que mantém cada família em seus confins, vinculadas à totalidade pela dívida e pelo fetiche da mercadoria.

7. Considerações finais

Tendo apresentado sob nosso olhar a realidade do campo, permeada por análises teóricas, faz-se formalmente premente tecer alguns comentários que estão longe de concluir o processo de pesquisa, comentários desprovidos, por sinal, da pretensão de resolver teoricamente um processo real. Preferimos os caminhos da interpretação, e o que se tem por meio de histórias de vida são, justamente, possibilidades de entendimento das particularidades de um processo de difícil categorização. Os caminhos da análise ofertados pelos interlocutores, ao serem decodificados por nossos conceitos, mostram muitas vezes as contradições do processo real, e outras tantas as contradições do processo teórico interpretativo. Lidamos, assim, com as contradições do objeto e do pesquisador, em uma relação que buscou iluminar os limites da análise e da reprodução real de pessoas e mercadorias. Limites e contradições fazem parte do processo observado e vivido durante a pesquisa aqui apresentada. Neste sentido, ao invés de destacar os principais pontos da dissertação, as considerações elencadas a seguir trazem um novo elemento do campo que abre o caminho da interpretação sob o ponto de vista atual da antiga elite local autonomizada.

Assim, vale comentar um pouco sobre o que nos contou Mari Valois, descendente da família Valois, para quem Seu Nezinho, pai de Ademir (marido de Celma), chegou a trabalhar como vaqueiro. A história recente desta família registra uma mudança de padrão de territorialidade, em que os antigos fazendeiros saem da região para morar em Salvador e lá compõem o novo padrão de reprodução da elite capitalista, autonomizada.

Mari ficou no sertão. Sua família, no início do século XX, estabeleceu sua fazenda nas proximidades do que hoje é a sede de Mirangaba. Ocuparam áreas que não tinham sido ocupadas pelas antigas fazendas de gado ou por seus moradores (que concentravam suas roças no entorno dos povoados de Caatinga do Moura e Taquarendi). Ali a família Valois reproduziu durante décadas sua fazenda de gado, estabelecendo relações regionais de trabalho e tendo seu poder garantido pelo domínio de terras úmidas do alto do Tabuleiro. A terra, especialmente

aguada, ainda representava o elemento central de poder regional até o início da segunda metade do século XX, garantindo que seus detentores exercessem também o poder formal, ao ocuparem cargos públicos nas pequenas cidades que se formavam. A família de Mari é composta por inúmeros ex-prefeitos e ex-vereadores locais, ilustrando o que Oliveira (1977) identifica como elemento central da região: a fusão entre economia e política.

Com a chegada do Estado monopolista, o estabelecimento de padrões metropolitanos e o fim da região, a ideia de riqueza muda de lugar, deixa de estar relacionada à terra e passa a estar vinculada ao dinheiro, especialmente o dinheiro enquanto mercadoria, nos termos de Kurz (op. Cit.) acima apresentado.

A desassociação do poder ao domínio da terra no sertão nordestino, antiga região da pecuária, esteve também vinculada à generalização do mercado de carnes no país, que, neste mesmo período, teve suas fronteiras ampliadas pelos incentivos do governo na ocupação da Amazônia. Desde a criação da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) em 1966, e em especial com o Plano Nacional de Desenvolvimento II (PND II), de 1975 a 1979, a Amazônia Legal (criada em 1953 pela Lei Nº 1.806) foi sendo reestruturada para reproduzir os pressupostos da lógica de reprodução capitalista. O PND II teve como estratégia a ocupação intensiva da Amazônia, por meio de incentivos fiscais e do Polamazônia⁵⁶. Tratou-se da mudança no planejamento, que se voltou ao grande empreendimento com capital intensivo e tecnologia, vislumbrando crescimento econômico voltado à exportação de produtos industrializados e agropecuários pela iniciativa privada (MELLO-THÉRY, 2006).

A Amazônia brasileira foi inserida, assim, nos programas federais, recebendo incentivos fiscais e financeiros com o objetivo de atrair recursos e pessoas para a

⁵⁶Mecanismo importante do PND II, que garantia recursos com o objetivo de melhorar a estrutura de 15 polos, selecionados em função da disponibilidade de terras férteis, reservas de madeiras ou grandes jazidas minerais; existência de vias de comunicação e a possibilidade de produção de energia para atender à prioridade nacional de exportação (MELLO-THÉRY, 2006).

implantação de grandes empreendimentos e intensificação da ocupação do território⁵⁷.

Não é, obviamente, nenhuma coincidência a correlação deste processo na Amazônia com as transformações que aqui foram analisadas para o Nordeste. Trata-se do período em que o planejamento do Estado nacional passou a romper as chamadas fronteiras do desenvolvimento, sob o discurso da integração nacional, buscando garantir, por meio de mecanismos do planejamento, a reprodução do capital monopolista em todo território nacional, seja pela Sudam, seja pela Sudene.

Para a região estudada, em particular para as fazendas de gado que ainda se reproduziam sob pressupostos regionais, sobrou o esfacelamento. A concorrência, agora em níveis nacionais, no mercado de carnes parece ter contribuído para a retirada da terra, especialmente aguada, como o elemento central do poder regional, em sua incapacidade de alcançar a produtividade alcançada em outras áreas, como na Amazônia e mesmo no Centro-Oeste.

Neste contexto, a elite local parece ter percebido a fragilidade posta para a reprodução de seu domínio regional, com a transferência do elemento de poder da terra para o dinheiro, esvaziando suas fazendas, que muitas vezes foram ocupadas por posseiros nas décadas seguintes.

Para os Valois não foi diferente. Nas décadas de 1970 e 1980, a elite da região em crise enviou seus filhos para estudarem em Salvador e lá trabalharem em profissões complexas, como juízes, médicos e advogados. A renda da terra, ainda em processo de formação em suas fazendas, foi substituída pela renda urbana, ao comprarem inúmeros imóveis em Salvador, e pela remuneração de trabalhos complexos.

⁵⁷Os descontos no imposto de renda à pessoa jurídica podiam chegar a até 50% quando investido em projetos agrícolas, pecuários, industriais e de serviços básicos, como energia, transporte, educação, comunicação e colonização, seguindo critérios de prioridades determinados pela Sudam (OLIVEIRA, A., 1988).

O processo de formação do Estado nacional foi sufocando as relações regionais, mobilizando trabalho para fora delas, compondo não somente a rede de migrações de trabalho por aqueles que migraram para São Paulo, mas também uma rede migratória da elite.

Os primos de Mari foram todos para Salvador e hoje vivem da renda de seus inúmeros imóveis. Mas Mari ficou. Segundo ela, seu pai não queria admitir o fim de seu domínio sobre a terra, permeado por relações pessoais de dominação. Não quis enviar suas filhas a Salvador, de modo que Mari, hoje, trabalha em sua loja de produtos agropecuários no centro de Mirangaba.

Sob o ponto de vista de seus familiares que hoje vivem de renda em Salvador, Mari é uma pessoa pobre, pois não acessa montantes de dinheiro como seus primos atualmente o fazem (ela se referiu às inúmeras viagens ao exterior que seus primos realizam). Ela, aos olhos de quem nunca viveu de renda, com quem conversamos na maior parte do trabalho de campo, é, no entanto, uma pessoa “bem de vida”, que possui carro e vive na cidade. O conceito de riqueza é claramente subjetivo.

O novo padrão de reprodução social, baseado na financeirização da vida pessoal, mobiliza as relações locais como apresentado anteriormente (por meio do endividamento constante) e, também, reconfigura o *status* social. Como explorado nesta dissertação, o vaqueiro deixa de ser elemento central, perdendo espaço para qualquer personificação que represente maior entrada de dinheiro. Adriano, o filho de Celma, que trabalha no supermercado em Mirangaba (tendo trabalhado sem nenhuma remuneração no primeiro ano de emprego, sob a justificativa de aprender o ofício), é tido por seus familiares como um caso de sucesso, pois tem emprego na cidade, uma garantia de entrada de dinheiro mensal.

A relatividade das percepções de cada um em relação àquilo que se mostra diferente parece ser, assim, algo não exclusivo da relação entre pesquisador e objeto. O desafio está no desvendamento das representações e dos discursos, para que se compreenda o que de fato mobiliza as relações sociais. Os relatos

trazidos pelas pessoas com as quais conversamos são por eles filtrados e foram relativizados por nosso arcabouço teórico. Lidar com estas relativizações faz parte da pesquisa social baseada em relatos de vida, e ressalta a importância de se discutir a intenção do pesquisador e das falas dos pesquisados, buscando entender o que representam as representações...

Neste sentido, a intenção de desvendar determinações sociais naturalizadas, revelando as contradições do processo crítico de autonomização das categorias do capital, foi o que mobilizou esta pesquisa. Para meus interlocutores em campo, a vida segue sob a máscara da chegada do progresso, que parece ter aparecido no horizonte com a construção de poços e acesso ao crédito. Sua possibilidade é, no entanto, fragilizada pela iminente seca que, mesmo com as trovoadas de fevereiro, racha o solo e rasga o bolso. A expectativa e a fé caminham juntas no dia a dia, regadas por bastante suor e cachaça. O aumento do consumo parece ser o alcance do futuro que nunca chega, mas que já vem, que já vem, que já vem...

Bibliografia

ALCÂNTARA, Denilson, GERMANI, Guimoar. “Fundo de Pasto: um conceito em movimento”. CNPCT, 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. “A terra e o homem no nordeste”. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, s/data.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “O feudo – A casa da Torre de Garcia D’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BOECHAT, Cássio Arruda, TOLEDO, Carlos de Almeida. “Mobilização do trabalho e o estudo da região”, In: Boletim Campineiro de Geografia. Vol.2, n.3, 2012.

BOECHAT, Cassio, HEIDEMANN, Dieter, TOLEDO, Carlos. “O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica”, In.: Revista de Estudos Avançados 28 (81), 2014.

CALMON, Pedro. “História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros”. 3ª Ed. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1983.

CIRNE LIMA, Ruy. “Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas”. Ed.5. Goiânia: UFG, 2002.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. “Mobilidade do trabalho e acumulação de capital”. Lisboa: Estampa, 1977.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. "Organização social do trabalho no período colonial". In: PINHEIRO, P. S. (org.). Trabalho escravo, economia e sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GOLDENSTEIN, Lea. SEABRA, Manoel. "Divisão territorial do trabalho e nova regionalização". Revista Nº01 do Departamento de Geografia, 1982.

HAESBAERT, Rogerio. "O mito da desterritorialização". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David. "A produção capitalista do espaço". São Paulo: Annablume, 2005.

HEGEL, GWF. "Philofosia da natureza". In.: Encyclopédia de Ciências Filosóficas (em compêndio). Tradução Lívio Xavier, São Paulo: Imprensa comercial, 1936, 239-251.

HEIDEMANN, Dieter. "Deslocamentos populacionais e mobilidade fictícia: a razão fetichizada do migrante e do seu pesquisador", In.: Migrantes em contextos urbanos: uma abordagem interdisciplina. Org. Sidney Antonio da Silva (Org.), EDUA, 2010.

HOBBSBAWM, Eric. "Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991". São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAISER, Bernard. "O geógrafo e a pesquisa de campo". Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, no 84, p. 93-104, 2006.

KANT, Immanuel. "Doutrina transcendental dos elementos". In.: Crítica da razão pura. Tradução Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980, 93 - 123.

KLUCK, Eric G. J. "Quando o planejamento vai para o brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico". Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2016.

KURZ, Robert. "A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política". 1995. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz66.htm>, acessado em outubro de 2015

_____. "Ascensão do dinheiro aos céus: os limites da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global". 1995. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz101.htm>. Acessado em Abril de 2016.

_____. "O colapso da modernização". São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. "A Nova simultaneidade histórica. O fim da modernização e o começo de uma outra história mundial". 2004. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz154.htm>. Acessado em Maio de 2017.

_____. "Dinheiro sem Valor: linhas gerias para uma transformação da crítica da economia política". Lisboa, Antígona, 2014.

LACOSTE, Yves. "A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos". Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, no 84, p. 07-24, 2006.

LEITE, Carolina. "Formação e atualidade da questão regional no processo de modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro". Boletim Campineiro de Geografia, V. 04, N. 01, 2014.

MARQUES, Leonidas de S. "As comunidades de Fundo de Pasto: um intento de construção conceitual". Revista Pegada, V. 17, N. 02, 2016.

MARX, Karl. "O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital". 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, Vol. I, Livro Primeiro.

_____. "O Capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital". 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, Vol. I Livro Primeiro, Tomo I.

_____. "O Capital: crítica da economia política: o processo de circulação do capital". 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, Vol. II, Livro Segundo.

_____. "O Capital: crítica da economia política: o processo de global da produção capitalista". 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986, Vol. III, Livro Terceiro, Tomo II.

MELLO-THÉRY, Neli A. de. "Políticas territoriais na Amazônia". São Paulo: Annablume, 2006.

NEVES, Erivaldo Fagundes. "Uma Comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio – um estudo de história regional e local". Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.

_____. "Almocafres, bateias, e gente da pequena esfera: o ouro no povoamento e ocupação econômica dos sertões da Bahia", Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, v. 101, p.123 – 146, 2006.

_____. "História agrária na perspectiva socioeconômica", Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, v. 100, p.67 – 107, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. "Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia". Campinas: Papirus, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. "Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, nordeste. Planejamento e conflitos de classe". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. "Os direitos do antivalor - A economia política da hegemonia imperfeita". Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PUNTONI, Pedro. "A Guerra dos Bárbaros – povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650 – 1720". São Paulo: Hucitec: EDUSP, 2002.

PRADO JR., Caio. "Formação do Brasil Contemporâneo". São Paulo: Brasiliense, 1965.

SILVA, Fabiana Machado da. "O trem das grotas: a ferrovia leste brasileiro e seu impacto social em Jacobina". Mestrado em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia, Campus V, 2009.

TOLEDO, Carlos de Almeida. "A região das lavras baianas". São Paulo, DG/FFLCH/USP, 2008 (Tese de Doutorado).

VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. "Os negros em Jacobina, no século XIX". Doutorado em História Social, Pontifícia Universidade de São Paulo, 2006.

Sites visitados:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=291750&search=%7Cjacobina> Acesso: 26/06/2015.

<https://www.youtube.com/watch?v=s90nKSlbgoQ> Acesso: 10/10/2016.

<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17> Acesso: 20/06/2018.

<http://www.alston.com> Acesso: 20/07/2018.

Anexos

Anexo 1

Anexo 2

Anexo 3:

Reportagem INCRA

Disponível em:

<http://www.incra.gov.br/noticias/incra-disponibiliza-r-10-milhoes-em-credito-comunidades-tradicionais-na-bahia>

Instituto Nacional de
Colonização e Reforma

Agrária <http://www.incra.gov.br/http://www.mda.gov.br/>

Incra disponibiliza R\$ 10 milhões em crédito a comunidades tradicionais na Bahia

Publicado dia 06/11/2015

A Superintendência Regional do Incra na Bahia (Incra/BA) assinou termo de cooperação técnica emblemático que beneficiará 4,2 mil famílias de comunidades tradicionais fundo e fecho de pasto com o Crédito Apoio Inicial I, num total de R\$ 10 milhões. A modalidade integra o programa de Crédito de Instalação da autarquia e prevê a garantia de recursos no valor de até R\$ 2,4 mil por família.

O evento ocorreu na manhã desta sexta-feira (6), no Museu de Arte da Bahia (MAB), em Salvador. O objetivo da cooperação é fortalecer ações entre órgãos dos governos federal e estadual para promover a celeridade dos processos de regularização fundiária e políticas de desenvolvimento em territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais.

Com a assinatura do termo de cooperação – que para essas comunidades envolve o Incra e a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), do governo da Bahia – haverá um processo de atualização cadastral, pré-seleção,

qualificação da demanda e posteriormente, liberação do cartão de acesso aos recursos.

De acordo com o superintendente regional do Incra, Gugé Fernandes, com assistência técnica viabilizada às famílias, elas estarão aptas a acessar outros créditos da reforma agrária, como o Fomento e o Fomento Mulher, além do Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Pro meio desse termo, outras 135 comunidades fundo e fecho de pasto serão certificadas, de acordo com a Lei 12.910/2013, do governo da Bahia. O Incra/BA já reconheceu como público beneficiário do Programa Nacional de Reforma Agrária 154 comunidades tradicionais fundo e fecho de pasto, onde vivem 4.242 famílias.

Compromissos

O termo de cooperação técnica faz parte do calendário do Novembro Negro e compõe o conjunto de compromissos assumidos pela Bahia na adesão à Década Internacional Afrodescendente, declarada pela Organização das Nações Unidas para o período entre 2015 a 2024.

O superintendente do Incra ressaltou a necessidade de otimizar as ações e ter políticas transversais entre o estado e o governo federal para que se gaste menos e melhore os resultados. “É isso que estamos buscando”, frisa.

Ele destacou, ainda, a importância do Incra sede em agilizar o processo para que essas famílias de comunidades de fundo e fecho de pasto pudessem ser beneficiadas com os créditos do Incra. “Só com essa sensibilização para as comunidades existentes apenas aqui na Bahia é que pudemos dar esse passo tão importante”.

História

As comunidades fundo e fecho de pasto têm um modo de ocupação centenário. Estão no sertão, em locais de vegetação fechada de caatinga, de difícil acesso e sob forte aridez.

Na década de 70, começaram a ser oprimidas com a expansão econômica. Outra característica peculiar desses agricultores é o pastoreio de caprinos e ovinos, a utilização de áreas coletivas e a cultura de subsistência que engloba o cultivo de milho, feijão e mandioca.

Parcerias

Além do Incra/BA e da Sepromi, o documento foi assinado pelos dirigentes das secretarias de Desenvolvimento Rural (SDR), Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), Fundação Cultural Palmares, e Superintendência do Patrimônio da União (SPU).

Assessoria de Comunicação Social do Incra/BA

[\(71\) 3505-5308](tel:(71)3505-5308)

Anexo 4

Fotografias tiradas durante os trabalhos de campo de 2016 e 2017.

Foto 01: Casa de Seu Nezinho Dantas, pai de Ademir, povoado de Mangabeira.

Foto 02: Seu Jessé na Casa de Farinha, povoado de Mangabeira.

Foto 03: Vaqueiros indo para “a pega do boi”, na vaquejada.

Foto 04: Vaqueiros indo para “a pega do boi”, na vaquejada

Foto 05: Música ao vivo na Vaquejada

Foto 06: Vaqueiros se organizando para a pega do boi.

Foto 07: Área de soltura do novilho, para a pega do boi.

Foto 08: Rego de água seco, Taquarendi.

Foto 09: Cerca rompida no alto do tabuleiro.

Foto 10: Roça de dona Celma e Seu Vavá, meeiros.

Foto 11: : Mulheres fazendo as “réstia de ai”

Foto 12: Mulheres fazendo as “réstia de ai”.

Foto 13: Roça comunitária – plantação de feijão

Foto 14: Mulher “Assoprando” feijão da roça comunitária.

Foto 15: Barragem Taquarendí (bem abaixo da média de volume de água).

Foto 16: Barragem Taquarendí.

Foto 17: Igreja na Caatinga do Moura.

Foto 18: Mangabeira.

Foto 19: Seu Geraldo e Dona Amélia

Foto 20: Celma.